

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

**ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO
DE SÃO CARLOS: PROPOSTAS E POLÊMICAS**

DALGISA DOS SANTOS BRITO DE SOUZA

**SÃO CARLOS
dezembro/2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

**ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO
DE SÃO CARLOS: PROPOSTAS E POLÊMICAS**

DALGISA DOS SANTOS BRITO DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos – SP, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação - Área de Concentração: Fundamentos da Educação, sob a orientação do prof. Dr. Waldemar Marques.

**SÃO CARLOS
dezembro/2005**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S729ed

Souza, Dalgisa dos Santos Brito de.
Eleição de diretores escolares no município de São
Carlos: propostas e polêmicas / Dalgisa dos Santos Brito de
Souza. -- São Carlos : UFSCar, 2006.
140 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2005.

1. Educação. 2. Gestão escolar. 3. Gestão democrática.
4. Eleição de diretor. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldemar Marques _____

Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior _____

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Aparecida Riscal _____

Dedico este trabalho a Deus que tudo criou,
à memória de meus pais Sebastião e Maria;
aos meus irmãos Dorval, Dirce, Elmira e
Maria de Fátima; ao meu esposo Valmir e as
minhas filhas Steffani e Pâmela.

AGRADECIMENTOS

A Deus que ilumina meu caminho, é consolo na dor e esperança sempre presente, pois sem ele não seria possível a realização deste trabalho.

Ao professor Dr. Waldemar Marques pelo comprometimento e empenho, pela orientação rigorosa e competente apoiando sempre com sua paciência e dedicação.

Ao meu esposo Valmir e as minhas filhas Pâmela e Steffani, que como tantos outros compreenderam a minha ausência pacientemente.

Ao meu irmão Dorval e a amiga Maria das Graças, pelo estímulo, sugestão e críticas na realização deste trabalho.

A todos aqueles que participaram deste estudo, pela elaboração, como sujeitos de pesquisa para que este trabalho pudesse ser realizado.

A todos aqueles que contribuiriam direta ou indiretamente para a concretização desse trabalho.

A banca examinadora pela grande contribuição.

Fazendo também se aprende. O fazer produz a experiência. A experiência ensina a quem quer aprender. A experiência propicia descobertas e invenções próprias da maior capacidade do ser humano: a criatividade... Portanto, a experiência e a ação elaborada e produtiva são também grandes mestres da vida. Querer aprender é
Fundamental para o crescimento, o
Amadurecimento e a felicidade. Aprender é um
gesto de humildade.

Içami Tiba

RESUMO

Este trabalho aborda a temática Gestão Democrática enfocando a questão da Eleição de diretores escolares. Ao questionarmos sobre quais foram as implicações do processo de eleição de diretores e se esse processo apontou para uma democratização da gestão escolar, tivemos como objetivo analisar e discutir o processo de eleição direta de dirigentes escolares que ocorreu nas unidades municipais da rede de ensino do Município de São Carlos, uma vez que essa forma de provimento de cargo de diretores foi a primeira experiência na referida rede. Para a realização deste trabalho de pesquisa partimos da análise de documentos como as diretrizes para a eleição divulgadas por meio de portaria, o relatório final do processo de eleição e dados coletados por meio de entrevistas, pautadas em roteiro semi-estruturado e realizadas em duas etapas. Na primeira etapa a pesquisadora analisou dados estes referentes ao trabalho realizado pelo grupo de Políticas Públicas e Gestão de Educação da UFSCar em colaboração com a Secretaria de Educação Municipal de São Carlos. Esses dados dizem respeito a visão dos pais de alunos, professores, diretores e funcionários quanto a eleição. Na segunda etapa de levantamento de dados, voltamos a entrevistar os dirigentes da primeira etapa, embora algumas diretoras não ocupassem mais a função. Para maiores esclarecimentos sobre este processo de eleição também obtivemos dados referentes ao ponto de vista do Prefeito e da Secretária da Educação. Os resultados nos mostraram que o quadro de dirigente não foi renovado; o período no qual se realizou o processo foi muito curto; a participação nos debates durante a apresentação das propostas foi baixa. No entanto, o processo de eleição favoreceu o exercício da participação e a oportunidade de escolha. Concluindo, a eleição direta para dirigentes escolares no município de São Carlos foi conflituosa representando um quadro contraditório, pois os dados coletados indicaram avanços e falhas no que se refere a experiência do processo e também ao fato de que não houve outro processo de eleição e ainda por voltar ao que era antes: indicação como forma de escolha do dirigente escolar.

Palavras chave: Gestão Escolar Democrática, Eleição de Diretor, Educação

ABSTRACT

This work approaches the theme of Democratic Management focusing on the question of a School Director election. We questioned about which were the implications involved in the process of electing directors and whether this process contributed to the democratisation of school management. Our aim was to analyse and discuss the open election process for school principals that took place in municipal institutions of the São Carlos municipal teaching network, which it was the first attempt of filling these positions in São Carlos. In order to carry out this research, we started analysing documents such as: the guidelines for the election, which were published as a degree, the final report on the election process, and the data was also collected using semi-scripted interviews, carried out in two stage. At first stage, the researcher analysed data regarding the work done by group of Public Policies and Education Management group at UFSCar (Federal University of São Carlos) in cooperation with the General Office Municipal of Education. This data is about the students parents', teachers', principals' and workers' insight, as to the election. In the second stage of collecting data, we interviewed again the same principals, although some of them had already left their jobs. In order to better understand this election process, we also obtained data related to the point of view of the council and the Secretary of Education. The results showed us that the case of the principals was not renewed; the period in which the process was carried out was very short; the participation in debates throughout the presentation of proposals was low. Thus the election process favoured the participation and the opportunity to choose. To conclude, the open election for school principals in the municipal of Sao Carlos was conflicting representing a contradictory case as the data collected showed progress and failures related to the experience of the process and also to the fact that there was not another election process and it still went back to what it was before – an indication as a way of choosing the school principal.

Key words: School Management Democratisation, Election of Director, Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	14
1.1 Metodologia da Pesquisa	19
CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA	23
2.1 Administração Escolar	23
2.2 O Diretor de Escola	28
2.3 A Gestão Democrática da Escola	36
2.3.1 Democracia	36
2.3.2 Democratização na Escola	40
2.4 Processo de Escolha de Diretor de Escola	45
CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DE ELEIÇÃO DE DIRETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	55
3.1 Diretrizes da política educacional do município de São Carlos	55
3.2 Diretrizes para o processo de eleição	60
3.3 Análise do processo de eleição	64
CAPÍTULO IV – RESULTADOS E IMPACTOS DA EXPERIÊNCIA DE ELEIÇÃO DE DIRETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	70
4.1 A visão da comunidade escolar	70
4.2 A situação atual	85
4.2.1 As mudanças	85
4.2.2 Caracterização da 2ª etapa de levantamento de dados	88
4.2.3 Visão dos entrevistados sobre a situação atual	90
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa aborda o tema Gestão Democrática, enfocando a eleição de diretores na rede municipal de ensino de São Carlos.

Atualmente tem estado no centro dos debates a importância e a necessidade da gestão da escola ser democrática e participativa. A premissa da gestão democrática diz respeito ao acesso do maior número de pessoas na forma de gerenciamento da instituição escolar, tanto pedagógica quanto administrativamente.

A questão da gestão participativa diz respeito ao fato das decisões que se referem a organização e funcionamento da escola serem tomadas pelo coletivo e não mais centradas apenas na figura do diretor, que desde o seu surgimento sempre ocupou uma posição de poder e centralismo na hierarquia escolar.

A idéia da gestão escolar ser democrática e participativa não pode ser considerada separadamente, uma vez que a participação só correrá em espaços onde houver democracia.

A questão da democratização da gestão educacional tem passado por um debate bastante consistente com espaços de discussões em eventos, resultado de reivindicações, promovidos por diferentes setores interessados na educação.

Para o desenvolvimento deste trabalho sobre eleição e democratização, empreendeu-se um estudo norteado pela seguinte questão de pesquisa: Quais foram as implicações do processo de eleição de diretores na rede municipal de ensino de São Carlos e se esse processo apontou para uma democratização da gestão escolar?

O estudo teve como principal objetivo investigar o significado do processo de eleição e a sua relação com os pressupostos da gestão democrática e participativa

na realidade municipal de ensino de São Carlos.

Para o desenvolvimento do estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental e uma pesquisa de campo.

A partir do levantamento bibliográfico tomou-se inicialmente como referencial o pensamento de PARO sobre a administração escolar e eleição de diretores e o de BOBBIO sobre democracia. A pesquisa documental teve o objetivo de analisar os documentos referentes ao processo de eleição. Na pesquisa de campo coletou-se dados por meio de entrevistas com os envolvidos no processo de eleição: os diretores, os professores, os funcionários, os pais de alunos, o Prefeito Municipal e a ex-Secretária de Educação da gestão 2001-2004.

Para a apresentação do estudo realizado, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo teve por finalidade a apresentação do problema a ser pesquisado. E inicia-se com uma justificativa situando a eleição de diretores do município de São Carlos por meio de um breve relato. Ainda neste capítulo explicitamos os objetivos da pesquisa, bem como o interesse pela temática; a metodologia da pesquisa com a apresentação dos sujeitos envolvidos e as técnicas utilizadas¹.

Já o segundo capítulo é um breve histórico da administração escolar e faz uma sucinta contextualização sobre a origem e percurso da área até os nossos dias. Esta parte também compreendeu o estudo da questão da democracia, a conceituação da democracia direta e democracia representativa; uma discussão sobre a relação entre eleição e democracia representativa e ainda considerações sobre redemocratização. Apresenta-se aspectos gerais da legislação referente à democratização da gestão escolar e a forma de provimento do cargo de diretor de

¹Como a coleta se deu em duas etapas, a 2ª etapa/ amostra será detalhada no quarto capítulo.

escola no contexto educacional brasileiro dos anos 90, discussão fundamentada na visão de alguns autores: Vitor Henrique Paro, Celestino Alves da Silva Junior, Luiz Fernandes Dourado entre outros.

O terceiro capítulo relata a experiência do processo de eleição de diretores do município de São Carlos, baseado nas diretrizes da política educacional do município, que norteou o processo de eleição, e ainda uma análise dessa experiência.

O quarto capítulo apresenta uma primeira análise dos dados coletados referentes ao processo de eleição no município de São Carlos, informações essas decorrentes de uma pesquisa sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação de um grupo de pesquisa de graduandos da UFSCar em colaboração com a Secretaria da Educação do município. Ainda neste capítulo apresenta-se considerações sobre a mudança na escolha do diretor na rede municipal de ensino procurando resgatar alguns aspectos do processo de eleição e levantando outros para configurar a atual situação. Neste também consta uma segunda parte de dados que foram coletados por meio de entrevistas com os envolvidos no processo, bem como a análise dessas informações.

Para finalizar, retomamos alguns pontos considerados mais relevantes, pois o nosso esforço foi o de contribuir para um processo contínuo de novas reflexões sobre a forma de provimento do cargo de diretor de escola no sentido de buscar uma gestão democrática.

A importância do estudo se deve a defesa de uma escola democrática e participativa, na qual haja o envolvimento de toda comunidade escolar nas questões referentes ao ensino, onde as decisões sejam tomadas por todos os segmentos da escola, não ficando apenas nas mãos do diretor ou do especialista.

O presente trabalho pretende contribuir para o debate sobre a importância da democratização da gestão escolar, e conseqüentemente, para a discussão da administração educacional e escolar como um todo.

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

O interesse pelo tema “Eleição de Diretores Escolares” surgiu a partir da minha participação no processo de eleição de diretores em 2001, no qual me candidatei em duas unidades escolares da rede municipal de ensino, na cidade de São Carlos, pois já era docente da rede municipal há 3 (três) anos.

O referido processo ocorreu na administração do prefeito Newton Lima Neto (2001-2004), eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha como um dos eixos da política educacional a democratização da gestão escolar. Esse processo foi uma inovação numa rede em que o diretor sempre foi escolhido livremente pelo prefeito municipal, conforme previa o art.17 do Estatuto do Magistério Público Municipal vigente (Lei nº 11.135/96): “O provimento dos cargos e empregos de Especialistas em Educação será de livre escolha do Prefeito Municipal, resguardados os direitos dos atuais ocupantes dos cargos”.(p.08).

Neste sentido para Marés (1983, p.50),

Se os poderes do Estado indicam livremente os diretores, sem consulta ou com consulta formal, permanece instituída a tradicional forma baseada no tráfico de influências, que pode servir para o fortalecimento do Partido no poder, mas merece grandemente a Educação e possibilidade de transformação do ensino. Nem a garantia da eficiência nem a certeza do reto encaminhar político se conseguem com essa forma de indicação.

Na mesma linha de argumentação, Paro afirma que:

A esse respeito, o maior obstáculo que vejo, nos dias de hoje, é precisamente a função atual do diretor que o coloca como autoridade última no interior da escola. Esta regra, astutamente mantida pelo Estado, confere um caráter autoritário ao diretor, na medida em que

estabelece uma hierarquia na qual ele deve ser o chefe de quem emanam todas as ordens na instituição escolar; leva a dividir os diversos setores no interior da escola, contribuindo para que se forme uma imagem negativa da pessoa do diretor, a qual é confundida com o próprio cargo; faz com que o diretor tendencialmente busque os interesses dos dominantes em oposição aos interesses dos dominados; e confere uma aparência de poder ao diretor que em nada corresponde à realidade concreta.(PARO, 1997, p.11-12).

Infere-se que para ambos os autores, as práticas de escolha de diretores de escola por concurso público ou por indicação sempre conferem ao diretor, direta ou indiretamente, uma posição de poder e controle sobre a escola e sua organização, o que dificulta o exercício da gestão democrática.

Quando o diretor de escola é indicado pelas instâncias governamentais, como sempre foi no caso da rede municipal de ensino de São Carlos há a tendência natural de subordinação àqueles que o indicaram.

Já no caso da escolha do diretor de escola por concurso público, como acontece na rede estadual de ensino, há a tendência de se conceber e analisar a figura do diretor como preposto do Estado, uma vez que sua atuação é limitada pela legislação e burocracia estabelecida. No entanto, a possibilidade de uma gestão democrática vai depender das concepções e visão de educação do próprio diretor que foi selecionado por um concurso de forma objetiva.

Em janeiro de 2001, houve um processo de eleição de diretores(as) pró têmpore² de creches públicas municipais no município de São Carlos. Nesta eleição de diretores de creches, a comunidade escolar como um todo não teve direito a votos, apenas os funcionários lotados na unidade o tiveram.

Em março de 2001, entra em vigor a PORTARIA SMEC³ 003/01 que – “Institui critérios sobre as inscrições para eleição para o processo de composição das listas

² Tempo indeterminado.

³ Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

tríplices para eleição de Diretor (a) de Escola Municipal de Educação Infantil e Escola Municipal de educação Básica e dá outras providências”. Esta portaria determinava critérios para as inscrições de candidatos à eleição de diretores de escola municipal de educação infantil (EMEI) e escola municipal de educação básica (EMEB), tais como: possuir licenciatura em pedagogia ou pós-graduação em educação; ser professor concursado ou estável; ser efetivo; ter experiência de no mínimo dois anos ou ser diretor há pelo menos cinco anos da rede municipal em São Carlos. Esses critérios foram apresentados como os requisitos mínimos para atuar enquanto diretor de escola.

Em abril de 2001, nas escolas municipais reuniram-se pais, professores e funcionários para compor a Comissão Eleitoral. Após a composição, os componentes da Comissão Eleitoral elegeram um presidente e um vice-presidente entre eles. Suas atribuições eram organizar, acompanhar e registrar em atas todas as ocorrências durante o processo eleitoral. Nas EMEBs todos os funcionários tiveram direito a voto; alunos maiores de 16 (dezesesseis) anos e pais ou responsáveis por alunos menores de 16 (dezesesseis) anos; cada família tinha direito a 1 (um) voto, independente do número de filhos. Nas EMEIs, foi utilizado o mesmo procedimento, porém não houve voto de aluno devido à idade (entre 4 e 6 anos).

Após o término do processo de eleição, os participantes ficaram surpresos com os acontecimentos ocorridos durante o processo e muitos foram os comentários. Daí a necessidade de conhecê-los:

- muitos candidatos a direção de escola não concorreram em suas unidades sede, ou seja, onde eram professores;
- poucos pais presentes nos debates públicos para a apresentação das propostas;
- tempo de duração do processo (13 dias), foi pouco para se elaborar uma proposta

de trabalho, para conhecimento e discussão dos eleitores;

- a maioria dos diretores ao que parece no momento, permaneceu em seus cargos após o processo;

Como já mencionado, tem sido importante o debate sobre a questão da democratização da gestão escolar. Neste sentido, realizar um estudo, embora local, sobre as implicações da eleição de diretores na democratização da gestão de uma rede municipal, torna-se importante uma vez que se estudará uma experiência concreta que se constitui numa tentativa de exercitar a democracia no interior da escola, a partir da escolha coletiva do diretor. Da experiência de São Carlos, do processo de eleição, permaneceram dúvidas, as quais objetivamos discutir neste trabalho de pesquisa: os processos de eleição de diretores de escola abrem efetivamente as portas para a democratização de gestão escolar? Tal acontecimento gera benefícios para a qualidade do trabalho escolar? Uma vez eleito, o diretor deixa de ser preposto subordinação do Estado, ou das instâncias políticas locais para se tornar um administrador de fato da “coisa pública?” Ou torna-se refém daqueles que o elegem? São estas indagações que nos levaram a desenvolver o presente estudo.

Consideramos que a pesquisa muito pode contribuir com o debate atual, pois de um lado complementa a discussão configurando uma nova fonte de dados sobre a temática, e de outro, pode contribuir para explicitar e/ou avaliar as ações desenvolvidas até o momento com o objetivo de garantir a democracia na escola, analisando se o processo de eleição e suas implicações pode ser um fator que garanta ou não a efetivação desta democracia no sistema público de educação como um todo.

Sendo assim o propósito desse trabalho tem como idéia central compreender como se deu o processo de eleição de diretores na rede municipal de São Carlos

ocorrido em 2001, de forma a buscar elementos para tratar da questão de pesquisa proposta: Quais foram as implicações do processo de eleição de diretores na rede municipal de São Carlos e se esse processo apontou para uma democratização da gestão escolar?

Diante das considerações já realizadas desde o início deste trabalho sobre o contexto na qual ocorreram as eleições para diretores de escola no município de São Carlos, algumas questões apareceram como inquietações, as quais tentaremos responder no decorrer desta pesquisa:

- Como ocorreu o processo de eleição de diretores de escola na rede municipal de São Carlos?
- Qual o significado desse processo para os participantes/envolvidos?
- Qual o grau de envolvimento dos professores, dos funcionários e da comunidade escolar?
- O processo levou a uma renovação do quadro de diretores de escola do sistema de ensino municipal ou confirmou o quadro anterior? Por quê?
- Por que os candidatos não participaram na sua unidade sede?
- Qual a relação entre o processo de eleição e a efetivação da democratização da gestão escolar?

Em decorrência destas questões, os objetivos da pesquisa consistiram em:

- Analisar como se deu o processo de eleição;
- Investigar o significado da eleição de diretores para os diferentes segmentos escolares;
- Analisar como os diferentes segmentos perceberam e se envolveram no

processo, quais as expectativas e as novas relações estabelecidas após os resultados;

- Explicitar especificamente a participação dos professores que eram os candidatos a diretor;
- Analisar se a eleição de diretores se relaciona e/ou garante a construção da democratização da gestão escolar, cujos pressupostos estão pautados na participação;

Dentre esses aspectos mais específicos podemos refletir sobre a eleição enquanto o melhor caminho ou não para a escolha de diretores de escola.

1.1- Metodologia da pesquisa

Este estudo foi desenvolvido por meio de: a) pesquisa bibliográfica, com levantamento e análise de obras de autores que vem contribuindo para uma reflexão mais elaborada sobre a gestão democrática e a eleição de diretores de escolas;

b) pesquisa documental, na qual se analisaram documentos diversos pertinentes ao processo de eleição e pertinentes a estrutura administrativa da Secretaria de Educação. Estes encontram-se em anexo ao trabalho.

Foram analisados nesta pesquisa os seguintes documentos:

- 1- Estatuto do Magistério Municipal Vigente, Lei 11.135/96;
- 2- Portaria n.º 03/01 de 09/03/01;
- 3- Currículos e Projetos de Trabalho;
- 4- Ata de constituição das Comissões Eleitorais;
- 5- Atas referentes ao debate público para apresentação de propostas;

6- Eleição nas unidades: 26 e 27/03/01;

7- Apuração dos votos 28/03/01;

8- Resultados finais da eleição;

9- Lei 13.486/2004 que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos;

c) pesquisa de campo, caracterizando uma investigação por meio de entrevistas, pautadas em roteiros semi-estruturados; realizadas em duas etapas. Na 1ª etapa a pesquisadora analisou dados referentes a pesquisa realizada pelo grupo de Políticas Públicas e Gestão da Educação em colaboração com a SMEC de São Carlos, nos anos de 2003-2004. Este grupo era composto por alunos da Pedagogia da UFSCar, sob a orientação de um professor do Departamento de Educação. Nesta pesquisa engloba dados levantados entre os diferentes segmentos (professores, funcionários, diretores e pais) das unidades escolares selecionadas. Essas entrevistas excluíram os alunos das EMEIs e os alunos de EMEBs, devido a idade.

A rede de ensino na época da eleição para diretores contava com 31 (trinta e uma) unidades escolares. Destas, uma funciona como EMEB e EMEI e o restante divididas em 7 (sete) EMEBs e 23 (vinte e três) EMEIs.

Na 2ª etapa complementamos os dados voltando a entrevistar as diretoras que foram entrevistadas na 1ª etapa, embora algumas destas já não ocupassem mais a mesma função. Das 9(nove) diretoras que participaram do processo de eleição de 2001, 2(duas) delas permaneceram na função de diretora; 4(quatro) retornaram ao cargo de origem, ou seja, professora e 3(três) foram desligadas do quadro do magistério e da rede municipal de São Carlos, visto que houve uma reorganização na estrutura administrativa do município e a função do diretor passou a ser função gratificada, conforme Lei nº 13.486/2004.

As entrevistas possibilitam o levantamento das informações fornecendo elementos para discussão e análise do problema de pesquisa proposto, pois se apresentavam como uma das possibilidades para a compreensão do processo de eleição na rede municipal a partir das informações manifestadas pelos envolvidos e posterior análise sobre a relação entre a eleição e os princípios que fundamentam a gestão democrática.

As entrevistas da 2ª etapa de coleta de dados foram realizadas pela própria pesquisadora, por meio de gravações e anotações das informações manifestadas pelos sujeitos da pesquisa, cujos roteiros encontram-se anexo ao final do trabalho. Foram explicitados no início da entrevista, qual era a natureza, a relevância e o objetivo do trabalho, salientando a importância da colaboração de cada um dos participantes para o estudo. Para que os sujeitos se sentissem mais livres ao expressar suas opiniões, a pesquisadora informou que a identificação dos mesmos não ocorreria no trabalho e o estudo garantia o anonimato dos informantes. Por princípios éticos optou-se por trabalhar com nomes fictícios para as entrevistadas.

Ao longo das entrevistas procurou-se fazer com que os sujeitos falassem livremente o que sentiam e o que pensavam, a respeito da eleição de diretores escolares e questões pertinentes a ela, ainda que houvesse um roteiro de perguntas que dirigiu a entrevista.

As entrevistas foram marcadas por telefone, com antecedência tendo sido realizadas em local de preferência dos entrevistados. Cinco preferiram realizar as entrevistas no local de trabalho e quatro optaram pela suas residências.

Também elaboramos quatro questões para o Sr. Prefeito de São Carlos visando maiores esclarecimentos para algumas dúvidas.

Ressaltamos que não foi possível entrevistar o Secretário da Educação que

ocupava o cargo no momento da eleição de diretores, então entrevistamos sua substituta, a então Diretora do Departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que também acompanhou todo o processo.

Na análise das questões buscou-se explicitar a livre expressão dos sujeitos envolvidos, suas concepções, suas idéias e as relações por eles estabelecidas quanto ao processo de eleição de diretores escolares.

Os dados foram organizados a partir das questões agrupadas, conforme os pontos coincidentes nas mesmas e posteriormente registradas e analisadas. Durante a análise das questões tivemos como objetivo explicitar as informações mais relevantes de forma a trazer respostas ao problema que norteou o estudo.

CAPÍTULO II – ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E DEMOCRACIA

2.1 – Administração Escolar

A administração escolar não formou um corpo teórico próprio no seu conteúdo, tendo sido influenciada pelas diferentes escolas de administração; para ela foram transpostos modelos de análises empresariais não adequados ao tipo de serviço que é oferecido pela escola.

Segundo Félix (1989), os teóricos de administração de empresas empenham-se na elaboração de uma teoria que se aplica à situação de administração de todas as organizações, a fim de garantir a sua generalização. Já os teóricos da administração escolar desenvolvem seus estudos partindo das teorias da administração de empresa, tentando validar as suas formulações teóricas em bases científicas para nortear a prática administrativa na organização escolar, de modo que ela alcançasse padrões de eficiência e racionalização, já alcançados pelas empresas e por outras organizações.

A escola enquanto organização escolar não fugiu da influência dos princípios da administração geral nascida a partir das necessidades do modo de produção capitalista.

No modo de produção capitalista o objetivo é acumular capital e ampliar sua reprodução decorrente de como são organizados os seus componentes: os meios de produção e a força de trabalho. Os trabalhadores são explorados visando gerar a mais-valia através do trabalho excedente:

À subordinação da força do trabalho ao capital na sociedade capitalista é consequência da imediata relação social que se estabelece entre as classes sociais numa situação historicamente determinada, em que o processo de produção tem como base

concreta a produção de mercadorias e de mais-valia. (FÈLIX, 1989, p. 37).

Nesse método de exploração, os capitalistas buscavam uma teoria e prática de gerência, devido as novas relações sociais de produção e a busca da transformação da organização dos processos e dos métodos de trabalho, surgindo problemas para administrar a atividade de produção e para gerenciar as atividades, sendo assim, o controle torna-se o conceito fundamental.

No século xx surgem os pioneiros da racionalização, tidos como fundadores da escola de administração científica. Para o pensamento dessa escola, o bom administrador, tendo como função planejar cuidadosamente organizar e coordenar racionalmente as atividades e seus subordinados, ou seja, comandar e controlar suas atividades.

as teorias clássicas da administração são um exemplo da tentativa de descobrir “cientificamente” formas de garantir a apreensão de todos os resultados possíveis de serem produzidos pela força de trabalho, transformando-os em lucro.(FÈLIX, 1989, p. 36).

Esta perspectiva teve forte influência na administração escolar.

Segundo Motta (1981 apud REIS, 2000, p.19), é a partir do comportamentalismo que começa a se desenvolver com profundidade a preocupação com a construção da Teoria da Administração Educacional.

Para os comportamentalistas a organização social como sistema cooperativo racional é definida como: “um sistema planejado de esforço cooperativo, no qual cada participante tem um papel definido a desempenhar e deveres e tarefas a executar”.(MOTTA, 1992, p. 45).

Myrtes Alonso em sua obra(1988) intitulada “O papel do diretor de escola”, afirma que o aparecimento da função administrativa é decorrência da divisão do

trabalho e especialização de funções em todo e qualquer tipo de empreendimento social. Desse modo o diretor de escola constitui-se num especialista da área educacional, tendo como requisito o efetivo exercício docente.

Segundo Barnard e Simon teóricos da escola comportamentalista, citado por Alonso (1988), a decisão é o centro do processo administrativo. A partir disso, a prática administrativa relaciona-se com a questão da autoridade e do poder.

Segundo essa escola, a autoridade significa a possibilidade de que uma ordem ou um comando específico seja obedecido, sendo o poder a habilidade de uma pessoa conseguir que outras aceitem e executem as suas ordens. Assim,

“O cargo de diretor de escola representa a configuração da autoridade administrativa ao nível do microssistema. Ele se apresenta como responsável geral pelo desenvolvimento das atividades escolares e, conseqüentemente, pelo adequado desempenho de um grupo de profissionais com relação ao alcance de um objetivo estabelecido”. (ALONSO,1988, p.164).

Na década de oitenta começam a emergir formulações mais críticas numa representação dialética a respeito da administração escolar.

No Brasil, Paro (1996) em sua obra “Administração Escolar: introdução crítica”, analisou as possibilidades de uma administração escolar comprometida com a transformação social, sendo a escola uma das instituições sociais capazes de contribuir para que tal prática se concretize.

Segundo o autor, a tendência de alguns autores conceberem a escola como uma empresa, deve-se ao fato deles considerarem a atividade administrativa somente sob o ponto de vista técnico, ou seja, quando a empresa não vai bem, significa que não está sendo bem administrada, e que o mesmo acontece com a escola. Se basearmos apenas nessa dimensão correremos o risco de não

reconhecemos que a atividade administrativa é permeada por outras dimensões , tais como a humana e a político-social.

Segundo Reis (2000), o diretor de escola na medida em que coordena a construção e a realização do trabalho pedagógico desenvolvido na escola se configura como um administrador diferente ao da empresa, pois a realidade de um administrador escolar é diferente da realidade de um administrador de empresa. Este trabalha com números, dados palpáveis e um produto material final que pode ser medido e tem um valor definido, enquanto no primeiro, o dia a dia é muito complexo, multifacetado e conflituoso, além de, não visarem os mesmos objetivos.

Desta forma:

“Na escola a dimensão humana, as relações sociais e pessoais também são configuradas diferentemente de uma empresa, pois são as bases, partes integrantes do processo de trabalho desenvolvido na escola”. (REIS, 2000, p.23).

Assim, mesmo que a administração de empresa apresente aspectos que possam ser considerados atrativos, ao se pensar a organização escolar é necessário estabelecer a diferenciação entre as características e os objetivos da empresa e das instituição escolar.

Nesse sentido Paro argumenta que:

À diferença das empresas em geral, que visam à produção de um bem material tangível ou de um serviço determinado, imediatamente identificáveis e facilmente avaliáveis, a escola visa a fins de difícil identificação e mensuração, quer devido ao seu caráter, de certa forma, abstrato, quer em razão do envolvimento inevitável de juízos de valor em sua avaliação. Outra especificidade da escola diz respeito ao seu caráter de instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o elemento humano. Aí, o aluno é, não apenas o beneficiário dos serviços que ela presta, mas também participante de sua elaboração. É evidente que essa matéria-prima peculiar, que é o aluno, deve receber um tratamento todo especial, bastante diverso do que recebem os elementos materiais que participam do processo de produção, no interior de uma empresa industrial

qualquer. Finalmente, intimamente relacionada com os dois aspectos anteriores, há a consideração de intensidade do “fator” mão-de-obra na “empresa” escolar. Enquanto, na empresa produtora de bens e serviços em geral, é bastante grande a participação relativa das máquinas e demais meios de produção em geral, com tendência constante a sua intensificação cada vez maior, na escola, é a mão-de-obra que possui participação relativa mais elevada. (PARO, 1996, p. 126).

Entre as tantas características distintas entre a administração de empresa e administração escolar, a que mais se destaca, diz respeito a natureza do trabalho realizado em ambas. Na escola, a realização do trabalho pedagógico e na empresa a produção de mercadoria.

Segundo Silva Junior (1997), há incompatibilidade entre a essência do ato educativo com a administração da educação que está centrada na dominação. O autor cita Saviani em apoio à sua argumentação, ao afirmar que para se fazer educação numa sociedade capitalista necessitamos reconhecer a desigualdade que é inerente a essa sociedade. É a partir dessa compreensão que chegaremos a igualdade pretendida e alcançaremos sua plenitude com a transformação da sociedade.

No trabalho do administrador de escola faz-se necessário assumir uma postura dirigente e não dominante. Este deverá colocar-se como alguém que dirige o esforço coletivo dos professores, orientando-os para o fim comum. Desse modo, o administrador escolar estará colocando-se a serviço da educação.

Paro, ao pensar a escola como uma instituição que pode contribuir para a transformação social, sugere-nos que esta assuma um papel revolucionário na medida em que leva as massas ao saber historicamente acumulado e ao desenvolvimento da consciência crítica da realidade, pois são esses os objetivos de uma educação transformadora. E para que isso se concretize.

É preciso criar condições que favoreçam o exercício efetivo da participação. E isso não apenas no contexto da unidade escolar, mas também no nível das múltiplas determinações sociais, econômicas, e culturais que condicionam o próprio papel da escola na sociedade. Assim, a criação de condições que favoreçam o exercício efetivo da participação abrangem, desde o clima amistoso e propício à prática de relações humanas cordiais e solidárias no interior da escola, até a luta pelos direitos humanos de toda ordem no nível da sociedade global. (PARO, 1996, p.166).

Desse modo a instituição escolar, enquanto parte integrante interdependente da sociedade, exige um profissional mediador e articulador das necessidades e interesses da comunidade, e do oferecimento de uma educação de qualidade.

Sabemos que não é uma tarefa fácil, pois o surgimento e expansão da escola deu-se a partir de necessidades sociais, mas ao mesmo tempo foi influenciada pelo contexto econômico, social e político da sociedade capitalista, que expressa as marcas da exploração e exclusão social, cuja filosofia principal é a manutenção do poder que impera da minoria sobre a maioria.

2.2 - O diretor de Escola

Segundo Silva Junior (s/d) o sistema escolar brasileiro finca suas primeiras raízes na escola isolada da zona rural, quando o professor distribuía diferentes tarefas para alunos em estágios diferenciados de seu processo de escolarização. Além de ministrar sua aula, ele também era um professor que administrava a sala de aula, pois este “assistia cumulativamente a execução dessas tarefas, avaliava periodicamente a qualidade do desempenho de todas elas e fornecia os meios necessários à sua realização”. (p.209).

O autor nos esclarece que na gênese do comportamento didático-pedagógico está presente uma dimensão administrativa e que esta é inseparável ao trabalho pedagógico, pois viabiliza e legitima o empreendimento teórico e administrativo.

Ao longo do tempo, com o desenvolvimento da própria sociedade e o crescimento populacional que começa a vida nos centros urbanos, surge uma nova escola, o grupo escolar e com ele a necessidade de um diretor de escola. Na escola/sala de aula o professor era seu diretor, pois dirigia as atividades que tinham como objetivo a realização do processo de ensino. Para administrar esse novo grupo coloca-se como diretor o principal professor da escola, “aquele que à luz de sua formação, de sua experiência e de seu compromisso poderia ajudar seus companheiros na caminhada em comum que todos passam a incitar”. (SILVA JUNIOR, s/d, p.210).

No estudo feito por Cortina (1994) com o surgimento do grupo escolar houve a necessidade de uma legislação específica para essa nova realidade, numa tentativa de burocratizar o magistério público.

A burocratização do sistema de ensino pode ser considerada como um esforço de racionalização do trabalho escolar, ao utilizar-se do controle para torná-lo eficiente. Isso ocorre pelo fato de o Estado estruturar e regulamentar o ensino por meio de uma legislação específica, praticando uma dominação legal sobre o sistema, sendo o poder e o controle praticado dentro dos limites fixados por um conjunto de regras e normas que têm a força da lei.

O Grupo Escolar pressupunha, além dos professores em número igual ao das classes existentes e de professores auxiliares e adjuntos, um diretor, de preferência normalista, o qual era nomeado pelo governador.

Para a autora, dois fatores foram determinantes para a criação do cargo de diretor: Por um lado a necessidade de um elemento que garantisse a concretização da reforma educacional que se pretendia na época, prevendo sua atuação como elemento propulsor de novas idéias e que exercesse influência sobre o professor. Por outro lado, a escola primária tornou-se cada vez mais complexa, devido a crescente expansão, passando a abranger em sua organização papéis que

estabeleceram uma determinada divisão do trabalho na escola. A partir disso, foi elaborada uma legislação que enumerava uma série de atribuições administrativas como as pedagógicas conforme o tipo de organização e funcionamento da escola.

Desde o início da configuração desse profissional na educação, entre as competências do diretor acabaram sendo privilegiadas mais as funções administrativas do que as pedagógicas.

O Regimento Interno dos Grupos Escolares, previa a nomeação do diretor feita pelo governador e a exigência legal, o diploma da escola normal, preferencialmente, e dois anos de efetivo exercício docente em Grupo Escolar ou outro estabelecimento equivalente.

O concurso para direção escolar, apesar das várias tentativas, demorou um pouco para se firmar no sistema de ensino paulista. A partir de 1946, surge o cargo de Diretor de Escola em caráter efetivo.

A partir de 1958, foi exigido o diploma do curso de administrador escolar como a titulação mínima para inscrição no concurso de diretores. Em 1968, passa a ser exigida a licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar.

Na década de setenta, com a propagação no campo educacional da concepção tecnicista de educação, ocorreram mudanças para adequarem o sistema de ensino à nova legislação e à ideologia modernizante.

Com as modificações no sistema de ensino e as contínuas exigências de qualificação profissional, o cargo de diretor foi tomando forma e sendo visto como essencial. A concepção do diretor baseada numa experiência longa de docência, parecia ser substituída pela imagem do administrador, coordenador de uma equipe escolar que deveria ministrar uma educação básica pública a um contingente cada vez maior da população, tendo como principal função gerenciar o pessoal e adequar

programas e regulamentos escolares, decididos e/ou impostos pelas instâncias superiores, e ainda fiscalizar os trabalhos na escola.

Entendia-se que o diretor deveria ter como função essencial a atividade pedagógica, porém isso não aconteceu, pois este acabou por delinear-se como um componente fundamental na disseminação burocrática do sistema de ensino.

O regimento elaborado a partir da lei 5.692/71, enfocava a preponderância dos aspectos administrativos em detrimento da função pedagógica. Com relação à qualificação do Diretor de Escola, esta lei estabelece que a formação da administração e demais especialistas de ensino será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação. Conforme a Lei complementar nº 444/85 do Estado de São Paulo, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério, a qualificação exigida para ocupar o cargo de diretor de escola é a de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação específica em Administração Escolar. A mesma lei estabelece, vinculadas ao concurso público de provas e títulos, duas formas de provimento do cargo: nomeação para os ingressantes e acesso para os que já possuem um cargo na carreira do magistério.

No último concurso realizado em 2001 no Estado de São Paulo para o provimento do cargo de diretor de escola (de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como o anexo III da Lei Complementar de 30 de Dezembro de 1997), foram requisitos mínimos de titulação e tempo de serviço: ser portador do diploma do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Mestrado ou Doutorado na área de educação; ter no mínimo oito anos de exercício efetivamente prestados no magistério, em escola autorizada e reconhecida pelo órgão do respectivo sistema. Anterior a esse, o provimento do cargo de Diretor de Escola se deu por concurso público de provas e títulos, sendo obrigatória a experiência

docente de no mínimo cinco anos e formação pedagógica em nível de graduação ou pós-graduação, não necessariamente com habilitação em administração escolar.

Hoje, a escola percebe-se cercada por expectativas inovadoras. Ao discutir a dimensão pedagógica da função do diretor de escola, pretende-se explicitar a função política e social desse profissional da educação no desempenho de suas atividades cotidianas, entendendo-se que não podem se sobrepor as atividades administrativas/burocráticas, exigidas pelos órgãos superiores da educação, às atividades voltadas para a parte pedagógica.

Segundo Silva Junior (1995), em princípio o diretor de escola deve “gerenciar” e “racionalizar” a unidade de ensino. À administração da educação enquanto gerência, cabe lidar com as relações entre os educadores, buscando articular as diferentes contribuições que estejam em desenvolvimento no interior do trabalho pedagógico; enquanto que à administração da educação como “racionalização” cabe elaborar as formas mais eficientes e eficazes de realização dos empreendimentos a que se volta.

“Gerência” e “racionalização” não devem ser aplicadas na administração escolar do modo como foram elaboradas sob o modo capitalista de produção. Faz-se necessário ter claro esses princípios da teoria e prática da administração capitalista.

Silva Júnior esclarece que administrar uma escola é algo que presume domínio técnico de procedimentos, onde as particularidades da organização escolar devem se manifestar como subsídios à sua administração e na determinação dos critérios que vão coordenar a esse “gerenciamento” e a essa “racionalização”.

O Diretor de Escola para Reis (2000) sempre vai exercer um papel político no desempenho de sua função, não havendo neutralidade no agir. Nesse processo

pode se identificar qual é o seu posicionamento, se é de aceitação e conformismo à toda política educacional ou se é de integração e articulação do coletivo escolar para influenciar a política em vigor.

Esta questão nos remete a pensar em Silva Júnior (1995) quando analisa as contribuições de Gramsci sobre a compreensão clara do diretor no seu papel dirigente. O autor afirma que

o dirigente é aquele que consegue reunir à sua condição de especialista a sua condição de político. Por isso se distingue do dominante. Por não se valer da coerção e por não decidir sem estar credenciado a fazê-lo. Não sendo um simples delegado da força institucionalizada, o dirigente é ao mesmo tempo partícipe e condutor do processo que dirige. O que o credencia, é o saber especializado que detém e o que o autoriza é a confiança de seus pares. Ao primeiro ele terá chegado pelo estudo e pela experiência criticamente analisada. A Segunda ele a terá alcançado pela clareza e a constância de seu propósito da vida pessoal e profissional. (p.83).

Entende-se que, o compromisso político pedagógico exercido pelo diretor na função de administrador escolar está relacionado com a visão de sociedade e classes sociais com as quais se identifica, buscando mantê-las ou transformá-las.

O diretor de escola na medida que demonstra o compromisso com o pedagógico, exerce uma função político-social, que seria coordenar a educação formal em vários aspectos, visando alcançar objetivos mais amplos na sociedade como um todo.

Cabe ao diretor de escola, como parte responsável pelo desenvolvimento do trabalho escolar, dedicar-se ao pedagógico elaborando, discutindo, acompanhando, avaliando e refletindo junto com os professores e demais segmentos. Assim, o projeto educacional estará exercitando sua dimensão educativa, político e social. Desse modo, o ensino de qualidade oferecido pode resultar em contribuições na

formação de pessoas mais críticas e conscientes de sua realidade econômica, política e social.

A Lei Federal nº 9394/96, a mais recente lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevê a atuação do diretor como mediador na elaboração e execução da proposta pedagógica realizada por meio do trabalho coletivo, ressaltando os interesses e necessidades de todos os segmentos da comunidade escolar.

Art.12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II- Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI- Articular-se com as famílias, e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII- Informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

Por proposta pedagógica entende-se a explicitação das metas a serem atingidas pela instituição e o modo pela qual promoverá a formação integral dos educandos. Sua elaboração, implementação e avaliação diz respeito aos acontecimentos em sala de aula e também às diversas manifestações e situações do cotidiano escolar. Bem como, a atuação pedagógica do diretor de escola na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica.

Em São Carlos, a Lei nº 11.135/96 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de São Carlos atribui aos diretores de Escola de Educação Infantil e Escola de 1º Grau (Ensino Fundamental):

Dirigir a Unidade Escolar , de modo a garantir a consecução dos objetivos do processo educacional;

Promover a integração de todos os elementos competentes das equipes técnico-administrativa e docente que atuem na Unidade Escolar;

Acompanhar o desenvolvimento das atividades do plano escolar visando a execução dos propósitos curriculares, assessoramento, o controle e a avaliação de todo o processo educacional; Coordenar e controlar os serviços administrativos da Unidade escolar;

Zelar pelo fiel cumprimento do horário escolar e controlar a freqüência e assiduidade de subordinados, submetendo á apreciação superior assuntos de maior relevância;

Supervisionar o funcionamento das instituições escolares, complementares e auxiliares do ensino, objetivando o perfeito equilíbrio entre a atuação destas instituições e as demais atividades da Unidade Escolar;

Promover condições para a integração escola-família-comunidade;

Propor em face da demanda escolar a criação e supressão de classes;

Cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidas em boas condições, tomando as providências necessárias junto aos órgãos competentes, inclusive quanto ao provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;

Cumprir e zelar pelo cumprimento dos dispositivos estabelecidos no Regimento Escolar, bem com das normas e diretrizes emanadas de autoridades superiores;

Diligenciar para que sejam sanadas quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na Unidade;

Participar ou conduzir reuniões pedagógicas;

Atualizar-se profissionalmente, participando de congressos, Simpósios, Encontros, Seminários e Grupos de estudos relativos à Educação;

Coordenar a execução de programas elaborados e autorizados pelo Departamento de Educação e Cultura – DEC¹.

Os próximos dois itens são atribuições apenas do diretor de Escola de 1º Grau (Ensino Fundamental):

Aplicar advertências e suspensão aos alunos;

Encaminhar denúncias, reclamações e pedidos de sindicância ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura – DEC para deliberações.

¹ DEC – Departamento de Educação e Cultura, hoje possui outra nomenclatura SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ressalta-se que o novo Estatuto está na Câmara Municipal de São Carlos, no entanto sem previsão para entrar em vigor.

Como se vê, a figura do diretor, se apresenta como de vital importância para a escola e seu papel suscita a questão da democracia na escola.

2.3 – A Gestão Democrática da Escola

2.3.1 - Democracia

A democracia não é um fenômeno recente, faz parte da história em tempos passados. O conceito e a prática da democracia, em cada época da nossa história foram sendo alterados e tomando características específicas com o passar dos anos.

Para Bobbio (1986,p. 319), na teoria da democracia unem-se três tradições do pensamento político: 1º) a teoria clássica, das três formas de Governo, sendo democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, como Governo de um só e como Governo de poucos; 2º) a teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, baseada na contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo, tornando-se representativa, ou deriva do príncipe transmitido por delegação do superior para o inferior; 3º) a teoria moderna, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias. Segundo esta, as formas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república; a antiga democracia é uma forma de república, a qual se origina do intercâmbio entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo popular é chamado de república em vez de democracia.

Jean-Jacques Rousseau defendia o exercício da cidadania pelo povo. Afirmava, que para ser livre, o povo deveria ter condições de elaborar suas próprias leis, num ambiente de igualdade. Sendo assim, a obediência às leis significava submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão como parte do poder soberano.

Rousseau, ainda, defendia a democracia direta. Todos os cidadãos deveriam participar das assembleias, pois a vontade geral não podia ser representada. Ele também reconhecia que a democracia jamais existiu ou existiria, pois ela só seria possível numa cidade pequena para facilitar a participação do povo e para que todos se conhecessem.

O conceito e a prática da democracia foram assumindo características diferentes em cada época da história. Chegando ao Estado Liberal, a democracia representativa ganha força, e a tomada de decisões acontece num centro de poder. O povo não toma diretamente as decisões, porém elege representantes para essa finalidade por meio do voto.

Para Bobbio,

a “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade interna, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade. (BOBBIO, 2000, p. 56).

Ressalta-se que as democracias deveriam conduzir as eleições livres e justas, concedidas a todos os cidadãos. Numa democracia, as eleições não podem ser de fachada.

Os representantes do povo são eleitos por um tempo previamente determinado para governarem. Contudo, durante esse tempo de mandato os eleitos

tomam decisões importantíssimas, freqüentemente sem que o povo tenha conhecimento dos temas em discussão, tornando-os a cada dia mais distantes de quem os elegeu. O povo precisaria exercer o controle democrático do Estado para que o mesmo não atenda apenas os interesses de uma minoria que detém o poder econômico e político da sociedade. Esse controle é necessário para que os interesses do povo sejam atendidos, principalmente no que diz respeito às obrigações do poder público com os serviços coletivos, cuja responsabilidade é do Estado. Portanto, somente o voto não garante total democracia, se os eleitores são impossibilitados de controlar as ações dos representantes que elegeram para os mandatos.

A questão da democracia colocada nestes termos refere-se ao âmbito do Estado, constituída de modo representativa. Contudo, Bobbio acrescenta uma outra dimensão a esta, afirmando que a democracia não deve se referir apenas a este plano.

Numa sociedade verdadeiramente democrática, as instituições também o são, ou deverão sê-lo, uma vez que qualquer instituição ou organização é parte integrante da sociedade.

Bobbio (2000) defende, como caminho para a real democratização da sociedade, a necessidade da população ocupar novos espaços, dominados por organizações do tipo hierárquico ou burocrático.

Em sociedades, onde se intensificou o processo de democratização, pode-se verificar que

... o processo de democratização, ou seja o processo de expansão do poder ascendente, está se estendendo da esfera das relações políticas, das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, onde o indivíduo é considerado na variedade de seus status e de seus

papéis específicos, por exemplo de pai e de filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuário, etc. (BOBBIO, 2000, p.67).

O autor nos alerta para a necessidade da democratização em espaços sociais onde ela não está presente, e que a democracia política precede à democracia social, argumentando sobre a importância da participação dos cidadãos não só em exercer o direito de voto, como também em ampliar o número de instâncias de participação na sociedade.

Hoje, se se quer apontar um índice do desenvolvimento democrático este não pode mais ser o número de pessoas que têm direito de votar, mas o número de instâncias (diversas daquelas políticas) nas quais se exerce o direito de voto; sintética mas eficiente: para dar um juízo sobre o estado da democratização num dado país o critério não deve ser mais o de “quem” vota, mas o de “onde” se vota (e fique claro que aqui entendo o “votar” como o ato típico e mais comum do participar, mas não pretendo de forma alguma limitar a participação ao voto) (BOBBIO, 1997, p.56).

Para Bobbio, pensar em uma escola democrática é pensar em uma escola que garante a ampla participação de todos os segmentos nas decisões que interessam ao coletivo, através de um conjunto de regras.

Em se tratando do Brasil, percebe-se que desde os anos 70, este vem atravessando um período de transição democrática. Em 1964, com a intervenção militar houve a redução dos espaços de atuação política, chegando a cassação de mandatos parlamentares, à extinção dos partidos , à intervenção nos sindicatos dos trabalhadores (CUNHA, 2001, p. 20).

Neste período surgem importantes movimentos nacionais voltados para a redemocratização do país. A luta pelas liberdades democráticas; pela anistia; os

movimentos grevistas; a luta contra a carestia; o movimento pelas instalações de eleições “Diretas”; a conquista da eleição partidária no campo trabalhista, político e social configuraram um “clima” por maior participação e democratização em muitas esferas da sociedade brasileira, incluindo-se a organização do Estado. (CAMARGO e ADRIÃO, s/d, p. 1).

A população formada pelas camadas sociais mais baixas passou a reivindicar escola para todos e essas vagas surgiram, porém, cada vez mais com menor qualidade. O ensino oferecido às massas desvinculado a realidade, aligeirada, isto é, para evitar o surgimento da consciência crítica nesses indivíduos, para não levá-los a luta pela transformação da sociedade de modo a torná-la mais justa.

A escola da atualidade necessita abrir as portas à comunidade, pois, a exemplo dos movimentos sociais ocorridos décadas atrás, existe em seu interior um grupo progressista consciente da necessidade de formar cidadãos comunicativos, pensantes e críticos.

O diretor é uma das peças principais dentro da escola, compete a ele a conduzi-la juntamente com todos os segmentos: professores, pais, funcionários, alunos e a comunidade escolar. É por meio do compartilhamento de idéias e tomadas de decisão em conjunto que o espaço escolar tornará mais democrático.

2.3.2 – Democratização na Escola

A gestão envolve o planejamento, a organização, a direção, a coordenação, a avaliação e o controle; indo mais longe, ao focar o filosófico, o social e o político.

Do ponto de vista filosófico e social, gestão determina a posição a respeito do relacionamento entre as pessoas e os grupos e a inter-relação entre as instituições e as relações de classes existentes na sociedade. No que diz respeito ao ponto de vista político, a gestão procura encontrar mecanismos que gerem um processo de democratização das estruturas educacional através da participação dos indivíduos na definição de estratégia, na alocação de recursos, na organização escolar e, sobretudo, na redefinição de seus conteúdos fins.

Dinair Leal da Hora (1994) acredita que a gestão democrática em educação está intimamente ligada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, de classes, dos trabalhadores, de batalhas internas da educação institucionalizada e dos benefícios que ultrapassam os limites da ação da escola. Defende ainda que a escola tem condições de contribuir, no sentido de dar a afirmação histórica das classes populares, na medida em que é essencial para a construção da presença histórica, responsável e consciente, no exercício concreto da cidadania.

Para a autora é possível que uma ação administrativa de construção coletiva, da qual participará toda a comunidade escolar nas decisões do processo educativo, resultante na democratização das relações desenvolvidas na escola, contribuindo para o aperfeiçoamento administrativo pedagógico.

Hora ressalta que há de se pensar na urgente recuperação do papel do diretor-educador na liderança do processo educativo.

Nesse sentido, o diretor de escola ao participar do trabalho pedagógico na escola, pode ser considerado um líder educacional, cujas preocupações se voltam para que a escola cumpra um papel social, que na sociedade capitalista, não só vislumbre, mas transcenda as relações de denominação entre as classes sociais,

pois, na medida que demonstra o compromisso com o pedagógico, também exerce uma função político-social.

Hora (1994), elenca como objetivos quatro pontos essenciais dos que defendem a administração participativa:

- a) a extração do autoritarismo centralizador;
- b) a diminuição da divisão do trabalho que reforça as diferenças e os distanciamentos entre os segmentos sociais;
- c) a eliminação do binômio dirigente e dirigido;
- d) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são autores da história que se faz no dia-a-dia.(p.50).

Segundo Gutierrez e Catani (2001), teoricamente a participação na administração da escola está garantida por meio do Conselho de Escola, cuja forma atual resulta da luta política do início da década de oitenta, com o objetivo de dar à escola autonomia para elaborar e executar seu projeto educativo.

Os autores analisam as contribuições de Daniel Garcia Flores que preocupado com as questões que permeiam o andamento do ambiente escolar, desenvolve uma pesquisa, cujo objetivo é conhecer as razões do mau funcionamento do Conselho de Escola, ou seja, por que este não atinge a participação, transparência e democracia que, do ponto de vista formal, poderia atingir.

Daniel Garcia Flores em artigo no qual procura sintetizar suas conclusões sobre Conselho de Escola concorda com a idéia referente ao fato de que:

grande quantidade dos entrevistados declara nada conhecer sobre as atribuições legais e sobre o funcionamento dos Conselhos de Escola; os alunos apresentam maior índice de desconhecimento, mas há também professores que declaram não ter conhecimento desses aspectos. Apenas o funcionário, o supervisor e o delegado responderam conhecer tudo a respeito do Conselho de Escola.

Nossa indagação é portanto: será o Conselho de Escola uma entidade tão burocratizada, que seja melhor conhecida por funcionários, supervisores e delegados? E que espécie de atuação pode ter um Conselho cuja maioria dos membros não sabe nada a respeito de sua abrangência, competência, área de atuação e poder de decisão?

O segundo bloco de perguntas procurou detectar a participação de cada entrevistado nas reuniões e decisões do Conselho de Escola. As respostas obtidas demonstraram algumas críticas nesse aspecto, apesar de a maioria dos entrevistados achar importante os assuntos tratados e considerar que pode fazer alguma coisa pela escola através do conselho de escola. Há, enfim, uma boa imagem dos participantes sobre ele. A participação, no entanto, não é a mesma entre os diferentes grupos. Os professores, pelas respostas, parecem ser os mais participativos.

O terceiro bloco de questões pretendeu dar um espaço para as sugestões dos participantes sobre a melhoria do papel e do poder do Conselho de Escola. As sugestões foram muitas, revelando uma vontade geral de que o Conselho seja realmente aquilo que se espera dele: uma instância de participação dos diferentes segmentos interessados na melhoria da escola pública, através da atuação dos seus maiores interessados: pais, alunos, professores, funcionários e autoridades educacionais. As maiores críticas estão no emperramento desta participação, passando pela manipulação dos Conselhos por diretores, extrema burocracia, chegando à má-vontade em participar, denunciada por diferentes elementos. (apud GUTIERREZ e CATANI, 1998, p. 70).

Gutierrez e Catani concluem que no terceiro bloco dos resultados da pesquisa de Flores fica evidente o poder do diretor para encaminhar o conselho no sentido de assumir posições coerentes com a sua visão do que é melhor naquelas circunstâncias.

Acreditamos que se todos os segmentos escolares tiverem realmente uma efetiva participação no cotidiano escolar, conseqüentemente, terão maior visão e conhecimento das reais necessidades da escola, sendo assim, ao participarem do Conselho de Escola o farão com propriedade para opinar. Desse modo, parece-nos que o diretor da escola não terá como contestar as decisões tomadas pelo coletivo.

A expressão “gestão democrática” já se encontra agregada ao dicionário pedagógico das escolas públicas do Brasil. E quando falamos em gestão democrática da escola compreendemos o acesso do maior número de pessoas

participando das decisões do processo educativo. E processo participativo pressupõe ação e criação de órgãos colegiados; decisões compartilhadas entre todos os segmentos; parcerias; participação e interação dos diferentes segmentos da comunidade escolar; entre outros.

Gestão democrática implica participação intensa e constante dos diferentes segmentos sociais nos processos decisórios, no compartilhar as responsabilidades, na articulação de interesses, na transparência das ações, em mobilização e compromisso social, em controle coletivo. (Jornal do projeto pedagógico, 2002, p.1).

Essa temática tem apoio na legislação vigente. É na Constituição Federal de 1988, inciso VI do artigo 206, que o princípio da gestão democrática é tratado pela primeira vez, ao definir as bases em que o ensino será ministrado. Estabelece como um deles: “(...) gestão democrática do ensino público na forma de lei”. Esse conceito é melhor definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB- Lei nº 9.394/96, que estabelece, no inciso VIII do artigo 3º, o princípio de “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. O artigo 14, a LDB volta a tratar do assunto, estabelecendo os princípios que devem nortear a gestão democrática do ensino público na educação básica. Esses princípios destacam a necessidade de participação de todos – profissionais da educação, comunidade escolar e local – na elaboração e desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola.

Art.14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

O assunto é retomado no artigo 56 e em seu parágrafo único, no capítulo que trata educação superior, ao estabelecer que “as instituições de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

O parágrafo único estabelece a porcentagem de professores que irá compor cada comissão e órgão colegiado.

Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Como se vê a noção de gestão democrática implica um modo do relacionamento no interior da escola que amplie a participação e decisão sobre as questões fundamentais que afetam a escola.

2.4 – Processo de Escolha de Diretor de Escola

É no início dos anos 80 que tomou força a discussão sobre a gestão da escola numa perspectiva mais crítica, tendo como foco a forma de administração. Aliada a esta temática, é de fundamental importância discutir o papel do dirigente escolar e o processo de sua escolha..

A escolha do diretor já esteve pautada sobre sua capacidade enquanto docente, ou seja, o melhor professor poderia ser escolhido para ser diretor. Na prática, a afinidade com os detentores políticos no plano do poder municipal, sobretudo, acaba por ser o critério primordial. Por outro lado, esta capacidade também é avaliada por provas e títulos (concurso público). Finalmente, é por meio

de eleições na instituição escolar em alguns estados e municípios que novas formas de provimento do cargo de diretor vem assumindo proporções cada vez maiores. O fato é que não há uma uniformidade no Brasil como um todo quanto a esta questão.

A pesquisa “Escolha de Dirigentes Escolares no Brasil”, realizada por Dourado e Costa(1998) sobre o contexto educacional brasileiro dos anos 90, apresentou as modalidades mais usuais de gestão, nos estados e municípios das capitais brasileiras. O quadro abaixo resultado desta pesquisa apresenta as principais formas de provimento do cargo.

Quadro1: Provimento ao cargo de diretor		
Modalidades de provimento	Nº	%
Livre indicação por parte de uma autoridade	11	23,0
Eleição	15	31,2
Concurso Público	01	02,1
Modalidade mista: eleição com concurso público	02	04,2
Modalidade mista: eleição com plano de trabalho	09	18,7
Modalidade mista: concurso público e designação	01	02,1
Modalidade mista: currículo mais entrevista	01	02,1
Modalidade mista: eleição mais livre indicação	03	06,2
Eleição mais provas escritas	02	04,2
Outra modalidade	03	06,2
Total	48	100,0

Fonte: (ANPAE Série de Estudos e Pesquisas nº 4, 1998, p.22)

Na pesquisa foi constatada que a forma mais usual dentre as modalidades de provimento ao cargo de dirigentes escolares, em 48 secretarias de educação nas capitais brasileiras e nas unidades federadas é a eleição direta (31.2%). A modalidade mista “eleição e plano de trabalho” aparece também numa proporção significativa de 18.7%. Agregando-se “eleição” simplesmente e outras modalidades mistas constatamos, na pesquisa de Dourado, que 64.5% das secretarias estaduais de educação adotaram a eleição como meio de provimento do cargo de diretor. A

pesquisa destaca ainda que uma proporção significativa de secretarias que adotam a modalidade “livre indicação por parte de uma autoridade” (23.0%) que o concurso público é a modalidade característica do Estado de São Paulo, que por sua dimensão merece ser destacada. Resumindo, a prática de eleição para o provimento ao cargo de diretor de escola é o que parecia ser já o comum no país.

A temática da gestão democrática e da eleição de diretores de escola vem sendo discutida e é motivo de reflexão de vários autores. Para Vitor Paro, em sua obra *“Gestão Democrática da Escola Pública, Eleição de Diretores: A escola Pública Experimenta a democracia (1996)”*, a forma como é escolhido o diretor tem papel relevante sobre diversos fatores, seja na maneira de comportar-se, conduzindo as relações de maneira mais ou menos democráticas e com maior ou menor aceitação da comunidade escolar; seja na eficácia da sua ação, que promove a busca dos objetivos ou nos interesses com os quais estará comprometido na busca desses objetivos.

Na visão do autor, a eleição pode ser um dos condicionantes que contribui para mudar a organização formal das escolas no sentido de buscar formas efetivas de exercício da democracia no seu interior.

Segundo Paro (1996), a escolha de diretores das escolas públicas se dá em três modalidades, todas elas possíveis de variações, mas que não mudam suas características básicas:

- nomeação pura e simples por autoridade estatal (governamental ou não);
- concurso de títulos e provas;
- eleição.

O autor discute a eleição como processo de democratização:

À medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor de escola pública. Tal relevância fundamenta-se na necessidade do controle democrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público de acordo com os interesses da sociedade. Para isso é preciso reconhecer que a fragilidade da democracia fundamentada na participação política da população apenas no momento de eleger seus governantes e representantes legislativos em âmbito municipal, estadual e federal está em que, assim, a população fica privada de processos que, durante os períodos de mandatos parlamentares ou governamentais, permitiriam controlar as ações dos eleitos para tais mandatos no sentido de atender aos interesses das camadas populares. (PARO, 1996, p. 26 - 27).

Para o autor a democratização da escola pública não implica apenas no acesso da população aos seus serviços, mas também na tomada de decisões no que diz respeito aos seus interesses incluindo o envolvimento no processo de escolha de seus dirigentes.

Também afirma que a eleição de diretores não pode ser tomada como o “remédio” para todos os problemas da escola e, principalmente, os de natureza política, pois o processo eletivo não é a única garantia de democratização da escola. Mas, por outro lado ressalta que o processo eletivo pode trazer importantes contribuições para a democracia e exercício dela.

O autor ainda alerta-nos de que os que procuram na eleição ou em outro recurso democrático um modo de evitar conflitos ou impedir que venham à tona podem se frustrar, pois não é a isso que se presta a democracia.

Paro (1995), apresenta uma análise realizada com todos os segmentos de uma escola pública do sistema estadual de São Paulo, na qual os atores desta escola opinaram sobre a eleição de diretores. A partir desta análise o autor se referiu ao risco de, com a eleição, “as pessoas escolhidas serem as mais

reacionárias, com intenções de manipular a comunidade”:

(...) este é um risco presente em todo o processo democrático e que pouca coisa podemos fazer a não ser acreditar que a prática da democracia é um caminho que se faz caminhando e que o embate das idéias e a explicitação das contradições são mais propícios à superação dos conflitos do que o fazer de conta que eles não existem. Ademais, a prática do concurso também não afasta o risco de escolher “os mais reacionários”, já que não coloca (nem pode colocar) como exigência o compromisso político. Além disso, sendo o único critério de escolha, o concurso oferece condições propícias para o exercício do autoritarismo do diretor, já que, ao legitimar uma escolha “impessoal”, estabelece um vínculo (com permanência garantida pela estabilidade do cargo) entre o diretor e o Estado, o que exclui o compromisso direto e explícito, possível por meio de processo eletivo, com aqueles que o elegeram para um mandato o que estarão a controlar seu desempenho, podendo não eleger-lo para o próximo (idem, p. 117).

Quanto à preocupação de que a eleição possa levar à escolha de “maus” candidatos argumenta estar presente sempre a concepção de que a comunidade escolar (principalmente pais e alunos) não sabe votar, ou não está preparada por não lhe serem concedidas oportunidades de voto, porque na realidade só aprendemos votar votando.

Apesar das questões levantadas, Paro acredita que a eleição constitui a melhor forma de escolha de diretores.

Já Dourado (2000), afirma que a eleição não é o único canal na luta pela democratização da escola e das relações sociais mais amplas, porém aconselha que esta deve ser implementada e constantemente avaliada na medida em que a comunidade vai influenciando nos rumos da escola, buscando novas relações, contrapondo-se às que negam o papel de sujeitos partícipes das relações sociais.

Concorda que a eleição é um instrumento de democratização, porém não atribui por si só a garantia da democratização da gestão. Também deixa claro que a forma de provimento no cargo pode não definir o tipo de gestão, mas que interfere no curso desta.

Dourado conta-nos que nos anos 80 as formas e/ou propostas mais usuais de gestão das escolas públicas do sistema educacional brasileiro correspondiam a cinco modalidades:

- 1) Diretor indicado pelos poderes públicos (estados e municípios) - processo que consiste na livre indicação dos diretores pelos poderes públicos se configurava como a que mais coadunava e contemplava as formas mais usuais do clientelismo (DOURADO, 2000, p.83).
- 2) Diretor de carreira - processo que consiste numa modalidade reduzidamente utilizada, a sua configuração encontra-se estruturada a partir do estabelecimento de critérios rígidos ou não, sendo o acesso ao cargo vinculado a critérios como: tempo de serviço, merecimento e/ou distinção, escolarização (DOURADO, 2000, p. 84).
- 3) Diretor aprovado em concurso público - implica na valorização de méritos intelectuais, caracterizado por alguns autores como a forma mais objetiva de escolha.
- 4) Diretor indicado por meio de listas tríplexes ou sêxtuplas - processo que consiste na consulta à comunidade escolar, ou a setores desta para a indicação de nomes dos possíveis dirigentes, cabendo ao executivo ou a seu representante nomear o diretor dentre os nomes destacados (DOURADO, 2000, p. 84).
- 5) Eleição direta para diretores - processo que caracteriza-se como

[...] historicamente uma das modalidades tidas pelos movimentos sociais e, particularmente, pelo movimento dos professores como uma das formas mais democráticas, apesar de se apresentar também como uma grande polêmica. A defesa dessa modalidade vincula-se 'a crença de que o processo implica uma retomada ou conquista da decisão sobre os destinos da gestão. O processo de eleição apresenta-se de formas variadas, indo desde a delimitação do colégio eleitoral - que pode ser restrito a apenas uma parcela da comunidade escolar, ou 'a sua totalidade, compreendida como o universo de pais, alunos, professores, técnicos e funcionários - até a definição operacional para o andamento e transferência do

processo – data, local, horário, valorização operacional dos votos de participação dos vários segmentos envolvidos (DOURADO, 2000, p. 84).

O autor discute a democratização da escola e particularmente da gestão, elencando uma agenda básica de compromissos entre os vários interlocutores, destacando a necessidade de:

- 1- Compreender a intrínseca relação entre escola e sociedade.
- 2- Resgatar a identidade e função do educador e do diretor na escola.
- 3- Problematizar a função do diretor de escola e a forma de provimento ao cargo de dirigente.
- 4- Romper com a cultura autoritária da escola buscando mecanismos de democratização.
- 5- Discutir a organização do trabalho dentro da escola: hora atividade, identidade profissional pesquisa, etc.
- 6- Rediscutir no interior da escola o papel dos movimentos e a autonomia: grêmio estudantil, pais, funcionários, sindicatos.
- 7- Avaliar o projeto político – pedagógico, os docentes, os discentes e a instituição para a melhoria da qualidade.
- 8- Democratizar as informações entre todos os segmentos escolares.
- 9- Lutar pela autonomia da escola no que diz respeito aos recursos financeiros
- 10- Articular com ONGs, igrejas, empresas, poder público.

Carlos Marés discute a eleição de diretor de escola como a mais rica das formas que se apresentam para suprir a necessidade administrativa da existência de um comando dentro da escola, porque favorece o debate em torno da democracia na escola; apresenta, porém, questionamentos importantes

O fato de escolher por eleição os diretores de estabelecimento de ensino não significa, nem de longe, que o ensino seja democratizado. Há inclusive, o risco de que, escolhido por eleições, o diretor se negue a aplicar a política educacional e aplique em sua escola, isoladamente, uma política diferente. Mas aos políticos, pedagogos e educadores responsáveis pela aplicação da política estatal compete reverter a situação nessa escola, de forma preferentemente democrática, a partir de uma profunda, clara e precisa discussão política, sem perder de vista a possibilidade de intervenção, sempre possível e poucas vezes desejável. (MARÉS, 1983, p. 50).

Para o autor a essência da democracia na educação não está na escolha de diretores de escola, porém na forma de discuti-la e aplicá-la. Também afirma que compete aos pedagogos, educadores e políticos reformar a escola, através de um processo de transformação, fazendo com que a escola possibilite opções e abra caminhos aos educandos e à sociedade. Para que isso ocorra é necessário que a comunidade se auto-identifique nas formas de ser, pensar, de se relacionar entre si, consigo e com o poder. E para a concretização a escola tem que ser democrática: “a escola democrática é aquela que, aberta a toda comunidade, não ensina caminhos, mas ensina meios de se encontrar caminhos”. (MARÉS, 1983, p.49).

Considerando a escola como um espaço educativo em estreita relação com a sociedade como um todo, mais do que nunca esta deve ser concebida como um espaço democrático que realmente envolva todos os seus atores como sujeitos da sua própria história, ou seja, formando a si e aos outros.

Numa outra vertente encontramos autores como Maria de Lourdes Prais, Eny Maia, Silva Júnior, entre outros que defendem o concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo de diretor escolar que consideram uma das melhores formas de contratação de pessoas para serviço público.

O concurso público de provas e títulos contrapõe a alternativa clientelista de nomeação, pois defende a moralidade pública e evita o apadrinhamento político.

Segundo Luci Silva Samartini (1994, p.157 apud PARO, 1996, p. 25), considera que os concursos

São uma forma democrática de provimento de cargos, incluindo o Diretor de Escola , já que o concurso é aberto a quem quer que preencha os requisitos de títulos e provas. Dá oportunidades iguais a todos os capacitados, sem favorecimentos pessoais que podem ocorrer nas indicações nos apadrinhamentos e até nas eleições.

Na medida em que possibilita uma igualdade de oportunidades a todos os candidatos que atendem aos requisitos exigidos para o cargo, o concurso público tem assumido uma natureza democrática.

Eny Maia (1984), assim como outros defensores do concurso público de provas e títulos acredita que a eleição não garante a delegação de poder e nem a democratização da escola.

A autora afirma que

se a questão da democratização nas escolas passa pela distribuição de poder, a eleição em si só não garante essa nova dinâmica,. É possível reeditar as relações elitistas e autoritárias já incorporadas na história do país e em nossa história profissional. (p. 49).

Maria de Lourdes Prais (1990), comenta que a eleição de diretores tem sido considerada como sinônimo de democratização escolar, mas que por si só não garante a democratização escolar. Pois o que deve-se considerar como prioridade é a maneira que será exercida essa função independentemente da forma de provimento ao cargo.

E ressalta-nos ainda, que se considerarmos a proposta de eleição de diretor como a única garantia de democratização correremos o risco desta restringir-se à simples troca de pessoas no poder, perdendo de vista a legítima vontade de democratização da escola enquanto espaço educativo para a participação e a

cooperação ao exercício de cidadania.

Prais, descreve o papel do diretor-educador:

“a tarefa do diretor-educador assume uma dimensão de responsabilidade política. Responsabilidade que exige naturalmente tanto experiência educativa quanto competência técnica fundada no âmbito da ciência da administração escolar.

De modo que o exato equilíbrio entre competência técnica – acadêmica e sensibilidade política se coloca como requisito indispensável para o diretor-educador, antes de ser resolvida a questão subsequente do provimento do cargo. Naturalmente que qualquer forma de provimento de cargo deverá obedecer critérios inequívocos de civilidade e legitimidade”.(1990, p.87).

Silva Junior (1995), coloca o Estado de São Paulo como um pólo especial na discussão sobre o diretor de escola na educação. O autor sugere-nos que o Estado de São Paulo tem tratado a questão da direção de escola como “uma questão técnica e não como uma questão política”.

É preciso registrar, inicialmente , que, diferentemente de todos os demais Estados da Federação, inclusive os mais desenvolvidos como, por exemplo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, o Estado de São Paulo é o único a cultivar uma tradição de realização de concursos públicos para o acesso à função de diretor de escola. Isso significa, implicitamente, que o aparelho do Estado acredita na existência de um saber técnico especializado, cuja posse e domínio se constituem em requisitos prévios para o exercício da direção de escola. Acredita ainda que esse saber esteja disponível e seja transmitido nas agências de formação de diretores de escola e acredita, finalmente, que seja possível avaliar a extensão de seu domínio através de provas especialmente voltadas a essa finalidade.(SILVA JÚNIOR, 1995, p.59).

Silva Junior acredita que a política da administração escolar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo tem se guiado por um critério predominantemente técnico. E que nesse “critério técnico” estaria sustentada a qualidade política do processo, sendo assim, nada seria mais democrático que o concurso público, pois assegura a igualdade de oportunidades aos candidatos.

CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DE ELEIÇÃO DE DIRETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

3.1- Diretrizes da política educacional do município de São Carlos

A cidade de São Carlos localiza-se no interior do Estado de São Paulo, a 236 quilômetros da capital. Possui cerca de duzentos e dez mil oitocentos e quarenta e um habitantes, segundo dados do IBGE em 2004. Conta com um significativo número de estudantes que cursam o ensino superior nas duas instituições públicas no município, USP – Universidade de São Paulo e UFSCar – Universidade federal de São Carlos, além de uma faculdade FADISC – Faculdade de Direito de São Carlos e um Centro Universitário UNICEP – Centro Universitário Central Paulista, particulares.

São Carlos é considerada pólo de tecnologia de grande importância para a região e o país, devido a existência das universidades e grandes empresas. Contudo, na periferia concentram-se bolsões de pobreza formados em grande parte por imigrantes oriundos de outros pontos do estado de São Paulo e também de vários estados do Brasil à procura de emprego e melhores condições de vida.

No ano de 2001, a rede municipal de Ensino Fundamental de São Carlos era constituída por sete escolas, situadas em bairros distantes do centro, atendendo a população urbana e também alunos da zona rural. Quanto à Educação Infantil era constituída por 24 escolas situadas em vários bairros da cidade atendendo a clientela das imediações.

A rede estadual segundo dados da Diretoria de Ensino contava com 46 escolas de Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries); a rede particular contava com 45 escolas, destas 3 unidades mantidas pelo SESI (Serviço Social de Indústria).

Quadro2: Quantidade de Escolas no Município de São Carlos				
Rede de Ensino	Municipal	Estadual	Particular	Total
Quantidade de escolas	31 ¹	46	45	112

Fonte: Diretoria Regional de Ensino de São Carlos

Na rede estadual do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de São Carlos a forma de provimento ao cargo de dirigentes escolares é através de concurso de provas e títulos; na rede particular geralmente o provimento é feito por indicação dos proprietários. No SESI o responsável pela unidade escolar é denominado coordenador e a forma de provimento do cargo é através de concurso interno, oferecido para os professores desta rede.

Na rede municipal de ensino até 2000, a forma de provimento do cargo de dirigentes escolares foi por indicação do prefeito.

Nas últimas décadas o município de São Carlos foi administrado por partidos conservadores que se revezavam no poder local. De 1952 a 1983 foram os partidos MDB e ARENA; de 1983 a 2000 foram os partidos PMDB, PDS e PTB.

¹ Uma dessas escolas oferecia educação infantil e ensino fundamental de 1ª a 4ª série e foi contada apenas uma vez como unidade de educação infantil pré-escola.

Em 2001 ocorre a vitória do primeiro partido de esquerda para a política local; o Partido dos Trabalhadores – PT, cujas diretrizes construídas coletivamente, em nível nacional, para a educação eram as seguintes:

1. Democratização do acesso: para além da oferta de vagas, faz-se necessário garantir a permanência dos educandos na escola, inclusive aquelas que não tiveram acesso à escola em idade própria;
2. Democratização da gestão da educação: entende-se que a consolidação das relações democráticas garantirá o rompimento das estruturas autoritárias, as quais valorizam a centralização das decisões como mecanismo de manutenção de poder;
3. Democratização do conhecimento: esta diretriz visa garantir a todos a apropriação dos conhecimentos científicos e culturais universalmente produzidos, articulados com valores locais e regionais. Constitui-se um dos pilares para que se efetivem as mudanças pretendidas, com o fortalecimento da relação dialógica.

Em função dessas diretrizes a SMEC – Secretaria de Educação e Cultura estabelece uma política educacional baseada em cinco eixos:

1. Democratização do acesso;
2. Democratização da gestão;
3. Melhoria da qualidade de ensino;
4. Educação de jovens e adultos;
5. Educação inclusiva.

Segundo esse documento o eixo de número um da política da SMEC compreende a democratização do acesso. Este diz respeito não só a oferta de vagas, mas também da permanência dos educandos das variadas faixas etárias na

escola. Para os profissionais que atuam nas escolas da rede municipal, pressupõe-se a garantia de qualificação e acesso por concurso público.

- Ampliar a capacidade de atendimento na rede municipal de educação para todos os níveis de competência do município;
- Realizar Censo Educacional;
- Realizar concurso público de provas e títulos;
- Criar programas de apoio para crianças e adolescentes em situação de risco. (Diretrizes Nacionais do Partido do PT, s/d – Xerox Parte de Documento, p.4).

O eixo de número dois discute a democratização da gestão:

- Incentivar a participação da comunidade usuária dos serviços públicos de educação nos processos decisórios;
- Instituir processo de eleição de diretores para a rede municipal de ensino;
- Descentralizar recursos para as escolas;
- Instituir Conselhos de Escolas nas Unidades Escolares;
- Organizar Conselho Municipal de Conselhos de Escolas e Creches;
- Incentivar a formação de grêmios escolares nas escolas;
- Organizar Conselhos de Acompanhamento Social dos programas educacionais implementados pela gestão participativa. (Diretrizes Nacionais do Partido do PT, s/d – Xerox Parte de Documento, p.4).

A democratização da gestão da educação implica na participação constante de todos os segmentos sociais na tomada de decisões administrativas e pedagógicas da escola.

O eixo de número três, melhoria da qualidade de ensino tem como propósito assegurar a todos a apropriação dos conhecimentos produzidos universalmente e acumulados pela humanidade, mas também a melhoria das condições de trabalho educacional.

- Modernizar as estruturas escolares, oferecendo condições materiais para o desenvolvimento dos educandos;
- Construir coletivamente plano de carreira para os profissionais da Educação;

- Rediscutir e readequar o Estatuto do magistério Público Municipal;
- Estabelecer políticas de formação permanente profissional para trabalhadores, articulados com programas de elevação da escolaridade, em parceria com entidades públicas ou privadas;
- Implantar gradativamente nas escolas municipais salas de informática. (Diretrizes Nacionais do Partido do PT, s/d – Xerox Parte de Documento, p. 4).

O eixo de número quatro educação de jovens e adultos, compreende a tentativa de dar início à erradicação do analfabetismo no município, pois em São Carlos considerado um pólo de alta tecnologia, há 38.000 pessoas sem ensino fundamental e 10.000 adultos analfabetos. Esta diretriz tem como objetivos:

- Criar núcleos de alfabetização de jovens e adultos (MOVA);
 - Ampliar a oferta para atendimento da demanda de educação de jovens e adultos;
- Implementar políticas educacionais que incentivem a inserção e participação de jovens e adultos em programas educacionais específico. (Diretrizes Nacionais do Partido do PT, s/d – Xerox Parte de Documento, p. 5).

Finalmente o eixo de número cinco diz respeito à educação inclusiva, pois compreende a aceitação das diferenças, de etnia, de religião, de vivência cultural. A educação inclusiva possui várias vertentes. Uma delas seria a inclusão de crianças portadoras de deficiências em sala de aula, assessoradas por professores capacitados para atender esses alunos. Trabalhar a escola no sentido de não excluir o jovem da unidade escolar por agir fora dos padrões de “normalidade” tidos pela sociedade, mas tentar resgatá-lo. A idéia de inclusão refere-se não só aos alunos, mas também aos professores no processo de ensino, ouvindo-os e fazendo com que reflitam sobre os problemas que têm enfrentado.

- Garantir o acesso à escola das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Oferecer cursos de capacitação aos profissionais da educação atuantes na Educação Especial;

- Desenvolver propostas profissionalizantes para portadores de necessidades educativas especiais;
- Ampliar o atendimento especializado às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na rede municipal de ensino. (Diretrizes Nacionais do Partido do PT, s/d – Xerox Parte de Documento,p. 5).

Percebe-se presente nestas diretrizes políticas a preocupação de exercitar a democracia; quer pela ampliação das oportunidades educacionais, quer pela inclusão, quer pelas formas de gestão da educação. E dentro deste último destaca-se a problemática do acesso ao cargo de diretor de escola.

3.2 – Diretrizes para o processo de eleição

Neste momento será discutido o início e decorrer do processo de eleição, os critérios para participação dos candidatos e a organização das comissões eleitorais.

Em 08 de março de 2001 é publicada a Portaria número 003/01 assinada pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, Professor Rubens Barbosa de Camargo, que estabeleceu critérios para a eleição de Diretor (a) de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB). O referido documento apresentou um conjunto de critérios que serão discutidos no decorrer do capítulo.

A portaria destaca:

- a necessidade de incentivar a participação dos profissionais da educação;
- a necessidade de incentivar a participação da comunidade nas discussões e decisões, valorizando a sua co-responsabilidade para com o processo pedagógico e na definição das propostas educacionais;
- a necessidade de democratização e de transparência no processo de eleição de diretor(a) das EMEIs e EMEBs;

-o interesse da comunidade na participação dos debates entre os candidatos à composição da lista tríplice a ser enviada ao Prefeito Municipal;
-Ser de livre escolha do Prefeito Municipal o provimento de cargos e empregos de especialistas em educação previstos no art. 17 do Estatuto do Magistério Público Municipal;
A disposição do Poder Público Municipal de legitimar a eleição de diretor(a) das EMELs e EMEBs.

A rede municipal contava com 31 unidades escolares² e em todas ocorreu o processo de eleição de diretor (a).

O processo teve a duração de apenas treze dias, tendo iniciado no dia 15 de março de 2001 com as inscrições e terminado no dia 28 de março, com a apuração pública. Será que 13 dias é um período suficiente para um processo de eleição de diretor (a), principalmente em se tratando de um acontecimento tão importante e desconhecido até então por todos os segmentos escolares envolvidos? Esta questão nos remete a necessidade de verificar junto aos educadores seus pontos de vista a respeito. Supostamente, a implantação de um processo democrático requer tempo para tanto; assim percebe-se que fica difícil uma preparação para o processo de eleição.

Os critérios para participar do processo de eleição para diretor(a) foram:

- a) Possuir licenciatura plena em Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar ou Pós-Graduação em Educação conforme Lei 9394/96 (LDB) e Lei Municipal 11. 135 de 08/12/96 (Estatuto do Magistério Público Municipal de São Carlos);
- b) Ser professor concursado, ou ter adquirido estabilidade no magistério Público Municipal de São Carlos pela constituição de 1988;

² Como já mencionado, uma dessas escolas oferecia educação infantil e ensino fundamental de 1ª a 4ª série e foi contada apenas uma vez como unidade de educação infantil pré-escola.

c) Estar em efetivo exercício e ter experiência de pelo menos dois anos de atividade no magistério municipal em São Carlos ou ser diretor de escola municipal em exercício há pelo menos cinco anos.

Os candidatos poderiam inscrever-se até em duas Unidades Escolares, observando a não concomitância de dias e horários para a apresentação de debate da proposta. Estes deveriam apresentar um Plano de Trabalho composto por: diagnóstico, caracterizando a unidade escolar e proposta de ação quanto aos aspectos pedagógicos e administrativos. O plano deveria ser apresentado pelo candidato para a comunidade, funcionários e usuários para debate aberto, sob a coordenação e supervisão da SMEC.

No âmbito das unidades escolares, o processo previa a organização de Comissões Eleitorais compostas por pais de alunos, professores, funcionários e seus respectivos suplentes, eleitos pelos seus pares (pais escolhiam pais, professores escolhiam professores, etc).

Em cada unidade escolar representantes destes segmentos foram convidados para participar de reunião, com o objetivo de organizar as Comissões Eleitorais.

As atribuições da Comissão Eleitoral eram: organizar a unidade escolar para o debate público, controlar e estipular o tempo de apresentação das propostas (15 minutos para cada candidato) e coordenar sua realização; elaborar a lista de presença de eleitores; acompanhar o processo eleitoral registrando em ata quaisquer ocorrências; redigir a ata de abertura e encerramento de votação; lacrar as urnas e encaminhar à SMEC; apurar os votos e redigir a ata de apuração dos mesmos.

Nesse processo tiveram direito a voto todos os profissionais lotados na unidade, alunos maiores de 16 anos e pais de alunos menores. Cada família teria

direito a um voto, independente do número de filhos matriculados na unidade escolar.

A eleição deveria ter caráter paritário entre comunidade usuária e profissionais da unidade escolar, na proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para o cômputo do resultado da apuração dos votos.

As cédulas eram de cores diferentes: branca para os pais; verde para os alunos com mais de 16 anos; rosa para os professores e azul para o diretor e demais funcionários. Este fato gerou descontentamento por parte dos eleitores, pois nas escolas de pequeno porte que contavam com poucos funcionários era fácil detectar o número de votos obtidos pelos mesmos. Acreditamos que se não houvesse diversidade de cores esta polêmica não teria ocorrido.

Houve escola em que a diretora eleita questionou o funcionário (eleitor), que não havia votado nela. Pois, como o número de funcionários votantes era pequeno e devido a diferenciação das cores das cédulas tornou-se de certa forma um tanto fácil a identificação dos votos dos funcionários.

Após o término do processo de eleição para diretor (a), o Secretário Municipal de Educação e Cultura deveria encaminhar ao Prefeito Municipal as listas tríplices, ou seja, o nome dos três candidatos que obtiveram o maior número de votos, para apreciação e efetiva escolha do diretor de cada unidade escolar.

Conforme já mencionado o art.17 do Estatuto do magistério Municipal, o prefeito tem a liberdade para indicar o diretor para administrar as unidades escolares, contudo, ele “abre mão” desta escolha ao instituir a eleição de diretor. Porém, com a apresentação da lista tríplice volta para as “mãos” do prefeito a escolha, ou pelo menos, ele mantém parcela deste poder de decidir quem será o

diretor. Este fato suscita dúvidas quanto ao caráter plenamente democrático desse processo.

3.3 - Análise do processo de eleição

Nesta etapa do trabalho analisamos o processo de eleição tendo por base o relatório que o secretário da educação encaminhou ao prefeito municipal, após o processo de eleição. Este tratou do processo de eleição para diretor (a) de todas as EMEIs e EMEBs, desde a inscrição até as listas tríplices para a apreciação e escolha do diretor das unidades escolares.

Nas 31 unidades escolares foram inscritos 63 candidatos. O número de inscrições, revela a baixa participação, comparada ao número de escolas. Segundo o relatório, a formação dos candidatos era a seguinte: 60% cursaram Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar na Rede Particular de Ensino - ASSER, Faculdade de Educação São Luís, entre outras; e os demais 40% cursaram Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar em Instituições Públicas, entre elas UNESP e UFSCar.

Quadro 3: Candidatos Inscritos para a Eleição nas Escolas Municipais						
Tipo de Estabelecimento	Dois ou mais candidatos		Um candidato		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
EMEB	3	42,9	4	57,1	7	100,0
EMEI	15	62,5	9	37,5	24	100,0
Total	18	58,1	13	41,9	31	100,0

Fonte: Relatório dos resultados das eleições ocorridas no município de São Carlos

Nas 07 EMEBs a inscrição se deu da seguinte forma: numa escola inscreveram-se 04 candidatos; numa segunda escola 03 candidatos; numa terceira, 02 candidatos; nas outras 04 inscreveu-se apenas um candidato, o mesmo que já exercia a função de diretor.

Das 24 escolas de educação infantil, em três delas inscreveram-se 04 candidatos; em cinco escolas inscreveram-se 03 candidatos, em sete inscreveram-se 02 candidatos. Em nove escolas concorreu apenas a inscrição de 01 candidato, que eram os diretores no momento. Na maioria das EMEIs concorreu apenas 01 candidato. Se o processo democrático pressupõe que haja um debate de idéias em torno de diferentes candidatos, isto parece não ter ocorrido, pelo pequeno número de inscrições.

Das 31 (trinta e uma) unidades escolares em 27 (vinte e sete) permaneceram o mesmo diretor. Se a intenção presente nas diretrizes era a renovação dos quadros de direção das escolas, isso não ocorreu segundo o relatório do próprio secretário de então.

Segundo o relatório, quanto às propostas pedagógicas, os candidatos que já eram diretores valeram-se do trabalho desenvolvido e experiência obtida no cargo como base para a proposta apresentada. Alguns contudo apresentaram algumas idéias inovadoras, as quais não foram especificadas.

Nas EMEIs, poucos candidatos descreveram aspectos do desenvolvimento infantil especificamente, e de sua atuação nesse nível de ensino, segundo relatório. Ainda consta no relatório que as ações apresentadas pareciam ser coerentes com as necessidades e com a realidade escolares.

Houve um caso em que o candidato fez uso de material timbrado da própria escola como conteúdo da proposta de trabalho, postura considerada inadequada pela SMEC.

Nos projetos foram apresentadas diversas legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Constituição Federal, a Lei orgânica Municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, utilizadas para fundamentar, explicar e justificar ações no planejamento e o papel do diretor na escola, também não especificadas no relatório.

Diversos projetos apresentaram propostas para a Educação Especial, prevendo a inclusão, porém não ofereciam propostas concretas para atendimento dessa demanda.

Alguns projetos geraram dúvidas e desconfiança por parte da SMEC, sugerindo uma possível “encomenda” devido à semelhanças dos tópicos, itens e temas abordados, em uma mesma unidade escolar, porém de candidatos diferentes.

Segundo o relatório, os debates públicos para apresentação das propostas foram coordenados pelas Comissões Eleitorais de cada unidade escolar e acompanhados por representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos. Estes também contaram com a participação dos funcionários e comunidade. Se o candidato não comparecesse ao debate seria excluído do processo automaticamente; porém todos compareceram.

O total foi de 7.602 votantes, porém compareceram para participar dos debates aproximadamente 2.000 eleitores. Através desses números podemos notar que apenas 27,7% dos eleitores estiveram presentes nos debates, porém a maioria não chegou a conhecer as propostas apresentadas pelos candidatos. Esses dados podem nos ajudar a esclarecer os resultados da eleição. Das 31(trinta e uma)

unidades escolares, em apenas 04 (quatro) houve renovação de diretores, nas outras 27 (vinte e sete) permaneceram os mesmos. Os votos foram apurados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos por funcionários da mesma e pelas Comissões Eleitorais de cada unidade escolar.

Quanto aos candidatos que venceram, 10 (dez) deles obtiveram mais de 90% dos votos, sendo que todos eles já exerciam a função de diretor na unidade escolar em que estavam concorrendo e apenas um deles teve concorrente para a eleição. Sete candidatos obtiveram mais de 80% dos votos, também estes exerciam a função de diretor no momento; destes, três não tiveram concorrentes. Dos 03 (três) candidatos que obtiveram mais de 70% dos votos e dos 07 (sete) que obtiveram mais de 60% todos exerciam a função de diretor na unidade em que concorreram e tiveram concorrentes. E dos 04 (quatro) candidatos com mais de 50% dos votos, apenas um era diretor no momento, mas todos eles tiveram concorrentes.

Estes resultados sugere-nos a pensar na questão do concurso como forma de provimento ao cargo de diretor, pois os eleitores optaram por escolher os diretores que ocupavam a função, no momento. Se é bom que o diretor permaneça, não é bom que haja eleição. O concurso seria uma possibilidade, já que é aberto à todos que preencham os requisitos possibilitando a igualdade de oportunidades, sem que haja favorecimentos pessoais.

Podemos observar através destes resultados que os candidatos que obtiveram maior porcentagem de votos já exerciam a função de diretor na unidade escolar e que a maioria não teve concorrentes. Portanto dentre os que obtiveram menor porcentagem de votos, a maioria não era diretor e teve concorrentes.

Neste relatório encaminhado ao Prefeito Municipal também constaram ocorrências relatadas durante o processo de eleição. Em cinco unidades escolares

houve denúncias e reclamações, especialmente com relação aos atuais diretores que participaram como candidatos. A princípio as denúncias eram anônimas. Após a certeza do direito ao sigilo da fonte - princípio garantido constitucionalmente - algumas denúncias e reclamações foram oficializadas por registro escrito e devidamente assinadas. As denúncias e reclamações apresentadas diziam respeito à perseguição do diretor aos professores e funcionários que não compartilhavam de suas idéias; mau gerenciamento de recursos humanos e financeiros; não prestação de contas dos recursos financeiros oriundos de festas e promoções realizadas na escola, durante a administração anterior; tratamento diferenciado aos funcionários, entre outros. Todos os envolvidos puderam expor suas opiniões, com direito de resposta ou esclarecimento.

Conforme o relatório da SMEC, em função das denúncias, algumas eram equivocadas e outras poderiam ser entendidas como falta de orientação das administrações anteriores. De acordo com este relatório os principais motivos pelos quais determinadas pessoas tiveram suas votações, poderia ser o medo da mudança ou da população “perder o direito à vaga na escola” (idéia de algumas pessoas de que o diretor é quem dá a vaga).

Segundo relatório havia uma expectativa no sentido em que as pessoas se sentissem plenamente livres para fazer qualquer denúncia que se fizesse necessária, tendo para tanto apoio da SMEC.

No relatório sugeria-se que fosse indicado o primeiro colocado da lista tríplice para assumir o cargo de diretor da escola, pois assim os interesses democráticos da população estariam sendo defendidos. Ainda menciona que com espírito democrático, as orientações da administração municipal poderiam dirimir

comportamentos clientelistas e autoritários. Para finalizar é colocado no relatório que:

Cumpre-nos sempre lembrar que os cargos dirigentes são considerados, pelo Estatuto do Magistério em vigor, cargos de confiança do Sr. Prefeito Municipal e de seu livre provimento, podendo ele, a qualquer momento, substituir qualquer um dos ocupantes.

Isto parece ter afetado todo o processo e seus resultados. Mesmo possuindo liberdade para indicar o diretor após a eleição, Prefeito “respeitou” a escolha da comunidade escolar na maioria das escolas, nomeando ao cargo o primeiro candidato. Excetuando-se apenas um caso, no qual a segunda candidata mais votada foi indicada. No entanto a candidata indicada não assumiu, sendo chamada uma pessoa externa à rede, que não participou do processo de eleição. Acreditamos que a primeira candidata mais votada não foi a indicada para a função de diretora devido as denúncias apresentadas contra a candidata e diretora da escola há quatro anos. E a Segunda colocada, segundo os comentários na rede municipal de ensino, não foi bem aceita pela comunidade local. Sendo assim, foi montada uma comissão e decidiu-se, com a comunidade, chamar uma pessoa externa à rede, não participante do processo.

O processo de eleição está relacionado com o eixo da democratização da gestão. Contudo, como se vê neste processo relatado pelo secretário de Educação de então, o curto prazo para realização da eleição constitui o principal obstáculo para a elaboração e discussão das propostas dos candidatos, tendo ocorrido baixa participação e ocorrências de procedimentos duvidosos. E também, com a composição da lista tríplice, a última palavra volta às mãos do prefeito. Nesse sentido podemos inferir que o processo de eleição apesar de ter como pressuposto a participação, foi caracterizado pela concessão.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS E IMPACTOS DA EXPERIÊNCIA DE ELEIÇÃO DE DIRETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Considerados os fatos anteriormente analisados referentes às normas orientadoras do processo de eleição, as limitações nela evidenciadas, bem como o processo de eleição efetivamente ocorrido e seus percalços, devemos procurar avaliar daqui para diante o que pensam a este respeito os envolvidos: professores, comunidade escolar e dirigentes.

4.1 A Visão da Comunidade Escolar

Como vimos pela análise do documento, elaborado pelo próprio secretário da educação na época, aspectos críticos foram apontados no processo de eleição. Perguntamos agora, qual a visão que os educadores envolvidos no processo tem? Decorrido já um certo prazo das eleições, muitos detalhes provavelmente já apagaram. Contudo, parece seguro supor, que os aspectos mais relevantes permanecem na memória dos educadores e da comunidade escolar em geral. Dificuldade especial foi localizar pai/mãe de alunos, e mesmo funcionários e professores. Por este motivo, foi solicitado aos diretores entrevistados, que indicassem pelo menos um funcionário, um professor e um pai/mãe que tivessem vivenciado este processo.

Os resultados aqui descritos e analisados referem-se a uma pesquisa realizada em nove escolas da rede Municipal de São Carlos por um grupo de alunos da pedagogia da UFSCar sob a orientação de um professor do Departamento de Educação. Este trabalho faz parte do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas e Gestão de Educação, em colaboração com a Prefeitura Municipal de São Carlos,

nos anos de 2003-2004. Esta pesquisa foi realizada baseando-se em uma amostra intencional de nove escolas, partindo dos seguintes critérios: ano de organização da escola, tamanho e localização; combinando escolas antigas e escolas novas, escolas localizadas no centro e escolas de periferia, escolas pequenas e escolas grandes.

Como vimos anteriormente, a renovação dos quadros dirigentes não se deu; a participação nos debates foi pequena e o tempo se revelou restrito no sentido de alcançar maior grau de democratização. Importa, agora, verificar o que pensaram as pessoas envolvidas com a escola: os próprios diretores, pais, funcionários e professores. Nesta etapa, iniciamos a análise das seguintes questões: qual a melhor forma de escolha do diretor; a visão dos componentes da comunidade escolar sobre a eleição; a situação da escola na atual administração; as mudanças percebidas na participação das pessoas após a eleição e finalizando, a opinião sobre o que deveria ser melhorado na escola. Utilizamos aqui o recurso de análise percentual, não no sentido de buscar generalização, mas sim no sentido de auscultar diferentes visões que são melhor exploradas nos dizeres dos entrevistados.

Quanto à melhor forma de escolha do diretor em todos os segmentos da comunidade escolar, observou-se que 62,5% dos entrevistados são a favor as eleições dos diretores pela comunidade; apenas 20,8% optaram pelo concurso público; 4,2% consideraram que a melhor forma é a indicação pelo prefeito; 12, 5% outra forma, porém não manifesta.

No que diz respeito à eleição do diretor pela comunidade escolar 58, 3% concordam, 25% concordam em parte e 16, 7% discordam. Os pais, de modo geral, (62,5%) concordam com a eleição do diretor da escola pela comunidade escolar, apenas 12, 8% discordam. Ao argumentar porque concordam afirmam:

“Quando era indicação vinha quem “eles” queriam e a gente tinha que engolir! Pela comunidade é mais certo, podemos ver e escolher as propostas”.

“É a coisa de conhecer a pessoa; às vezes o diretor (a) é competente, mas não tem simpatia”.

“A eleição é uma forma dos candidatos mostrarem o seu trabalho, expor o plano de trabalho, saber como vai ser a gestão, dá abertura”.

“Porque o povo escolhe por afinidade, contato e conhecimento”.

Afirmam também que o processo de eleição de diretores possibilita a liberdade para que a comunidade possa escolher o candidato conhecendo sua proposta de trabalho. Não obstante esta opinião dos entrevistados, de especial importância, segundo consta no documento enviado ao prefeito, a proporção de pessoas presentes ao debate (27,7%) (momento em que os candidatos apresentaram suas propostas de trabalho) foi bem pequeno em relação ao número de pessoas que votaram. Além disso, o tempo para a apresentação da proposta não passou de quinze minutos, para cada candidato, tempo estipulado pelos representantes da SMEC e comissão organizadora que acompanharam o evento.

Dentre os professores 37,5% concordaram com a eleição pela comunidade; 37,5% concordaram em parte e 25% discordaram. Segundo os professores os pais têm que participar em tudo na escola, mas pela fala deles a comunidade muitas vezes não conhece o candidato, nem sabe que faz parte da escola; ou seja, não é prática da comunidade participar da realidade escolar. Também foi citada a manipulação dos eleitores por parte do candidato, durante a campanha. Como se vê, os professores apresentam um posicionamento mais crítico, sendo menor a proporção dos que concordam com a eleição do diretor pela comunidade escolar, e

maior a proporção dos que discordam quando comparados com diretores, pais e funcionários.

Segundo a pesquisa 75% dos funcionários concordaram com a eleição pela comunidade; 12,5% concordaram em parte e 12,5% discordaram. No geral os funcionários concordam, por achar de direito escolherem um diretor para a escola, ao expressarem que: “se as pessoas escolherem mal não terão que culpar ninguém, pois sofrerão as conseqüências de sua própria escolha”.

É interessante notar que os funcionários têm a visão de que participar da eleição deva ser um direito deles; ou seja a participação é um direito do cidadão numa gestão democrática. Isso nos mostra que eles de certa forma sentem a necessidade da participação. Hora (1994) salienta esta idéia quando diz que a participação não só é um direito, acrescentando ser também um dever de todos para que se possa haver uma sociedade democrática, pois participação e democracia estão intimamente ligadas.

A participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estreitamente associados. (HORA, 1994, p.53).

Outro questionamento feito se referia aos resultados da eleição para a escola. Todos os segmentos da escola apresentaram um quadro otimista; 45.9% altamente positivos, 41,6% positivos; apenas 8,3% indiferentes e 4,2% negativos.

Ainda por meio deste questionamento ao analisarmos os dados de cada segmento parcialmente (pais, professores e funcionários) podemos notar que predomina a opinião de que os resultados da eleição de diretores foram considerados pelos pais e professores “altamente positivos” e menos enfaticamente os funcionários consideraram “positivos”. Na visão de 62,5% dos pais resultados são

altamente positivos, 25% positivos, 12,5% indiferentes e nenhum dos pais considerou os resultados negativos.

Os pais que consideram os resultados altamente positivos justificaram que:

“O trabalho da diretora foi uma seqüência. O dinheiro é pouco e a escola é grande, mesmo assim ela (diretora) consegue administrar bem”.

“Eu aprovo a atitude firme e exigente da diretora que deu continuidade ao trabalho que já estava sendo desenvolvido por ela.”

“Porque a diretora é competente, não tenho nada para reclamar. Mudou o cardápio das crianças, a organização da escola melhorou muito”.

“Maior participação dos pais nas decisões da escola”.

Quanto às justificativas dos pais parece-nos que permanecer o mesmo diretor é visto como ponto positivo. No que diz respeito à mudança no cardápio, acreditamos que os pais não têm conhecimento de que não é o diretor que estipula o cardápio; ainda assim, os respondentes apontaram como melhora visível.

Quanto aos professores, 50% consideraram altamente positivos os resultados da eleição dos diretores para a escola; 37,5% positivos, 12,5% são indiferentes e nenhum dos entrevistados considerou negativos os resultados. A justificativa desse resultado segundo a pesquisa é a permanência de diretores (as) que já estavam na função, o melhor relacionamento entre a direção com os outros segmentos da escola e mais diálogo.

Segundo as respostas dos professores entrevistados, percebe-se que são favoráveis à permanência dos diretores que já estavam em suas funções:

“A diretora está aqui há sete anos, procura atender a todos, é aberta ao diálogo. O processo favorece essa situação com a comunidade,

mas o diretor fica numa posição complexa: pode ser questionado pela comunidade e pela administração”.

“Porque a antiga diretora permaneceu.”

“Pois permaneceu a mesma diretora, continuando seu trabalho de anos (de outras gestões). Foi um processo democrático e a escola e as pessoas que participaram dela não tiveram que passar por adaptações de um novo diretor”.

Esta visão dos professores ajuda-nos a entender a não renovação do quadro de diretores; o que de certa forma pode reforçar a idéia de concurso ao invés da eleição para o provimento do cargo de diretor.

Segundo a pesquisa, 62,5% dos funcionários consideram positivos os resultados da eleição dos diretores para a escola, 25% altamente positivos, 12,5% negativos; nenhum dos funcionários entrevistados se manifestou indiferente.

A justificativa dos funcionários é semelhante à dos pais e professores. Porém, como mostra a pesquisa, apenas na visão dos funcionários há manifestação de que houve resultados negativos:

“Pois faltam cumprimentos, regras e normas; mesma ideologia da gestão passada. Favorecimento a certas pessoas que estão do mesmo lado (ou seja, da diretora) e desfavorecimento dos opositos (contra a diretora) perseguição, descaso com o patrimônio, o diretor finge que não vê”.

Quanto à situação da escola na atual administração municipal, na visão dos pais, professores e funcionários 41,6% afirmam que está melhor, 20,8% que está muito melhor, 25% que continua a mesma e 12,6% que piorou.

Os pais justificam que melhorou, o ensino, alimentação (instauração do conselho alimentar), uniformização, contato pessoal, a infra estrutura da escola.

Os professores dizem que melhorou, no que diz respeito à liberdade para falar, pois há maior abertura, aumento de cursos oferecidos para capacitação dos

professores, igualdade de tratamento para todos, principalmente com as crianças (por parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura); melhorou o material de consumo, alimentação de qualidade, estrutura do prédio e uniforme.

Para os funcionários melhorou em tudo, da merenda ao material escolar; aumentou o número de funcionários, professores, salas de aula e material de limpeza. Também citam a segurança (guarda civil municipal) que antes não existia, mais capacitação dos professores, aumento da oferta de vagas e conservação da escola.

Podemos observar que as melhorias apresentadas por pais, professores e funcionários não referem-se à qualidade de ensino.

No que diz respeito ao que piorou na escola na atual administração na visão dos três segmentos (pais, professores e funcionários) percebem-se certas semelhanças:

“Tem que ter mais atenção para a escola, principalmente no financeiro e para melhorias na estrutura. Eles (secretaria) não fazem nada para melhorias, só querem manter”.

“Não existe uma infra-estrutura para o funcionamento adequado da escola, isso gera um conflito com a comunidade, que agora passou a cobrar. Sei, que existem prioridades da administração, uma escala das coisas, e é isso que dificulta”.

“Em tudo, tudo o que pedimos não conseguimos, principalmente em relação à reforma. Por ser um bairro mais pobre tem menos atenção. Nada é cumprido”.

Segundo a pesquisa vários aspectos são apontados como positivos para a escola resultantes da eleição dos diretores. Na visão dos pais foram elencados:

“Mais liberdade; poder assumir os erros tanto os funcionários como a diretora e maior contato com os pais”.

“Escolhemos quem queremos. A diretora sempre pensa em melhorias, tem compromisso com a comunidade”.

“A eleição é sempre boa para a escola - estímulo e participação”.
“Os projetos e os incentivos”.

“Maior contato dos pais com a escola, melhoria da merenda”.

“A questão da liberdade para poder ter voz frente a tudo”.

Na visão dos professores:

“Comunidade participa mais e pode cobrar o trabalho da escola. O trabalho da diretora”.

“Os pais estão mais próximos da diretora e podem expor suas idéias”.

“A comunidade tem voz para escolher o diretor e assim, também, nos casos de cobrança. A participação de todos”.

“Pela eleição da diretora que já ocupava o cargo, os pais passaram a participar mais, com mais abertura”.

“Livre candidatura”.

“A permanência da mesma linha de trabalho e a continuidade deste (não houve interrupção do trabalho e nem passou por adaptações)”.

Na visão dos funcionários:

“Muito mais diálogo e integração”.

“A comunidade sabe quem indica pelo trabalho, e este tem sido bom e produtivo”.

“Maior participação dos funcionários por poder participarem desta escolha”.

“Maior participação dos pais”.

“Pessoa da casa conhece o sistema”.

Podemos notar que os três segmentos (pais, professores e funcionários) apontam como aspectos positivos resultantes da eleição de diretores a liberdade para escolher o diretor e maior participação de todos.

Também foram apontados os aspectos negativos para a escola resultantes da eleição dos diretores. Um deles foi a questão dos pais votarem sem conhecer os candidatos, pois foi pouco o tempo de campanha. O depoimento dos pais confirma o questionamento inicial quanto ao tempo de duração do processo de eleição, apenas treze dias, quinze minutos para apresentação e debate das propostas dos candidatos tempo insuficiente para conhecer os candidatos e suas propostas.

Os professores apontaram como aspectos negativos o reduzido número de pais que participam das reuniões e as críticas sem fundamentos feitas por eles, a respeito da escola. Também alegam que os pais interferem em todos os campos e que a abertura a eles deveria ser limitada, pois algumas áreas não dizem respeito a eles.

Outro aspecto que julgam ser negativo foi o não cumprimento da proposta de eleição que seria a cada 2 anos. “Não foi cumprida a proposta de eleição a cada 2 anos, porque não funcionou e a idéia foi desacreditada.”

Segundo as diretrizes para a eleição de diretores em nenhum momento especifica-se o tempo de duração da cada mandato, apenas dizia que era pro-têmpore. Mas no momento que ocorreu a eleição, na rede municipal havia rumores que teria eleição de dois em dois anos.

Os funcionários também colocaram aspectos negativos para a escola resultantes da eleição dos diretores. “Pouca divulgação para melhorar a participação dos pais”. “O receio de poder aparecer para a eleição pessoas que não conhecem e não fazem parte da escola”.

É interessante notar na fala dos funcionários a preocupação com o fato dos candidatos à direção não serem da unidade escolar. Essa preocupação pode ser analisada por duas visões, uma seria o candidato não conhecer a realidade da

escola, portanto não fazer um bom trabalho, a outra seria o candidato não ter amigos na comunidade escolar, ou seja, o entrevistado pode estar preocupado com o pessoal e não com o profissional. Apontaram como aspecto negativo problemas da administração passada, mas não citaram quais são esses problemas.

A pesquisa também apresentou opiniões acerca do clima de agitação e antagonismo que se cria na escola frente ao processo eleitoral. Nesse tópico as opiniões foram bem diversificadas:

“Isso é normal, existe mesmo, é decorrência do processo e não acho ruim, até o momento em que não há acusações”.

“Há indecisão dos pais pelas mudanças, o processo foi conturbado porque os pais ficaram confusos, não sabiam o que era melhor para a escola e para os filhos”.

“O antagonismo é próprio da comunidade; o antagonismo faz parte; a ausência do antagonismo que é perigoso”.

“Poucas pessoas ficaram contra a diretoria”.

“Pode acontecer, dependendo dos candidatos”.

“Isso não acontece”.

“Percebeu um clima de fofoca, comentários no período da eleição”.
“Sim acontece, vira um tumulto. Se tem que votar, tem que conhecer o candidato para cobrar depois. Sempre tem um clima, acho que é uma contradição o processo e a eleição”.

“Faz parte do processo de eleição – outro candidato serve de incentivo na disputa, a rivalidade é sadia”.

“O processo foi bem forte, houve muito tumulto na escola. Eu apoiava a outra candidata, mas a sua vitória foi justa”.

“Na época ouvi falar de atritos em escolas vizinhas, nesta escola não ocorreu, ocorreu pouca coisa, nada que agravasse. Talvez porque a escola seja pequena. A reunião dos pais é difícil porque moram em fazendas – difícil locomoção”.

“... Há divisão de grupos, uns a favor ao diretor outros contra”.

“... o processo foi democrático e a escolha da diretora foi quase unânime”.

Este tipo de processo pode trazer fofocas e acarretar desgastes pessoais nos concorrentes; “Um pode minar o outro”.

Outra questão estudada pelo grupo diz respeito às mudanças percebidas na participação das pessoas após a eleição. Segundo a pesquisa a maioria dos pais afirmou que houve mudanças e para melhor; após a eleição, a escola deu abertura e eles estão mais participativos. Participam de reuniões, de conselho de escola e da APM. O Conselho de escola atual, mais atuante com direito a voz e voto foi criado na administração do PT, dois anos depois da eleição de diretores, pois o Conselho Escolar que existia anteriormente não era atuante.

Para fechar a pesquisa foi questionado o que deveria ser melhorado na escola. Nesta questão foram muitas as reivindicações entre elas o espaço físico, mobiliário, estrutura física, a falta de funcionários, a falta do companheirismo, capacitação para funcionários, recursos, atendimento com terapeuta, trabalhos como os pais, o retorno dos professores de computação e troca de experiências entre os professores e que dirigentes fossem mais democráticos e que tivessem a mesma ideologia que a proposta do governo.

Até aqui considerou-se os pontos de vista da comunidade escolar, não incluindo as diretoras. O que pensavam as mesmas sobre o processo de eleição?

Para explicitar o ponto de vista dos diretores, foram entrevistadas duas diretoras de EMEB e sete diretoras de EMEIS. Elas responderam às mesmas questões referentes ao processo de eleição.

Uma das questões se referia ao que elas pensavam sobre a eleição do diretor da escola pela comunidade escolar. Das sete EMEIS quatro diretoras concordaram em parte e três concordaram plenamente. Das duas EMEBS uma diretora concorda e a outra discorda.

Como se vê, as diretoras não partilham do mesmo ponto de vista sobre o processo que as escolheu. Sobre a referida questão foram apontados como aspectos positivos para as diretoras das EMEIS:

“... representar o desejo da comunidade, já que o diretor eleito é aquele que está mais próximo da comunidade, conhece as necessidades de cada família e está hábil a atendê-las com maior facilidade”.

“... o corpo docente tem que estar em paralelo com a comunidade, é preciso ter ‘jogo de cintura’. O mediador deve estar sempre buscando os acertos. Se isso não acontece o processo trava e não se pode fazer nada”.

“... com a eleição do diretor pela comunidade tem-se um processo mais justo...”.

“... a diretoria conhece a comunidade, prioriza os anseios desta e há união entre os professores”.

Os aspectos negativos foram:

“O desgaste emocional foi muito grande (pressão interna de professores); acha que isso aconteceu em várias escolas. Os conflitos aparecem na hora da eleição”.

“... falta de oportunidade de apresentar seu projeto administrativo já que não era conhecida na escola e na comunidade. E acha que isso dificulta no processo de eleição”.

“... pode ocorrer que em algum professor tenha um poder muito grande de mobilização dos pais, convencê-los a fazer isso ou aquilo”.

“... nem sempre a comunidade conhece os diretores que estão concorrendo. Não há participação da comunidade e nem interesse. Os professores e a comunidade não estão preparados e nem acostumados com as participações”.

“... existe, também a competição entre os professores, fato que não é produtivo para a comunidade”.

“... que este processo de eleição foi introduzido de uma maneira muito rápida, pois a pessoas envolvidas não estavam acostumadas com este processo, que foi introduzido de maneira prematura. Havia outras maneiras, outras alternativas (mais apropriadas) para a seleção no momento em que foi aplicado este processo”.

Vale ressaltar nos pontos negativos levantados pelas diretoras a dificuldade para apresentar o projeto das candidatas não conhecidas na escola e na comunidade e pouco tempo para se introduzir um processo de eleição de diretores.

A diretora da EMEB que concordou com a questão argumenta “ser uma experiência nova / inédita. Já a diretora que discorda justifica com aspectos negativos:

“O momento em que a eleição foi imposta não foi ideal. Em apenas 3 meses foi imposto uma nova forma de gestão. Este processo não modificou nada pois foram mantidos os mesmos diretores. (...) ninguém estava preparado para este processo, nada foi esclarecido, foi uma jogada política, pois só foi entrar o PT que já modificou, como característico do partido”.

A outra questão é sobre os resultados da eleição para a escola: se as diretoras consideram positivos, altamente positivos, negativos ou se são indiferentes. Em quatro EMEIS as diretoras os consideraram positivos, argumentando que aumentou a participação da comunidade e passou-se a conhecer o trabalho da diretora. Destacaram também maior participação na resolução de problemas da escola não ficando somente na responsabilidade do diretor; ele passou a se dedicar mais à escola.

Duas diretoras de EMEI consideram os resultados indiferentes. Justificativa apresentada:

“É indiferente como um todo, falando da rede escolar, relacionou a relação do ex-diretor e a verba recebida era mal utilizada. Disse que foi coordenadora dessa escola e que agora percebe que o interesse em melhorar a escola é outro”.

“Continua a mesma coisa, pois o processo foi instituído prematuramente”.

Apenas uma diretora de EMEI considerou os resultados para a escola altamente positivos e justificou dizendo que 80% do segmento escolar a apoiava.

Nas EMEBs, enquanto uma diretora considerou positivo a outra só destaca como positivo a descentralização do poder e a oportunidade para a discussão dos assuntos da escola. Citou vários aspectos como sendo extremamente negativos:

“Alguns professores adotaram uma postura de como aquela diretora foi eleita (talvez não pelo voto desses professores), esta deve fazer todas as vontades de todos, ficar do lado daqueles que votaram nela; fazer tudo o que eles querem;

A partir da eleição, o posicionamento profissional do professor ficou totalmente alterado. Há uma disputa de quem vai manipular mais o diretor;

Um outro aspecto negativo seria em relação ao clima que ficou na escola. Correram muitos boatos em relação às pessoas que iriam disputar com ela, houve até o caso de uma professora que tentou prejudicá-la com mentiras, abaixo assinado para tirá-la. Todos perguntaram a ela se iria sair;

Criticou o fato de o projeto que ela apresentou não ter valido para nada. O diretor não tem autonomia para por em prática suas idéias. Foi negativo também o fato de ter sido uma eleição precoce, pois a secretaria não sabia o que fazer com os diretores eleitos;

Foi negativo, pois eu sou concursada e não tenho meu lugar garantido. Fiquei muito insegura. Não tem nem estabilidade no cargo, não sei por quanto tempo serei diretora”.

“Obs.: Neste momento a diretora demonstrou toda a sua insatisfação com este processo de escolha de diretores. Este foi um período muito ruim para ela, o clima da escola estava pesado. Um clima cheio de cobranças e pressões. Pessoas querendo sair do emprego com medo que ela perdesse as eleições. Contou um caso de que parecia que os professores queriam que ela abrisse mão dos seus próprios direitos. Não queriam que ela reservasse uma sala de aula para ela, pois já tinha o cargo de diretora. Mas corria o risco de ficar sem emprego. Mostrou assim as inúmeras conseqüências que causou o processo de eleição de diretores”.

A outra questão sugeria que as diretoras apontassem os aspectos positivos e os aspectos negativos que a escolha do diretor pela comunidade escolar trouxe para a escola. Nesta questão, os diretores relataram como pontos positivos a integração, a união, a grande participação e o apoio dos pais. É interessante notar na fala de uma das diretoras de EMEI, a mudança na forma de lidar com as pessoas, preocupada com a próxima eleição;

“Não vejo aspectos negativos, entretanto percebo que passou a existir uma mudança no tratamento dos funcionários e pais de alunos para com a direção, no sentido de “agradar” a diretora. Por outro lado, também há uma mudança na maneira com que lido com meus funcionários, alunos e pais pois, afinal, meu cargo está em jogo na próxima eleição para a eleição da escola”.

Como pontos negativos os diretores relatam a não aceitação do novo diretor por parte de alguns pais que resistem às mudanças. O momento em que aconteceu a eleição foi questionado, pois argumentam existir necessidade de mais tempo para todos (secretaria, diretores, pais, funcionários e alunos) se conhecerem melhor, ficariam cientes da proposta de trabalho, avaliariam o profissional, não a pessoa, para votar consciente.

Segundo a pesquisa, uma diretora de EMEI apontou como aspecto negativo a recriminação que sofreram tanto ela como alguns pais. Eles por terem assinado uma lista solicitando sua permanência e a diretora por anexá-la junto ao seu projeto, causando divergência entre os concorrentes. Apenas uma diretora teve resposta indiferente em relação a esta questão, pois não apontou pontos negativos nem positivos.

A quarta e última questão, diz respeito ao que deve ser melhorado no funcionamento e organização da escola na visão da diretora.

Nas duas unidades de ensino básico, duas questões foram levantadas. Uma refere-se a ampliação da escola, com a construção de uma quadra para atividades físicas e de um laboratório próprio. A outra sente a necessidade de mais apoio da Secretaria da Educação e atendimento mais rápido por parte da mesma.

Nas Escolas Municipais de Educação Infantil, várias prioridades foram citadas pelos diretores para organização e melhoria do funcionamento das escolas. Dentre estas prioridades evidenciou-se a falta de funcionários nas unidades escolares; a

necessidade de uma melhor estrutura dos prédios; a construção de bibliotecas, espaços para a realização de atividades físicas e salas de aulas. Também nas unidades de educação infantil foi levantada a questão da participação da Secretaria da Educação junto às escolas; ausência de diálogo entre professores e funcionários e individualidade entre os mesmos.

Não obstante este fato, na gestão seguinte do mesmo prefeito, a escolha do diretor pela comunidade escolar não mais se deu, sendo portanto experiência passada. Como as diretoras eleitas na 1ª etapa vêem esta situação que parece retornar ao antigamente?

4.2 A Situação Atual

4.2.1 As Mudanças

Ocorrido o processo de eleição dos diretores das escolas em 2001, podemos perceber que a avaliação feita posteriormente pelos próprios diretores e pela comunidade escolar traduz um quadro contraditório. O processo de eleição propiciou oportunidade e liberdade de escolha e participação, tanto dos profissionais da educação como da comunidade escolar. Contudo podemos salientar novamente que houve pouca discussão das propostas, poucos eleitores participaram dos debates, não ocorrendo renovação dos diretores. O quadro obtido revela as contradições da situação.

Ao iniciar nova gestão 2005, com a reeleição do mesmo prefeito, a eleição de diretores deixa de existir. Como isto se deu? O que pensam as educadoras diretoras de escola da 1ª etapa da pesquisa? A busca de respostas a estas questões

permitem lançar luzes sobre o processo de democratização no âmbito de educação e qual é o lugar da eleição de diretores.

Com a aprovação da Lei nº 13.486/2004, de 16 de dezembro, que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos, são traçados novos rumos para a função dos diretores. O capítulo IV da referida Lei trata-se dos cargos em comissão e das funções gratificadas, podendo destacar os seguintes artigos.

Art. 23 Os cargos em comissão e as funções gratificadas da Prefeitura Municipal, com os respectivos quantitativos, vencimentos e gratificações, são constantes dos anexos desta Lei.

Art. 24 Para os efeitos desta Lei, considera-se:

II – função gratificada: conjunto de atribuições específicas de direção, chefia e assessoramento, desempenhado por servidor público efetivo mediante designação do Prefeito Municipal, com gratificação fixada em lei.

Art. 25 Aos ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas aplicam-se as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho que sejam compatíveis com o regime constitucional, além das previstas na legislação municipal.

Parágrafo Único. A jornada de trabalho dos ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas deverá ser de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, podendo ser prorrogada conforme a necessidade dos serviços, sem direito a percepção de horas extras.

Art. 26 A função gratificada é destinada aos servidores do quadro permanente da prefeitura que contam com no mínimo 1 (um) ano de efetivo exercício, ou aos servidores comissionados de outras instituições, desde que cedidos via acordo ou convênio, que estejam prestando serviços à Prefeitura há no mínimo 1 (um) ano.

Art. 27. A gratificação prevista no inciso II do artigo 24 será paga apenas durante o exercício da função gratificada, não sendo incorporada ao vencimento do servidor.

O anexo I desta Lei apresenta os cargos em comissão. As funções de Diretor de Centro de Educação Infantil; Diretor de Escola de Educação Básica – Pré Escolar e Diretor de Educação Básica – Ensino Fundamental ficam extintas e passam a ser cargos em comissão.

No anexo II originam-se as funções gratificadas de:

Diretor de Escola; Supervisor de Unidade; Assessor de Direção; Assessor Pedagógico de Escola.

Como se vê, a estrutura administrativa do município de São Carlos através desta lei nº. 13.486 passa por uma reorganização e, no âmbito da educação, a função do diretor é colocada como função gratificada. O diretor de escola já não é mais eleito, e sim indicado.

Das diretoras entrevistadas na 1ª etapa apenas duas foram convidadas e permaneceram na função, quatro delas voltaram para a sala de aula e três foram desligadas do magistério municipal, pois não eram concursadas e não tinham cargo de professor para retornar à sala de aula.

Diante desta situação optamos por retornar a entrevistar as mesmas diretoras da 1ª etapa para obtermos suas opiniões a respeito da mudança. Elaboramos um questionário com dez questões, sendo seis delas referentes a caracterização das educadoras (ex-diretoras) e as outras quatro dizem respeito a visão das mesmas sobre a mudança. Esses dados coletados foram dispostos em quadros e analisados.

Procuramos entrevistar também o Secretário de Educação da primeira gestão do PT, 2001-2004, o que não foi possível dado o fato de não manter residência em São Carlos. Em seu lugar entrevistamos a pessoa que o substituiu ainda na primeira gestão. Procuramos entrevistar pessoalmente o Sr. Prefeito, no entanto, só foi possível; obter informações de sua assessoria por escrito. Com este esforço adicional na obtenção de informações procuramos cobrir os diferentes níveis de decisão sobre a implementação da política educacional em São Carlos, sobretudo no que se refere ao processo de eleição de diretores de escolas da rede municipal.

4.2.2 Caracterização da 2ª etapa de levantamento de dados

Quem são as entrevistadas? Esta pergunta é importante, pois permite qualificar sua experiência profissional e de vida e sua situação atual quanto às formas de acesso ao cargo de diretores escolares.

Quadro 4 – Caracterização geral das entrevistadas							
	Sujeitos	Tempo de magistério	Tempo de direção	Forma de ingresso na direção	Formação superior *1	Outras formações	Outras experiências na área de educação/magistério
1	Lola	7 anos	4 anos	Eleição	Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia e Mestrado em Educação	3 anos no magistério do ensino fundamental na rede municipal e 1 ano na rede estadual
2	Cenira	18anos	18anos	Cargo de Confiança	Pedagogia	Especialização em Sociologia	15 anos no magistério na rede estadual de ensino
3	Benedita	16anos	16 anos	Cargo de Confiança	Pedagogia		7 anos na função de orientadora educacional
4	Cleuza	28 anos	8 anos	Cargo de Confiança	Pedagogia	Educação Artística	20 anos na rede municipal e 7 anos na rede estadual
5	Zoraide	33anos	10 anos	Cargo de Confiança	Pedagogia		23anos particular (SESI)
6	Ilka	17 anos	13 anos	Cargo de Confiança	Pedagogia	Educação Física Especialização em Educação Física Infantil	4 anos no magistério na rede municipal e 3 anos na rede estadual
7	Telma	22 anos	4 anos	Eleição	Pedagogia	Educação Física	1 ano na função de coordenadora , 17 anos no magistério na rede municipal e 3 anos na rede estadual
8	Severina	15 anos	4 anos	Eleição	Pedagogia		11 anos no magistério na rede municipal e 1 ano na rede estadual
9	Ticiane	18 anos	4 anos	Eleição	Pedagogia		12 anos no magistério na rede municipal e 1 ano na rede estadual

Fonte: Trabalho de campo, abril, 2005.

Pelo quadro podemos observar que com relação ao tempo de magistério apenas uma entrevistada tem menos de dez anos, as demais têm de quinze à 33 anos de experiência.

¹ Todas apresentam Habilitação em Administração Escolar uma vez que é requisito previsto no Estatuto do Magistério Público Municipal vigente para a ocupação do cargo de diretor de escola na rede municipal.

Percebemos no que diz respeito ao tempo de direção que quatro entrevistadas apresentam apenas quatro anos de experiência na função, sendo que as outras cinco têm de oito a dezoito anos na direção.

Em se tratando da forma de ingresso na função de diretor de escola as quatro entrevistadas que apresentam menos tempo na função ingressaram através da eleição. As demais foram indicadas ou convidadas, portanto ocupavam um cargo de confiança.

No que se refere à formação superior, todas as entrevistadas realizaram o curso de pedagogia. As mesmas tiveram também outras formações: a entrevistada Lola possuía a pós – graduação (mestrado em educação), além de especialização em psicopedagogia. Duas apresentam outra graduação: a entrevistada Ilka educação física e a Cleuza educação artística. Outras duas entrevistadas fizeram especialização: Cenira em sociologia e a Ilka educação física infantil. As quatro restantes não possuem outra formação, além do curso de Pedagogia.

No tocante a outras experiências na área de educação/ magistério apenas uma entrevistada, Benedita não possui nenhuma experiência no magistério (sala de aula), mas consta com sete anos na função de orientadora educacional.

A experiência de magistério como requisito para a direção já faz parte da nossa história, pois desde o surgimento da figura do diretor de escola sempre houve a exigência de alguma experiência no magistério (sala de aula). Segundo Santos,

Instituído o grupo escolar, em 1894, assim como a figura do diretor e o regimento escolar, surge um tipo de escola que perdurou por quase 80 anos. Os diretores de grupo escolar, na época, eram nomeados pelo governador do Estado, portanto cargos em comissão ou de livre escolha, dentre professores normalistas e complementaristas com pelo menos dois anos de efetivo exercício no magistério primário. No regimento escolar constavam as atribuições do cargo de diretor, como sempre com sobrecarga de tarefas administrativo burocráticas. Para o exercício do cargo nenhuma formação ou habilitação específica era exigida, apenas

que o candidato fosse professor efetivo com prática docente (SANTOS, 2002, p.65).

Quanto às outras entrevistadas verificou-se que todas têm experiência no magistério da rede estadual, municipal e também no Sesi. Essa experiência varia de 1 a 15 anos no Estado, de 3 a 21 anos no ensino municipal e 28 anos no Sesi¹.

Este quadro revela que as educadoras entrevistadas (ex-diretora na maioria) são pessoas que apresentam uma formação acadêmica consistente e que acumularam experiência profissional ao longo de suas carreiras como educadoras. Certamente uma experiência que permite configurar-lhes um quadro das escolas e do sistema. Isto é um dado importante ao considerar seus pontos de vista sobre a situação atual, no que se refere especificamente à escolha de diretor das unidades de ensino.

Como podemos avaliar, a formação e a longa experiência destas entrevistadas, anteriormente diretoras de escola escolhidas através de eleição, permitem qualificar suas visões a respeito da situação atual.

A seguir apresentamos os relatos dos entrevistados na 2ª etapa da coleta de dados: as diretoras e as ex-diretoras, o Prefeito e a ex-Secretaria de Educação. Estes relatos são apresentados em quadros seguidos de análises.

4.2.3 - Visão dos entrevistados sobre a situação atual

Perguntamos às entrevistadas o que entendem por gestão democrática. A maioria respondeu que é a participação de todos, pais, professores, funcionários e comunidade para que a escola funcione de forma integrada, em torno de um objetivo comum.

¹ Sesi – Serviço Social da Indústria.

É a participação dos professores, funcionários, pais de alunos, alunos todos na mesma direção para melhoria da escola; de um modo geral, falando da gestão democrática da escola, para que a escola funcione de uma maneira integrada. (Entrevistada Ilka)

No entanto, uma das entrevistadas respondeu que os cidadãos não estão preparados para exercer sua cidadania, uma vez que eles só conseguem ver os seus problemas, do ponto de vista individual e não coletivamente e de forma democrática.

(...) os cidadãos não estão preparados para exercer a sua cidadania por completo. O cidadão vê o seu problema individual, não coletivo e democrático (...) (Entrevistada Ticiane).

No geral, a visão das educadoras entrevistadas é coerente com o que diz

Lück:

Aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de algumas e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica de sentido de cidadania. (LUCK et. al., 2001, p.18).

Predomina a idéia de que cabe ao gestor promover o ambiente favorável à participação.

Outra questão formulada às educadoras diz respeito à relação que elas vêem entre o processo de eleição e a gestão democrática. De modo geral, as entrevistadas afirmaram que a eleição de diretores esta relacionada, faz parte da gestão democrática. Justificaram seus pontos de vista em sentido de que a escolha é feita pelos pais, professores e funcionários; portanto os candidatos já estão sendo avaliados pela própria atuação do dia a dia; que a eleição estimula o crescimento da escola e esta passa a ser mais democrática atendendo aos interesses de todos.

Também a eleição favorece maior dedicação do candidato ao cargo e que o fato do diretor ser escolhido e não imposto está presente na democracia. A colocação feita pelas entrevistadas evidencia que para elas a eleição é uma das variáveis do processo democrático.

Contudo, por si só não garante a democracia. É o que afirma Prais:

A proposta de eleição do diretor tem sido tomada como sinônimo de efetivação da democratização escolar, entretanto, a proposta por si só certamente não garante a democratização da escola. Pois, independentemente da forma de provimento do cargo, deve-se considerar prioritariamente a maneira como será exercida esta função (1996, p.86).

Uma das entrevistadas acredita que o processo de eleição e a gestão democrática condizem apenas no plano ideal.

Eu acho que tem tudo a ver na parte ideal. Nem sempre isso ocorre porque entra o aspecto pessoal, não é focado e deveria ser o aspecto profissional da pessoa. E isso não é focado. (Diretora Benedita).

Deste ponto de vista, no processo de eleição de diretores, o aspecto profissional, marca importante da burocracia no sentido Weberiano enquanto organização eficiente e racional do trabalho, fica secundarizado.

O processo de burocratização, no sentido Weberiano, destaca a profissionalização, o conhecimento técnico especializado como condição para melhor desempenho das organizações e tarefas que já fazem necessárias em seu interior. Ao analisarmos o ponto de vista expresso por esta educadora, parece que a eleição de diretores, pelo menos de forma como ocorreu em São Carlos, facilita um caminho oposto, que é uma espécie de “populismo pedagógico.”

A forma de organização administrativa legal-racional caracteriza-se pela impessoalidade e pela presença das leis e normas.

Para Weber (1963),

a administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada, pressupõe habitualmente um treinamento especializado completo (p. 231).

Quando o cargo está plenamente desenvolvido, a atividade oficial exige plena capacidade de trabalho do funcionário(...) (p. 231).

A ocupação de um cargo é uma “profissão”. Isso se evidencia, primeiro, na exigência de um treinamento rígido, que demanda toda capacidade de trabalho durante um longo período de tempo e nos exames especiais que, em geral, são pré-requisitos para o emprego (p. 232).

A posse de diplomas educacionais está habitualmente ligada à qualificação para o cargo. Naturalmente, essas certidões ou diplomas fortalecem o “elemento estamental” na posição social do funcionário (p. 233).

Ferreira (1994, p. 192) baseado em Weber reforça a idéia de que as posições são ocupadas em função do mérito de seus ocupantes quando diz:

Com isso se pretende que as posições da hierarquia sejam ocupadas pelos mais capazes e não por critérios de amizade, parentesco ou afinidade política com os chefes. Essa prática tende a impedir o clientelismo (emprego de pessoas em troca de apoio político) e o nepotismo (emprego de parentes). Os exames baseados nas qualificações educacionais indicam quem deve ser recrutado e quem deve subir de posto na administração. Ela se torna uma administração por especialistas.

É interessante a fala de uma entrevistada quando diz que “entra o aspecto pessoal e deveria ser focado o aspecto profissional”, essencialmente pelo fato de (2001-2004) ter sido diretora e escolhida através da eleição. Sua fala sugere-nos pensar no quadro de diretores que não foi renovado pela eleição, no restrito tempo (15 minutos) de apresentação das propostas de trabalho e na quantidade de pessoas presentes nos debates, pequeno em relação ao total de eleitores. Trata-se de um quadro que põe em dúvida os resultados pretendidos de democratização da gestão educacional.

Parece pois que a votação se deu mais por conta de aspectos pessoais, e não o profissional.

Outro aspecto apresentado na entrevista, bastante relacionado ao aspecto anterior, foi a coação a que é submetido o diretor pelo “**voto recebido**”. Duas das entrevistadas relataram que foram cobradas pelo voto recebido. “Gostam quando o diretor diz sim para tudo. A partir do momento que se falar um não, você é ameaçado. Ah! Deixa ele, está chegando a eleição”.

Outro fato interessante é a falta de informação da pessoa entrevistada a respeito da eleição de diretores de escola em outras localidades do país. Num dos relatos a entrevistada afirmou que no Brasil há resistência quanto a esse processo de escolha sendo poucos os lugares onde utiliza desse procedimento para a escolha de diretores. Esta percepção não se coaduna com a realidade, pois em outros lugares do país já é praticada a eleição de diretores para o provimento do cargo. Retomando, segundo Dourado e Costa (1998), 31,2% das secretarias estaduais de educação adotaram a eleição como meio de provimento do cargo de diretor de escola.

Um outro ponto apontado por uma entrevistada refere-se ao surgimento de conflitos, ensejado pelo processo de eleição:

Eu acho que essa eleição foi uma idéia da Secretaria da Educação, que na realidade ao colocar em prática a democracia surgiram muitos conflitos porque o cidadão não estava preparado. (Entrevistada Ticiane).

Tratando da questão do surgimento de conflitos, Paro ressalta que:

Os que procuram na eleição ou em qualquer outro recurso democrático um modo de evitar conflitos ou impedir que os conflitos venham à tona certamente podem frustrar-se completamente pois não é a isso que a democracia se presta. (PARO, 1996, p.35).

O surgimento do conflito na escola não decorre no fato da pessoa estar ou não preparada para lidar com ele. Na verdade, o conflito é inerente a todo agrupamento social. A escola não é diferente, pois os interesses, objetivos e expectativas das pessoas em seu interior podem diferir e o processo de escolha do dirigente faz emergir este conflito. Contudo, é preciso não esquecer que por meio da democracia pode-se estabelecer estratégias para administrar os conflitos que eventualmente surgem, ou ainda, a democracia supõe o estabelecimento de regras, o reconhecimento da alteridade e a importância do indivíduo no coletivo colocando assim em evidência a relevância da participação de cada um na vida da escola e mesmo administração de tais conflitos.

Ao perguntarmos sobre o porquê da mudança ocorrida e o que pensam as educadoras entrevistadas a respeito de não existir mais a eleição de diretores das escolas municipais, as respostas apresentam uma gama de motivos bastante diferenciados.

Segundo uma entrevistada não foram levados em consideração os estatutos ao dizer que:

(...) aconteceu uma lei que foi votada em 16 de dezembro pelos vereadores, que ela não levou em consideração nem o estatuto que estava em vigor nem o estatuto que estava sendo estudado (...)
(Entrevistada Cinira).

Percebemos na fala desta e de outra entrevistada que foi uma surpresa, o fato de não haver mais eleições pois ninguém estava esperando mudanças sobre o processo de escolha de diretor, nem haviam sido avisadas a respeito. Segundo seu relato as pessoas só ficaram sabendo, no início do recesso escolar, janeiro de 2005.

A mudança ninguém ficou sabendo; foram saber na hora; essa que é a verdade, foi uma surpresa.

As diretoras que iam permanecer no cargo foram chamadas na secretaria em janeiro e avisadas que iam para outra escola e as novas diretoras também. (Entrevistada Telma).

(...) não houve mais eleição, não foi falado nada nos meios de educação (...) depois aparece a lei votada em 16/12 pelos Srs.vereadores, no início do recesso, sem ser conhecida por todos, só por algumas pessoas (...) (Entrevistada Cenira).

A opinião que prevaleceu entre as entrevistadas, é que a eleição deixou de existir porque “não deu certo”. Os motivos alegados desta mudança variam bastante entre as entrevistadas. Alguns destaques merecem ser feitos a este respeito. Três delas acreditam que foi por questões políticas.

Então, se foi por causa da coligação não sei, o prefeito deixou bem claro que alguns cargos de direção foram indicados pelos partidos que fizeram a coligação. (Entrevistada Telma).

(...) eu não participei da posse dos outros diretores, mas quem participou segundo o que o prefeito falou foi por motivos políticos mesmo. (Entrevistada Severina).

Outro motivo referiu-se ao despreparo das pessoas diante do processo de eleição. Três entrevistadas justificaram que as pessoas não estavam preparadas para a eleição, pois é um processo novo e precisa de um tempo para ser entendido.

Não existe mais, porque o processo não deu certo, as pessoas não estavam preparadas ainda para esse processo de eleição democrático. (Ilka).

(...) tudo que é novo pra ser bem entendido, leva tempo. (Severina).

Segundo Paro (1996), as pessoas só aprendem votar, votando. Então se fossemos seguir a lógica do autor deveria ser feita nova eleição de diretores e não voltar a indicar o diretor de escola, como era feito antes, só assim as pessoas iriam se acostumando. Contudo esta nova eleição deveria ser feita evitando os erros da

anterior, como por exemplo, pouco tempo para conhecimento e debate das propostas; maior divulgação, etc. Não se aprende a votar simplesmente votando se mantiverem os erros passados.

Duas entrevistadas acreditam que houve a mudança porque o processo de eleição foi desgastante tanto para quem organizou quanto para quem participou.

Entre as entrevistadas, quatro relataram que a mudança se deu porque os objetivos e expectativas do prefeito não foram atingidos. Segundo uma delas, o 1º objetivo seria a democratização da escola, mas a comunidade participou apenas no momento da eleição e a participação parou por aí. O segundo objetivo diz respeito à permanência dos diretores, eleitos pela comunidade, no cargo, mesmo que eles não estivessem correspondendo às expectativas da atual administração.

(...) a partir do momento que foi eleito pela comunidade e, mesmo não agradando a atual administração na época, eles não tiveram meios de tirar, optaram por não tirar os diretores que não agradavam. Então, esperaram acabar os quatro anos de gestão, para dizer agora vai ser diferente. (Lola).

A resposta de uma outra entrevistada ainda vai mais além, ao sugerir que a eleição foi instituída com a intenção de tirar as diretoras antigas e colocar as partidárias. Se realmente a intenção era a renovação no quadro de diretores, sabemos que isso não ocorreu após o processo de eleição. Segundo Prais (1996), se consideramos o processo de eleição de diretores como única garantia de democratização corremos o risco de nos restringirmos à simples troca de pessoa no poder. Partindo-se deste raciocínio, a opinião da entrevistada sugere-nos que o processo de eleição em São Carlos, nem conseguiu atingir tal propósito

Destacamos, também, dois pontos isolados de opiniões, mas que exprimem um aspecto importante. Um deles indica que não houve mais eleição a pedido dos

pais. Um outro afirma que a eleição deixou de existir a pedido dos professores, que não aceitaram os critérios para se fazer nova eleição de diretores, pois as exigências eram muitas e como não foi aceita a idéia de concurso optaram pela indicação. Quando a entrevistada faz essa afirmação acreditamos que está se referindo ao “novo estatuto” apresentado a rede municipal no dia 15 de outubro de 2004, pela Secretária da Educação daquele momento, pois esta quando expôs como seria a forma de provimento ao cargo de diretor sugerido pela SMEC houve um certo descontentamento, principalmente por parte das pessoas que ocupavam este cargo. A proposta era a seguinte, para se candidatar para o cargo primeiro teriam que passar por uma avaliação por escrito, somente os aprovados poderiam concorrer a eleição. Ao final da exposição deste estatuto houve um clima de agitação. Após o ocorrido, este estatuto foi enviado para as unidades escolares, cujo objetivo era a equipe escolar avaliar, discutir e acrescentar sugestões, depois devolver à SMEC para a finalização do estatuto.

Quanto aos diretores serem indicados pelo prefeito e não mais pela comunidade, quatro das entrevistadas apontaram a eleição como a melhor forma. Uma delas justificou dizendo “que o prefeito não está todos os dias junto a escola”. A outra argumentou que a comunidade escolar não concordou com a sua saída. E a terceira além de opinar pela eleição, acrescentou um desejo de concurso, se fosse possível; primeiro o concurso, depois a comunidade escolheria. Já a quarta mesmo sendo a favor da eleição discutiu os pontos positivos quando o diretor é indicado pelo prefeito:

Tem uma melhora quando corresponde a expectativa que o governo propõe. O governo propõe que vai estar trabalhando para a melhora na qualidade de ensino, então o diretor vai estar investindo na sua escola para que haja essa melhora (...) propõe melhora da merenda escolar (...) Talvez não esteja atendendo a expectativa da comunidade... Se eles (a comunidade) querem outro tipo de

melhoria, vamos supor, o diretor pode ser que não tem essa autonomia de estar realizando porque ele tem que estar atendendo a solicitação do governo e acaba não sendo uma coisa tão democrática. Você (diretor) de certa maneira vai estar induzindo, direcionando para que aconteçam determinadas coisas. (Entrevistada Ilka).

No depoimento desta entrevistada, parece-nos que quando o diretor é indicado, ele tem mais suporte/apoio da administração educacional local, enquanto que, quando ele é eleito o suporte não é o mesmo, pois representou mais a escolha da comunidade do que da instância política.

Duas entrevistadas consideraram que tanto faz a eleição como a indicação. Uma delas justificou dizendo que o prefeito tem autonomia para escolher já que é um cargo de confiança. E argumenta:

(...) acho que tem que haver coerência. É um direito que o prefeito tem em escolher aquelas pessoas que vão ocupar cargos de ponta, de interesse dele, como ele pode também ser coerente. Já que ele é democrático, ele deixa a comunidade fazer a opção, a comunidade escolar. Tem N pessoas para participar, elas estão todas habilitadas em ter a participação. Mas você tem que ser coerente. Se você prega a gestão democrática, você tem que agir democraticamente, não com algumas intenções não para dizer eu sou democrático, eu ponho eleição. No ano seguinte não deu certo naquele objetivo que eu tinha, então não serve mais essa forma de escolha. Então vamos escolher (indicar). (Entrevistada Benedita).

Para uma outra entrevistada, também é indiferente a eleição ou indicação, dizendo que as diretoras da rede municipal sempre fizeram um trabalho sério independente da forma de provimento ao cargo. Mas deixa claro que: “pessoalmente prefiro o concurso”.

Duas entrevistadas sugeriram a indicação. Uma delas justificou que o diretor indicado trabalhava conforme a proposta do prefeito. E a outra argumentou que, quando o diretor era indicado pelo prefeito, havia mais interação com a secretaria da educação e mais respaldo do município. Já pela eleição nem sempre havia essa

colaboração, devido ao pensamento da comunidade não ser o mesmo do prefeito.

Portanto sua opção foi a indicação, apesar de desejar o concurso.

Mas o melhor seria o concurso público, porque o diretor estaria prestando uma prova, medindo sua capacidade ele estaria ingressando como diretor e não ficaria o caso político, aquele caso arranjado, aquele caso que a pessoa fica, mesmo se ela não tem capacidade. Mas é amiga de fulano, ciclano, então... (Cleuza).

O relato da entrevistada sugere-nos que o diretor indicado administrará conforme a proposta de quem o indicou, podendo ficar para segundo plano as expectativas da comunidade.

Ao propiciar a indicação sem outros mecanismos que caibam a imposição de vontades particulares de pessoas ou grupos, a nomeação pura e simples por autoridades estatal encerra sempre um alto grau de subjetividade, propiciando um sem número de injustiças e de irregularidade já que não existe um critério objetivo, controlável pela população, que, além de garantir o respeito aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, possa também evitar o favorecimento ilícito de pessoas, situação que fere o princípio de igualdade de oportunidades de acesso ao cargo por parte dos candidatos. Além disso, esse procedimento tende a fazer com que o compromisso do diretor acabe se dando apenas com os interesses da pessoa ou grupo político que o nomeia. (PARO, 1996, p.19)

No relato de outras entrevistadas afirmaram que o diretor indicado pelo prefeito tem mais colaboração (respaldo) da administração. Acredito que isso não ocorre necessariamente, ou seja, mesmo através da eleição o respaldo deve ser o mesmo, já que as pessoas que o elegeram possivelmente são as mesmas e dessa forma é do interesse do prefeito trabalhar pela comunidade colocando em prática sua proposta de trabalho, independente da forma de provimento do cargo de diretor de escola.

Conforme os dados apresentados houve divergência de opiniões Três das entrevistadas sugeriram a eleição, uma delas a indicação, outra defendeu o

concurso com eleição, outras duas optaram pelo concurso público e outras duas entrevistadas foram indiferentes, apenas colocaram as vantagens e desvantagens entre eleição e indicação.

No que diz respeito à mudança ocorrida de eleição para indicação, segundo as entrevistadas não houve nenhum esclarecimento por parte da Secretaria da Educação, segundo as entrevistadas. Elas expuseram suas opiniões, de acordo com suas próprias conclusões, ou com base em informações oriundas de outras pessoas.

Qual a visão do Sr. Prefeito do município de São Carlos a respeito do processo de eleição de diretores escolares? Esta pergunta é importante, pois permite esclarecer algumas dúvidas que permaneceram após as entrevistas com as educadoras da segunda etapa do trabalho de pesquisa. Assim elaboramos quatro questões ao Sr. Prefeito a respeito do referido assunto.

A visão de gestão democrática para o Sr. Prefeito, enquanto administrador público é a de participação de todos na tomada de decisões. Citou o que é preciso para a concretização de uma gestão democrática. Também acrescentou os Conselhos escolares como órgão e espaço para debates e tomadas de decisões coletivas. E ainda argumentou que a eleição direta dos dirigentes pode ser um elemento importante.

Na segunda questão ele afirmou que existe a concepção de que a democracia pressupõe entre outros elementos, eleições diretas. Mas afirmou que para haver legitimidade necessita a garantia de igualdade entre os concorrentes, porém no processo realizado em 2001, isto não ocorreu. Também sugeriu-nos que pode ter ocorrido manipulação consciente ou não, de opiniões. E confirmou-nos que não houve renovação dos quadros dirigentes escolares. E ainda acrescentou que foi um momento de aprendizagem.

Na questão três no que diz respeito à possibilidade de em 2005 voltar a indicação do diretor como função gratificada, segundo o Sr. Prefeito houve um debate que durou mais de um ano, surgindo diversas opiniões quanto ao processo de escolha de dirigentes escolares; alguns eram favoráveis à eleição, outros ao concurso e outros à livre indicação do prefeito, tendo sido esta a escolhida por ele.

Acreditamos que quando o Sr. Prefeito menciona o debate, está se referindo as discussões feitas durante a elaboração do novo estatuto, que ainda não entrou em vigor.

Ainda na terceira questão, perguntamos porque na campanha de 2000 apresentou-se a idéia de concurso para o provimento do cargo do diretor, na plataforma eleitoral, mas após a posse do prefeito mudou para eleição. Nesta resposta houve desencontro de informações; segundo a resposta do prefeito a proposta discutida nas eleições de 2000 não era de concurso público, mas sim de eleições diretas

“A proposta discutida nas eleições de 2000, era de eleições diretas e não concurso público como aparece na questão formulada. Sendo que, logo após as eleições – entre outubro e dezembro de 2004 – militantes da área da educação se reuniram dezenas de vezes para aprofundar o debate sobre o que era plataforma eleitoral e que, então, devia se transformar em ação de governo, concluíram que seria emblemático começar com eleições imediatas para dirigentes. Por isso as eleições foram realizadas, com o resultado que já se sabe”.

Mas, segundo o documento denominado “13 propostas para governar São Carlos” lançado pelo PT durante a campanha de 2000, no item **Educação de qualidade para todos**, um parágrafo sugeria o concurso para o provimento do cargo de diretor escolar.

“É preciso também garantir a autonomia pedagógica das escolas com a regularização da carreira funcional e o provimento dos cargos de gestão por concurso”

A quarta e última questão diz respeito à diferença entre eleição e indicação e por que foi abandonada a idéia de concurso público segundo a resposta do Sr. Prefeito:

“A cultura de construção coletiva de propostas, embora agora enriquecida de avanços importantes, está ainda em estágio precário. Entendemos que será necessário criar novos espaços e oportunidades de formação e reflexão sobre a gestão democrática. E, a partir daí, poderá surgir nova proposta de processo de escolha de dirigentes”.

Embora pouco precisa, esta resposta sugere a opinião de que o processo de eleição, tal como ocorreu, foi apressado, não criou condições necessárias para que questão tão complexa pudesse ser amplamente debatida, frustrando assim expectativas de resultados positivos que à democratização escolar.

Após a análise da entrevista realizada com as educadoras (diretoras e ex-diretoras) e com o Prefeito do município de São Carlos mostrou se necessário entrevistarmos também a ex-Secretária de Educação para elucidar as dúvidas que permaneceram. Não foi possível entrevistar o primeiro Secretário de Educação que participou apenas 6 meses da gestão municipal 2001-2004 e que foi responsável pela implantação do processo de eleição.

Ressalta-se que a ex-Secretária que substituiu o Secretário na época era Diretora do Departamento de Educação e também participou de todo o processo de eleição.

Partimos da questão que diz respeito à elaboração das diretrizes que instituiu o processo de eleição de diretores.

Segundo a ex-Secretária de Educação as diretrizes foram elaboradas pelo então Secretário de Educação dos primeiros meses da gestão do PT, juntamente com a equipe da SMEC.

Conforme já assinalado anteriormente, um dos critérios para concorrer às eleições era que o candidato tivesse pelo menos dois anos de experiência no magistério e fosse efetivo da rede municipal, ou ser diretor há pelo menos cinco anos. Interrogada sobre esta questão, a ex-secretária justificou que subtendia-se que as pessoas que preenchessem tais critérios tinham conhecimento da rede municipal para atuarem como diretoras. Acrescenta que tiveram que inserir um parágrafo único no edital das eleições de EMElS e EMEBs por sofrerem pressão política por parte da Câmara dos Vereadores, pois da forma que se elaborou a primeira versão – edital da eleição das creches realizada anteriormente – estariam excluindo três pessoas, num universo de mais de 700 pessoas. Essas três pessoas não eram concursadas como professoras e foram colocadas no cargo de diretor de escola por competência política e/ou pedagógica, segundo a visão de secretários de governos anteriores. Para tal fato, Paro (1996) aponta que:

a nomeação sem concurso público ou processo eletivo para o cargo de diretor de escola não se apresenta como uma alternativa defensável para a escolha do diretor escolar, sendo condenada por todos aqueles interessados na boa gestão da escola pública (p.19).

A ex-Secretaria ainda nos afirmou que algumas dessas pessoas mostravam evidente repulsa pelo programa de governo, mas que não podiam ser excluídas.

Deixou claro que:

“diante dessa situação foi feita essa alteração no edital das EMEl’s e EMEB’s para que todos pudessem concorrer, que não significa que nós gostaríamos que eles fossem eleitos (...) E concorreram, alguns ganharam e com alguns nós trabalhamos muito bem, (...) isso não quer dizer que as outras não fizeram um trabalho importante.”

De acordo com essa afirmativa podemos nos apoiar em duas autoras no que se refere à questão de um candidato concorrer mesmo não concordando com a

proposta de governo. Por que concorrer? Será que almejavam um cargo privilegiado?

Eny Maia (1984) ao discutir os problemas da eleição, uma possível resposta a esta questão é a idéia de que as pessoas são levadas “a participar de uma verdadeira maratona de “caça ao tesouro”: a busca dos cargos privilegiados”. (p.52).

A outra questão posta à ex-Secretária refere-se ao fato dos candidatos trabalharem conforme a proposta da SMEC uma vez que não concordavam com o programa de governo, não seria garantia que esses trabalhariam nessa direção apenas pelo fato de terem sido eleitos. Prais (1996), afirma que: “Independente da forma de provimento do cargo deve-se considerar prioritariamente a maneira como será exercida esta função”. (p. 86).

Outra questão proposta dizia respeito aos candidatos à eleição de diretores participarem em até duas escolas. Como resposta a ex-Secretária nos relatou que tinham um significativo número de professores que atuavam em duas escolas, devido ao sistema de dobra, substituindo professores ou diretores e que essas pessoas conheciam a comunidade e a realidade de duas escolas.

Quando questionamos sobre o porquê da lista tríplice, a ex-Secretaria relatou que a equipe da SMEC esperava que a comunidade avaliasse de fato os valores e as propostas que os candidatos a diretores apresentaram, mesmo com o receio de serem eleitas pessoas que viessem a boicotar o trabalho da SMEC, pois com a lista tríplice o candidato indicado poderia não ser necessariamente o mais votado. Além disso, outro motivo da existência de tal lista, era o fato de denúncias de corrupção que existiam na rede municipal, sendo que não havia tempo hábil para que se fizesse uma investigação apurada das pessoas de modo a averiguar se estas de fato tiveram ou não envolvimento negativo no gerenciamento das escolas. Dessa

forma, para não excluir nenhum candidato do processo foi instituído a lista tríplice, pois assim haveria a possibilidade de indicar uma pessoa eleita pela comunidade escolar, mesmo não tendo sido a mais votada, porém não comprometida com denúncias.

Relatou, ainda, que em uma das escolas, por suspeita de desvio de verba, o Prefeito optou pela segunda colocada, pois existiam fortes indícios de má gestão do dinheiro público por parte da diretora. Porém, com o descontentamento da comunidade foi escolhida uma pessoa desconhecida da comunidade escolar que não havia participado do processo. Houve uma conversa com a comunidade escolar, para esclarecer que essa pessoa ficaria como diretora enquanto se averiguasse as suspeitas; se nada fosse constatado a primeira colocada assumiria. Ao final do processo verificaram-se problemas de gestão do dinheiro público e a professora em questão respondeu a um processo administrativo, chegando a ser punida conforme legislação. A ex-Secretaria deixou claro que não houve má intenção por parte da professora, pois o que fazia era para ajudar a escola, porém usando o dinheiro público destinado a bens de consumo para comprar bens permanentes. Devido a esses fatos a comunidade aceitou a diretora escolhida pelo Prefeito, mesmo não tendo participado do processo.

A ex-Secretária argumenta:

“do meu ponto de vista não é um processo mais democrático, eu acho que se nós tivéssemos agora avaliando a perspectiva do que já passou, tido um pouco mais de tempo, talvez nós pudéssemos com a experiência que temos hoje, em termos de cidade, poderíamos ter construído redes mais democráticas de ação dentro das escolas antes de realizar o processo eleitoral(...) o momento de amadurecimento da rede hoje é outro em relação ao que aconteceu naquele momento”.

A fala da ex-Secretária parece admitir, assim, como algumas das diretoras e ex-diretoras entrevistadas que para implementar o processo eleitoral era necessário mais tempo, conhecimento e amadurecimento. Apesar desta constatação, a mesma reitera que a rede foi preparada.

De janeiro a março foi o tempo de amadurecimento que a gente teve para conhecer a situação da rede municipal para discutir esse processo eleitoral.

Perguntamos qual a visão da ex-Secretária a respeito do tempo de duração do processo de eleição, se foi suficiente para discussão, já que o processo teve a duração de treze dias. Na sua resposta argumentou que considera os treze dias como o período da parte formal, já que o processo durou três meses, de janeiro a março. Esse foi o tempo de amadurecimento que tiveram para conhecer a rede municipal e discutir o processo eleitoral. A ex-Secretária esclareceu também que entende por processo democrático a aproximação entre objetivos a serem cumpridos na educação, o que os professores querem desenvolver na escola e o que é necessário para a comunidade. Acrescentou ainda que o processo de eleição tem o caráter de tentar trabalhar esses três elementos, a comunidade, os docentes e a direção, num mesmo direcionamento, visando a melhoria da qualidade do ensino através deste processo. Afirmou também que quando o primeiro Secretário assumiu a SMEC, a questão da eleição era clara para ele, pois vinha trabalhando em pesquisas relacionadas a esse assunto, e que desejava implantar em São Carlos um processo mais democrático. Sendo assim, de janeiro a março de 2001 estudaram como se dava a organização no interior das escolas municipais de São Carlos. E verificou-se que o diretor tinha um papel bastante autoritário, que na maioria das

escolas não havia sistemática de reuniões com o corpo docente; que as decisões vinham da direção para os professores e pais e que não havia diálogo nas escolas municipais. Segundo a ex-Secretária, na tentativa de implantar um sistema dialógico com a rede municipal, em fevereiro foram organizadas palestras no Teatro Municipal de São Carlos com pessoas importantes na área da educação.

Também perguntamos à ex-Secretária se houve reuniões para verificar qual era o desejo da rede municipal a respeito da forma de provimento do cargo de diretor de escola, pois na plataforma de governo do PT em São Carlos a idéia era de concurso. De acordo com a colocação da ex-Secretária não houve reunião naquele momento, a equipe gestora visitou as escolas e fez um levantamento de como acontecia a gestão nas unidades escolares. Dentre essas questões também foi discutida a questão da democratização escolar.

A ex-Secretária também acrescenta que:

“a proposta em si de como gerenciar partiu da Secretaria de Educação no momento do professor Rubens e foi discutida pelos grupos que se juntavam para discussão desta questão que eram grupos pequenos. Pois tinha ali quatro ou cinco pais de alunos alguns poucos professores. Eu me lembro de um diretor que participou também destas discussões, os outros não participaram. Não eram reuniões fechadas, mas também não foram reuniões convocadas”.

O depoimento da ex-Secretária tende a confirmar o que foi dito pelas diretoras e ex-diretoras entrevistadas quanto ao despreparo das pessoas no momento da eleição. Certamente, assunto como esse, importante para toda a rede municipal requeria um maior número de pessoas discutindo e uma maior divulgação.

A ex-Secretária de Educação relatou que esteve presente numa reunião no auditório do Centro Educacional Diocesano La Salle logo após o prefeito de São

Carlos ter sido eleito (2000), pois ela já fazia parte da equipe de transição de seu governo. O objetivo desta reunião, conforme relato, foi o da reafirmação de princípios por meio da discussão de pontos que constavam na Plataforma Eleitoral que o Prefeito julgava importantes, entre eles, a educação. Nessa reunião apareceram as seguintes questões: a dispensa dos professores aposentados da rede, a eleição de diretores, a forma colegiada de gestão escolar, ou seja, organização de equipes formadas por duas ou três pessoas que gestassem a escola, sem diretor. Ainda relatou que estavam presentes na referida reunião aproximadamente quinhentas pessoas e que a questão da eleição de diretores foi colocada muitas vezes por vários professores ligados a APEOESP – Associação de Professores do Estado de São Paulo.

Por fim a ex-Secretária ressalta que a “questão de eleição não surgiu do nada, ela surgiu de um desejo manifesto pela rede em alguns momentos”, apesar da idéia de concurso durante a campanha eleitoral do PT.

Esse depoimento da ex-Secretária surpreende, pois não foi mencionado por nenhuma das diretoras e ex-diretoras entrevistadas. Parece que essa reunião foi pouco divulgada e que elas, as diretoras não estavam presentes.

Retornando à entrevista do Prefeito, no que diz respeito ao concurso durante a campanha, a resposta deste, difere da resposta da ex-Secretária de Educação. Afirma ele que a proposta discutida nas eleições de 2000 era de eleições diretas e não de concurso; já a ex-Secretária aponta que a questão da eleição surgiu de um desejo manifesto pela rede. Entretanto, as entrevistadas da segunda etapa de coleta de dados (diretoras e ex diretoras), afirmaram não terem sido consultadas.

Cabe a nós tirarmos nossas conclusões no que diz respeito a esse ponto.

No questionamento em relação a se voltar ao que era antes, ou seja, a indicação para o provimento do cargo de diretor, a ex-Secretária explicou porque não foi feita uma outra eleição dentro da primeira gestão do PT, alegando que o motivo residiu no fato de estar em fase de elaboração e aprovação um novo Estatuto para o Magistério da Rede Municipal de São Carlos. Esse estatuto, segundo ela, mostra um desejo que também dizia respeito a democratização da gestão, ou seja, porque era um estatuto elaborado a partir de várias discussões realizadas com a rede. O estatuto era um sonho de gestão do Prefeito e ela enquanto Secretária de Educação explicou que trabalhou para que se concretizasse, porém não conseguiu. Esclarece que quando deixou o cargo o referido estatuto ainda não havia passado pela Câmara dos Vereadores.

A ex-Secretária afirma que, segundo o pensamento do Prefeito, o melhor momento para um novo processo eleitoral seria após a aprovação do novo Estatuto do Magistério Público Municipal. No entanto, percebeu-se que em quatro anos o estatuto não estaria concluído, sendo até pensada uma nova eleição, mas que não ocorreu devido à conjuntura política, pois ela afirma que:

“nós tínhamos ali um grupo de professores fortemente comprometido com a câmara dos vereadores, com uma força política muito grande que dificultava que se criassem condições reais democráticas de estabelecimento de um processo eleitoral”.

Em continuidade a este questionamento, a ex-Secretária ainda nos conta de outro embates importantes tidos durante a gestão, pois demorou quase um ano para aprovar na Câmara o Programa de Educação de Jovens e Adultos e a implantação do Sistema de Matrícula Democrática nas Creches. Acrescentou que os mecanismos de micro poder instalados na cidade de São Carlos, estavam presentes

na Câmara de Vereadores. Devido a esses motivos não foi realizada outra eleição, deixando para realizá-la quando estivessem com os Conselhos de Escolas mais fortalecidos. Sendo assim, passou-se a investir na formação dos conselheiros de escola através de cursos de formação e encontros mensais, com o intuito de informá-los sobre o funcionamento da rede municipal, de modo que eles compreendessem melhor o funcionamento das escolas e o direito que tinham de exercer voz e voto. A equipe da SMEC acreditava que fortalecendo esses canais de participação, este fato permitiria que a eleição de dirigentes fosse mais democrática, realmente discutida e bem trabalhada.

E quanto a idéia de se voltar a indicação do diretor, a ex-Secretária acreditou estar correspondendo a uma solicitação da “rede”, oriunda das contribuições apresentadas na proposta do novo Estatuto do Magistério Público Municipal em discussão.

Devido a nossa atuação como vice diretora de uma unidade escolar, depois de um ano de eleição, perguntamos a ex-Secretária porque no momento da eleição não houve também eleição para os vice diretores, numa chapa na qual concorressem o diretor e vice para o cargo. Sua resposta foi de que não houve amadurecimento suficiente para propor uma eleição geral, embora acredite que a eleição por equipe ganha e muito.

Em resumo, a eleição dos diretores pela comunidade escolar não renovou o quadro de diretores das unidades de ensino da rede municipal, ao contrário, na maioria dos casos, a eleição foi como confirmação do quadro anterior, nomeado pelo prefeito municipal de então. Contudo, a comunidade escolar em geral, como os diretores partilham no seu conjunto de uma visão favorável ao processo de eleição. Embora apresentaram motivos que justificam tal procedimento positivo, seus

resultados benéficos para a escola, os aspectos negativos, ainda que em menor proporção, constituem alertas importantes: o clima de disputa acirrada que avança o equilíbrio da escola, a manipulação e os sinais de clientelismo que fazem parte da nossa história política e comprometem a democratização; a inversão da relação de poder, no sentido do diretor tornar-se “refém” da comunidade. Cumpre destacar que o tempo definido para o processo de eleição constituiu fator negativo no sentido de impedir maior debate e conhecimento das propostas, ensejando pouca participação.

CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa procurou analisar o processo de eleição de diretores escolares e suas implicações na democratização da gestão escolar na rede municipal de ensino de São Carlos. Como vimos, a questão da democratização da gestão escolar é componente do processo de democratização da sociedade brasileira que vai-se impondo com a decadência dos governos militares. A produção acadêmica em torno da gestão tende a sinalizar pontos de vista distintos. Um deles aponta para a importância da eleição de diretores das escolas, enquanto meio para legitimar a posição e as relações no interior da escola estimulando a participação. Outro ponto de vista tende a valorizar a realização de concurso, enquanto meio de democratização da escola, na medida em que este processo valoriza a competência específica para o cargo, e neutraliza a influência de interesses estritamente particulares.

O município de São Carlos, uma cidade tradicionalmente conservadora segundo o senso comum, ao instituir a eleição de dirigentes escolares municipais buscou, através desta via, efetivar uma gestão democrática e participativa na escola. No entanto, o primeiro processo de eleição representou muito mais uma tentativa, uma experiência do que de fato a efetivação de um processo democrático. Apresentou aspectos positivos, mas apontou falhas em vários aspectos.

Quanto ao processo de eleição, percebemos na análise dos dados que o momento em que se instituiu a eleição de diretores escolares nos dá indícios de que foi de certa forma um tanto prematuro, pois fazia apenas três meses que o PT (Partido dos Trabalhadores) havia assumido a administração do município de São Carlos. Nesta circunstância, os segmentos escolares não estavam acostumados e nem tinham conhecimento sobre esta forma de provimento ao cargo de diretor de

escola. A eleição era uma experiência nova, cujo processo requeria maior amadurecimento.

Apesar da eleição de diretores escolares ser instituída com a intenção de ser uma nova forma de provimento ao cargo mais democrática do que as outras formas, os depoimentos das educadoras entrevistadas sugerem que este processo se deu mais por uma imposição, pois antes de ser instituída não foi realizada uma preparação por parte da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura). Segundo os depoimentos das educadoras, entrevistadas a instância responsável pelo processo não promoveu discussão, esclarecimento ou consulta a respeito da forma de provimento do cargo de diretor de escola, muito menos de eleição junto à comunidade escolar.

Esta é uma visão diferente daquela presente no depoimento da ex- Secretária de Educação. Ainda assim, se formos minuciosos na análise da fala da mesma, nós podemos perceber que realmente as discussões que ocorreram a cerca do processo de eleição de diretores não tiveram uma abrangência significativa, considerando toda a rede municipal.

Enquanto professora desta rede e participante do processo de eleição de diretores, partilhamos em parte dos depoimentos das diretoras e ex-diretoras, pois na realidade não houve a abrangência que deveria haver. Assim, antes de ser instituída a eleição de diretores escolares, a direção da Secretaria Municipal de Educação deveria ter promovido discussões e uma maior divulgação da proposta, para que realmente envolvessem toda a rede de ensino municipal, abordando o assunto e definindo qual seria a forma de provimento ao cargo de diretores nas escolas municipais. Após essas discussões deveria ser estabelecido um período de preparação para que os segmentos envolvidos se familiarizassem com a idéia de

eleição, já que era uma experiência inédita numa rede de ensino que sempre teve uma prática clientelista de indicação de diretores de escola pelo Prefeito. Talvez por isso se entenda que o processo de eleição foi imposto, não discutido, não assimilado, como se a democracia pudesse ser imposta.

A rapidez ao instituir a eleição como forma de provimento ao cargo de diretor de escola desencadeou uma série de falhas. Uma delas foi a curta duração, sendo estipulado em treze dias, aspecto já discutido no momento em que analisamos as diretrizes para o processo de eleição. Esse tempo se revelou restrito para alcançar uma maior participação e democratização da gestão escolar. Outros aspectos são, conseqüentemente, decorridos deste:

- os candidatos tiveram pouco tempo para elaborar a proposta de trabalho;
- o tempo de campanha foi pequeno para as pessoas conhecerem os candidatos e suas propostas de trabalho;
- o número de pessoas que assistiram aos debates foi baixo;
- pouca discussão a respeito do assunto.

Outro aspecto complicador do processo de eleição refere-se à igualdade de condições entre todos os concorrentes, o que não ocorreu na prática, uma vez que o próprio Prefeito reconheceu a ocorrência de desigualdade. Segundo ele, tal fato aconteceu porque as pessoas que ocupavam os cargos de direção não foram afastadas durante o processo. Esses eram cargos de confiança do Prefeito da gestão anterior, o que possibilitou espaços para o exercício, consciente ou não, de manipulação de opiniões. Este parece ter sido um fator que contribuiu para a não renovação dos quadros de dirigentes escolares. Apesar da ex- Secretária enfatizar a riqueza do processo de eleição para a escolha de dirigentes escolares, admitiu que os resultados no caso de São Carlos não alcançaram as expectativas.

De forma geral, os depoimentos obtidos sobre os aspectos positivos resultantes da eleição de diretores apontaram para a liberdade de escolha de diretores e maior participação de todos, ainda que o grau dessa participação não tenha ficado claro.

A primeira eleição de diretores na rede municipal de ensino apresentou-se, portanto, como um processo conflituoso, pois os aspectos negativos poderiam ter sido ser avaliados de um modo a aperfeiçoar a realização de outras eleições, dando continuidade do processo inicial. Mas, não foi o que ocorreu, pois a experiência de São Carlos foi curta, não sobrevivendo a mais de uma gestão, embora o mesmo Prefeito tenha sido eleito novamente.

Outro aspecto que podemos apontar como negativo, é que o processo de eleição facilita o surgimento de um clima de conflito, que no limite pode dividir a escola em grupos de posições antagônicas, configurando uma situação difícil de ser administrada. Além disto, a pessoa do diretor, neste processo corre o risco de tornar-se refém daqueles que o elegeram, pressionados por grupos de interesses, ou por interesses pessoais, nem sempre condizentes com as finalidades da escola; assim configura-se num terreno fértil para o surgimento do clientelismo, prática arraigada às nossas tradições políticas.

Contudo, há aspectos positivos que merecem destaque. Ao analisarmos as informações obtidas por meio das entrevistas com os segmentos escolares, percebemos que, através da eleição de diretores houve uma certa oportunidade de escolha, maior espaço de participação, de modo a tornar a atuação do diretor mais comprometida com a comunidade escolar.

Quando o diretor indicado não é representante da comunidade, ele administrará a escola segundo a política daqueles que o indicaram, e neste caso

nem sempre será interessante articular uma gestão democrática. Através da eleição abre-se a possibilidade de um comprometimento do diretor com a comunidade que o escolheu.

Em resumo, no caso do município de São Carlos, apesar da eleição de diretores apontar alguns aspectos positivos no sentido de possibilitar uma participação, um maior contato que antes não havia, não gerou um amadurecimento da própria proposta de democratização, pois se voltou ao que era antes: a indicação como forma de provimento ao cargo de dirigentes escolares.

Assim, uma das marcas do governo 2001-2004 referentes ao processo de democratização da gestão na escola parece ter sido abandonada ao voltar para uma prática antiga, a indicação.

A eleição de diretores no município de São Carlos foi uma experiência importante, que ao ser avaliada e melhor planejada, poderia num futuro, quem sabe, ser repetida de outra forma sem apresentar as mesmas falhas e de fato apontar para uma gestão mais democrática da escola pública municipal.

A instituição do processo de eleição de dirigentes escolares, no caso da cidade de São Carlos, tinha alicerce em diretrizes do partido, inclusive em nível nacional, referentes a democratização da gestão, uma vez que anteriormente tinha-se apenas a experiência da indicação, sendo que esta, muitas vezes, levava apenas ao clientelismo, mesmo tendo-se a melhor intenção.

Percebemos que a nova forma de provimento do cargo de dirigente escolar não atingiu plenamente o desejado. Talvez, ao invés de retroceder para a indicação, poderia optar-se pelo concurso de provas e títulos, o que já é feito em outras prefeituras administradas pelo PT, como foi no caso da cidade de Araraquara e de São Paulo.

O concurso de provas e títulos, por sua vez, garante a oportunidade de igualdade a todos sem favoritismo, pois uma vez sendo o diretor concursado, ele tem suas obrigações legais ao assumir o cargo. E quanto a forma de gestão ser democrática ou não vai depender muito da visão de educação do diretor e não necessariamente da forma de provimento do cargo.

Ressalta-se que existem instâncias internas na escola como o Conselho Escolar que podem e devem ser atuantes em assumir um papel de parceria junto com a política educacional local, de forma a cobrar e exigir o direito de participação da comunidade.

Portanto, para que a gestão da educação seja democrática e participativa não implica que o acesso ao cargo de diretor deva ser necessariamente por meio de eleição, pois os dados coletados neste estudo, no caso específico do município de São Carlos, nos deram indícios que nem sempre esta é a melhor alternativa para garantir a gestão democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Myrtes. **O papel do Diretor na administração Escolar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

A ELEIÇÃO de Diretores das Escolas Municipais de São Carlos. O que pensa a comunidade escolar. Texto produzido pelo grupo de estudos sobre Políticas Públicas e Gestão de Educação de graduandos do curso de Pedagogia. São Carlos: UFSCar, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO – ANPAE – Administração da Educação: desafios dos anos 90. **Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação**. Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 1993. Brasília: ANPAE, 1993. p. 27-53.

BASTOS, João B. **Gestão Democrática**. In Bastos J. B.(Orgs.). Gestão Democrática da Educação: as práticas administrativas compartilhadas. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.7-29.

BATISTA, Anália S, EL-MOOR Patrícia D. **Gestão/Eficiência nas Escolas: Educação Carinho e Trabalho**. Petrópolis, RJ/Brasília: Vozes/Universidade de Brasília, 1999.p.174-182.

BATISTA, Anália S e CODO Wanderley. **A centralidade da gestão: Educação Carinho e Trabalho**. Petrópolis, RJ/Brasília: Vozes/Universidade de Brasília, 1999 p.183-189.

BITTAR, Marisa. As eleições de diretores escolares. **Correio do Estado**. Artigos: 10 de janeiro de 2002.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: Uma das Defesas das Regras do Jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Dicionário de Política**: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.p.319-329.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo, 1998.

_____. República Federativa. Constituição Federal 1988. Capítulo III. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I, da Educação.

BRITO. Dorval dos S. **Cursos de Formação Inicial de Professores de Química: Uma análise das manifestações de professores da Diretoria Regional de**

Ensino de São Carlos-SP: 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos –SP,2004.

CALAÇA, Celina F. **Eleição de diretor de escola e gestão democrática:** um estudo de caso. 1993. 232. f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.

CAMARGO, Rubens B. de. Reflexões sobre a administração municipal da educação: Um início de conversa. *Educar*, Curitiba, n. 22, p. 214-219. Disponível em <http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/det.asp?.htm>> Acesso abril de 2005.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. **Gestão democrática e Qualidade de ensino:** O conselho de Escola e a interdisciplinaridade nas escolas municipais de São Paulo (1989-1992). 1997. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1997.

CAMARGO, Rubens B. e ADRIÃO, Theresa M. de F. **Princípios e processos da gestão democrática do ensino:** implicações para o Conselho Escolares, s/d.

CAMPOS, Irenice,0 MATOS Kelma. Eleição de Diretores: a coragem de experimentar uma gestão democrática – **Revista “Educação”**, Ceará, v. 24, nº 02, 1999. p.91-101.

CORTINA, Roseana. **Burocracia e Educação:** o diretor de escola no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP, 1994.

CUNHA, Antônio L. **Educação, Estado e Democracia No Brasil.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001. p. 11-37.

DIAS, José Augusto. **Gestão da escola.** In MENESES, J. G. (et. al.). *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.* São Paulo: Pioneira, 1998. p.268-282.

Diretrizes Nacionais do Partido do PT, s/d – xerox de parte do documento, p. 3-5.

DOURADO, Luiz F. e COSTA, M. **Escolha de Dirigentes Escolares no Brasil:** Relatório Final de Pesquisa. Brasília: ANPAE, 1998.

DOURADO, Luiz F. A. **Escolha de dirigentes Escolares:** Políticas e Gestão da Educação no Brasil. In FERREIRA, Naura S. C. *Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios.* São Paulo: Cortez, 2000. p.77-94.

FÉLIX, Maria de Fátima C. **Administração escolar:** um problema educativo ou empresarial? São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERREIRA, Roberto M. **A escola como organização burocrática.** In *Sociologia da Educação:* São Paulo: Moderna, 1994. p. 191-194.

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO – FME 2003 – Debate temático: “Gestão Democrática” – 21/01/2003. A gestão democrática nas instituições de ensino. Disponível em <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/gestao_democracia.htm> Acesso em 31 ago. 2004.

FONSECA, Gilberto N. A gestão democrática dos Municípios. Jus Navigandi. Teresina, a. 7, 60, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3478>>. Acesso em: 31 ago. 2004.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUTIERREZ, Gustavo L. e CATÂNI, Afrânio M. **Participação e Gestão Escolar: Conceitos e Potencialidades**. In FERREIRA, Naura S. C. *Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios*. São Paulo: Cortez, 2000. p.59-76.

HORA, Dinair L. **Gestão Democrática na Escola: artes e ofícios da participação Coletiva**. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

Orientação aos dirigentes e as unidades para o projeto pedagógico 2002: Gestão democrática do ensino público e a escola pública de qualidade. *Jornal do Projeto Pedagógico*. Disponível em: <http://www.udemo.org.Br/jornalpp_04_07GestãoDemocratica.htm>. Acesso em 31 ago. 2004.

LÜCK, Heloísa (et. al.). **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAIA, Eny M. Eleições e Democracia. **Revista ANDE**. São Paulo, n.8, v.4, p. 49-53, 1984.

MARÉS, Carlos. Eleição de Diretores e Democracia na Escola. **Revista ANDE**, São Paulo, ano 3, n. 6, 1983. p. 49-50.

MENDONÇA, Erasto. F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas-SP: FE/UNICAMP, 2000. p. 401-457.

MOTTA, Fernando C. P. **Teoria Geral da Administração**: São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992

SÃO CARLOS. Lei Municipal nº11.135/96, de 08 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Municipal de São Carlos. Art. 17, p.8.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Portaria SMEC nº003/01, 08 de março de 2001. Institui critérios para as inscrições para o processo de eleição de diretor (a) de Escola Municipal de Educação Infantil e Educação Básica.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Relatório: Assunto Eleição de Diretores EMEIs e EMEBs.

_____. Lei Municipal nº13.486, de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura Municipal de São Carlos.

NASCIMENTO, Antônio E. **A Gestão Democrática que começa na sala de aula**. In BASTOS, J. B.(Orgs.). *Gestão Democrática* : Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.125-139.

NETTO, João F. **DEMOCRACIA Você sabe o que é?** Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

OLIVEIRA, Ana. ^a R. de. **A Eleição para Diretores e a Gestão Democrática da Escola Pública: Uma reflexão sobre suas possibilidades e limitações**.1994.159 f Dissertação.(Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ,1994.

PARO, Vitor H. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. São Paulo SP: Cortez Editora, 1986. p. 123-175.

PARO, Vitor H. Participação da Comunidade na Gestão Democrática da Escola Pública. In **Idéias**, n.12. São Paulo: FTD, 1992. p.39-47.

_____. Eleição de Diretores: Avanços e Limites da Prática. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, V.77, n. 186, p. 376-395, maio/ago. 1996.

_____. **Eleição de Diretores: A Escola Pública Experimenta a Democracia**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Administração Escolar e Qualidade do Ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In BASTOS J. B. (Orgs.). *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.57-72.

_____. **Qualidade do Ensino: contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

Princípios da Democracia – O que é Democracia – 28 de maio de 2004. Programas Internacionais de informações. USINFO.STATE.GOV. Disponível em <<http://embaixada-americana.org.br/democracia/index.htm>> Acesso em 31 set. 2004.

REIS, Fábio W. Eleição e contexto: **Universidade e Sociedade**: Ano VIII, nº 17 novembro de 1998. p. 9-10.

REIS, Maria das G. F. A. dos. **O compromisso político-social do diretor como educador**. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2000.

ROSSI, Clóvis. Atraso Educacional. **Folha de São Paulo**. Artigos: 23 de setembro de 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**: Brasília: ED. Universidade de Brasília, 1982.

SANTOS, Clóvis R. **O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança**: São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002. p.63-76.

SEED discute proposta de gestão democrática do ensino público. Secretaria de Estado de Educação. Governo do Estado de Sergipe. Síntese. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/news/janeiro_2001/14-3.html?acao=1&cmd=0> Acesso em 31 ago. 2004.

SILVA JUNIOR, Celestino A. **A escola Pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995, 57-84

SILVA JUNIOR, Celestino A. O Espaço da Administração no Tempo da Gestão. (s/d).

SILVA, Nilson. R. G. **Reeleição: Continuidade ou Continuísmo?** (um estudo com base na reeleição dos diretores das Escolas Técnicas do CEETEPS/NRSE de Campinas). 2002. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campina. Campinas-SP, 2002.

SPÓSITO, Marília P. **Educação, Gestão Democrática e Participação Popular**. In BASTOS J. B. (Orgs.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.45-56.

SPÓSITO, Marília. P. Democratização da Escola Conselhos e Grêmios. **Revista Tempo e Presença** – CEDI nº 251, 1990, p. 18-20

VAZ, José C. **Gestão Democrática da Educação**. Disponível em: <<http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas/DO15.htm>> Acesso em 31 ago. 2004.

WEBER, Max. **Burocacia**. Tradução de Waltensir Dutra. In **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. p.229-282.

ANEXOS**Roteiro de entrevista elaborado para as diretoras**

1- Atividade(s) profissional(is): _____

2- Qual a sua maior titulação acadêmica? _____

() Graduado em _____

() Especializado em _____

() Mestrado em _____

() Doutorado em _____

() Outro (os) em _____

3- Tempo no magistério _____

4- Tempo de exercício docente _____

5- Tempo na direção ou em outras funções _____

6- Como foi o seu ingresso na direção? _____

7- O que você entende por gestão democrática?

8- Que relação você vê entre processo de eleição e gestão democrática?

9- Na sua opinião porque não existe mais a eleição de diretores das escolas municipais? Por que houve essa mudança e o que você pensa a respeito?

10- Do seu ponto de vista o fato do diretor de escola ser hoje indicado pelo prefeito e não mais pela comunidade é melhor ou pior? Porquê?

Roteiro de entrevista elaborado para o Prefeito

1. Enquanto administrador público qual a sua visão de gestão democrática na escola?

2. Qual a relação de gestão democrática e eleição de diretores de escola no governo de 2001-2004?

3. Na campanha 2000 apresentou-se a idéia de concurso para o provimento do cargo de diretor. Por que se mudou para eleição? Por que 2005 voltou para a indicação do diretor, como função gratificada?

4. Qual a diferença entre eleição e a indicação? Por que abandonou-se a idéia de concurso público?

Roteiro de entrevista elaborado para a Ex-Secretária de Educação

1. Quem determinou as diretrizes do processo de eleição de diretores escolares?
2. Por que foram estipulados dois anos de experiência no magistério e ser efetivo ou ser diretor há pelo menos cinco anos?
3. Por que as pessoas podiam concorrer em até duas escolas segundo as diretrizes que instituiu a eleição?
4. Por que optaram pela composição da lista tríplice?
5. Tempo de duração do processo de eleição, se foi suficiente para a discussão, já que teve a duração de treze dias
6. Houve reuniões naquele momento, para discutir o desejo da rede municipal a respeito da forma de provimento do cargo de diretor de escola, pois na plataforma do governo do PT a idéia era de concurso
7. Por que voltou ao que era antes, indicação?
8. Por que no momento não houve eleição para os vice diretores ou uma chapa na qual concorressem o diretor e o vice para o cargo?

Entrevistas com as diretoras e ex-diretoras.

Lola

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretor	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo Prefeito
<p>Deveria ser a participação efetiva de todos os elementos de uma comunidade.</p>	<p>Eu vejo uma busca de uma gestão democrática; é uma tentativa de democratizar a escola (fazer a comunidade participar, se interessar pelo que acontece na escola, mas não é isso que acontece).</p>	<p>Porque não deu certo. Primeiro fez a eleição buscando a democratização da escola. 1º objetivo que a comunidade participasse mais, a comunidade participou na hora de votar e acabou por aí. 2º que a partir do momento que foi eleito pela comunidade se não estava agradando a atual administração, na época eles não tiveram meios de tirar. Eles optaram por não tirar os diretores que não agradavam. Então esperaram acabar os quatro anos de gestão pra dizer, agora vai ser diferente. Pra comunidade deu certo, pra administração não. Em três meses resolveu-se fazer uma eleição, eu acho muito cedo, deveria ter trabalhado muito pra chegar na eleição. E não chegar simplesmente e falar, agora é a eleição, vocês elejam, aí se eleger, talvez não tenha atendido os objetivos que eles quisessem. Também acho que não mudou tanto democraticamente. A escola continuou funcionando, tinha esforços de todo o mundo para que a comunidade participasse, todos tentam isso no dia a dia, mas na prática não é o que acontece. Decidiram mudar. Pode ser que queriam mudar algumas pessoas e não mudaram porque tinham sido eleitas. Pode ser pelo fato de não ter atingido o objetivo de democratizar, tanto que se tivesse dado certo teriam feito outra eleição.</p>	<p>Eu acho que todos os diretores da rede municipal sempre fizeram esforços para dar o melhor de si. Os professores também, só vêm pessoas sérias trabalhando pra gente. Tanto faz indicar como eleger, porque são pessoas sérias, nossa realidade, falando pra escola posicionando no trabalho das pessoas. Como pessoa prefiro o concurso.</p>

Telma

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretor	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo Prefeito
<p>É a participação de todos os professores, pais e funcionários.</p>	<p>Tem relação porque quem vai escolher o diretor são alguns pais e funcionários. Deixa muito a desejar, porque enquanto não mudar o sistema, eu acho que não funciona. O funcionário e professor não gostam do diretor que diz não, só gostam quando o diretor diz sim para tudo. A partir do momento que o diretor falar um não ele é até ameaçado, ah, deixa ele, está chegando a eleição, não se esqueça a eleição ta aí de novo.</p>	<p>A fala do prefeito no dia da posse dos diretores foi que não deu certo, pois alguns pais foram procura-lo e falaram que ele tinha que escolher o diretor. Essa foi a fala dele na posse. Que não tinha dado certo. Então, se foi por causa da coligação eu não sei o prefeito deixou bem claro que alguns cargos de direção foram indicados pelos partidos que fizeram a coligação. Na minha opinião tinha que ser mesmo escolhido por ele. A mudança ninguém ficou sabendo foram saber na hora, essa que é a verdade, foi uma surpresa. Tanto é que eu não esperava sair da escola que eu estava. Então ninguém explicou porque não haveria mais eleição, nem para os pais, nem para os professores. Que eu saiba é isso, que eu fiquei sabendo foi assim.</p>	<p>No meu caso foi pior porque a comunidade me queria, tanto que ligaram na rádio, os professores foram pedir para a secretária. No geral, eu acho que foi pior. Eu não achava que o prefeito ia tomar essa decisão sem consultar ninguém. As diretoras que iam permanecer no cargo foram chamadas na secretaria em janeiro e avisadas que iam para outra escola e as novas diretoras também.</p>

Ilka

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
<p>É a participação dos professores, funcionários, pais de alunos, alunos todos na mesma direção para uma melhoria da escola, de um modo geral, falando da gestão democrática da escola, para que a escola funcione de uma maneira integrada.</p>	<p>Eu vejo esse processo interessante, acho que é produtivo e que deveria ter mesmo. Porque acaba estimulando a escola a crescer, a trabalhar melhor várias questões dentro do processo escolar e assim a escola tende a ser mais democrática. Realmente vem atender o interesse de todo mundo quando existe a eleição. O candidato que concorre ao cargo vai ser mais dedicado, vai vestir a camisa, vai atender os interesses da comunidade de forma geral.</p>	<p>Não existe mais, porque o processo não deu certo, as pessoas não estavam preparadas ainda para esse processo de eleição democrático. Não só os diretores, todos os segmentos envolvidos. Acho que no primeiro momento foi isso que não deu certo. A reação foi negativa não aconteceu o que eles esperavam, como deveria ser realmente essa gestão democrática. No caso, não ocorreu aqui em São Carlos. Quem vestiu a camisa da proposta do governo, que se destacou e que conseguiu fazer um bom trabalho acabou ficando. Muita gente gostaria de fazer esse trabalho também acabou saindo. Eu não sei se é, acabou voltando ao que era antes, no meu ver! Está lá porque o prefeito confia naquela pessoa, independente ou não dela ter participado de uma eleição. Porque normalmente se você participa de uma eleição é lógico que você vai estar condizente com uma proposta de trabalho, com a gestão. E você deveria estar, eu acho que acaba voltando ao que era antes.</p>	<p>Tem uma melhora quando corresponde a expectativa que o governo propõe. O governo propõe que vai estar trabalhando para a melhoria na qualidade de ensino, então o diretor vai estar investindo na sua escola para que haja essa melhoria, vai lutar pra que isso aconteça dentro de sua escola. Se ele propõe a melhoria da merenda escolar, então o diretor tem que estar de acordo. Certo? Mas isso não quer dizer que seja o pior, talvez não esteja atendendo a expectativa da comunidade. Talvez não é isso que a comunidade que está inserida na escola quer. Se eles querem um outro tipo de melhoria, vamos supor, o diretor pode não ter essa autonomia de estar realizando porque ele tem que estar atendendo a solicitação do governo e acaba não sendo uma coisa tão democrática. Você (diretor) de uma certa maneira vai estar induzindo, direcionando para que aconteçam determinadas coisas. Mas não que isso seja o interesse da comunidade de uma forma geral. Na realidade a gente quer que sempre ocorra assim, que atenda realmente a expectativa da comunidade. A gente sempre trabalha nesse sentido, mas nem tudo é possível. Se você for fazer ao pé da letra da gestão democrática, trabalhar para a comunidade, nem sempre isso pode ocorrer. Isso que eu acho que tem seus lados bons e tem seus lados ruins, essa é a questão. Porque às vezes o diretor que o prefeito indicou não era aquele que a comunidade gostaria que estivesse na escola. Aquele que o prefeito indicou de repente não é aquele que mora no bairro, dentro daquela comunidade. Ele põe alguém do perfil que ele gostaria que estivesse na escola. Na eleição o trabalho aparece na escola, torna-se transparente. Melhorou na linha da gestão democrática, o caminho é esse. Agora seria o momento ideal para nova eleição, não a indicação nesse momento.</p>

Cleuza

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
<p>Uma gestão onde você trabalha junto a professores, funcionários e comunidade. No caso nós temos o conselho de escola, isso já é indício de gestão democrática. Onde todos têm a sua função e seu trabalho.</p>	<p>O processo de eleição já faz parte da gestão democrática, porque a medida que você está tentando passar pelo processo de eleição, você já vai estar sendo avaliada pelos funcionários, professores e comunidade, que vão estar atuando por uma gestão democrática.</p>	<p>Na minha opinião a eleição de diretor pelo que eu pude ver foi desgastante. Então o prefeito resolveu fazer a eleição para avaliar os professores, diretores e quem quisessem estar concorrendo para serem diretor. Mas na verdade você fica preso aos funcionários, aos pais porque eles vão te avaliar, mas de uma maneira que você acaba ficando nas mãos deles. É melhor que o prefeito escolha o seu pessoal porque além do pessoal trabalhar de acordo com o que o prefeito dita, você está contribuindo para que cresça. Você, sendo nomeado pelo prefeito, você pode fazer que a escola seja bastante promissora. Essa mudança de eleição por colocação do prefeito é pra que haja um entrosamento maior entre o prefeito e os diretores.</p>	<p>Do ponto de vista do diretor ser indicado pelo prefeito e não pela comunidade tem os dois lados. Sendo um diretor indicado pelo prefeito ele acaba tendo todo o respaldo do município. Interage com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Obra eu acho que ele pode ter maior acesso. E pela comunidade, às vezes ele não tem essa colaboração do prefeito porque a comunidade escolheu; a escola às vezes pode não estar indo bem, porque não está junto com aquilo que é o pensamento do prefeito. Então, é como se haja as duas coisas, pela comunidade e pelo prefeito, mas como não tem jeito, o melhor entre as duas formas é ser indicado pelo prefeito. Mas o melhor seria o concurso público porque o diretor estaria prestando uma prova medindo sua capacidade. Ele estaria ingressando como diretor e não ficaria o caso político, aquele caso arranjado, aquele caso que a pessoa fica mesmo se ela não tem capacidade, mas é amiga de fulano, ciclano, então...</p>

Cinira

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
<p>Quando todos participavam da gestão tanto comunidade escolar com a comunidade do bairro, todos têm direito a dar suas opiniões e trabalhar no coletivo.</p>	<p>O processo de eleição acontece onde a pessoa que está no processo (candidato) coloca em sua pauta tudo que vai pretender realizar. Põe em pauta e explica para todos. E a gestão democrática é realizada em cima do que prometeu, que estava na pauta, na gestão democrática todos tem direito de dar suas opiniões a participarem, e não são barrados pelo que pensam, levam em conta tudo que pensam.</p>	<p>Na minha opinião nós não sabemos, foi pedido para se fazer o estatuto estava sendo realizado, aconteceu uma lei que foi votada no dia 16 de dezembro pelos vereadores, que ela não levou em consideração nem o estatuto que estava em vigor nem o estatuto que estava sendo estudado e não se sabe da onde, nem quem fez esta lei, quais os fundamentos, critérios essa lei ficou acima da própria LDB e do estatuto que estava em vigor. Então não sei, não houve mais eleição, não foi falado nada nos meios de educação, não sei como escolheram os diretores que estão, quais foram os critérios usados em que basearam . Os diretores que estavam foram escolhidos pelo povo através da eleição. Depois aparece a lei votada em 16/12 pelos Sr. Vereadores, no inicio do recesso, sem ser conhecida por todos, só por algumas pessoas. Gostaria de saber.</p>	<p>Eu entendo que o prefeito tem o direito de indicar pessoas de sua confiança para diretores de escolas, mas acredito que o melhor é quando o diretor é eleito pela comunidade, porque o prefeito não está todos os dias juntos as escolas e a comunidade está. Então a comunidade tem melhores condições de avaliar o trabalho do diretor. Às vezes o diretor indicado pelo prefeito não agrada a comunidade escolar e do bairro, melhor é a eleição.</p>

Benedita

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
<p>Eu acho que é aquela que todos participam com um objetivo comum, todos estão interessados na formação do aluno do físico ao pedagógico. Gestão que se divide os obstáculos e conseqüências boas. São divididas com todos, funcionários pais e alunos.</p>	<p>Processo de eleição é a abertura para os que estão participando da organização escolar, que vão escolher a melhor pessoa para dirigir o âmbito educacional. Eu acho que tem tudo a ver na parte ideal. Nem sempre isso ocorre porque entra o aspecto pessoal, e deveria ser focado o aspecto profissional da pessoa. E isso não é focado. No Brasil tem uma certa resistência quanto a esse tipo de meio de escolha. Isso não é muito usado, são poucos os lugares que se usa esse critério para escolha de dirigentes, mas tem tudo a ver. Só por meio da eleição realmente há oportunidade de escolher aquele que você acha melhor, que tem as melhores condições de ocupar aquele cargo.</p>	<p>Teoricamente é um meio bastante interessante e não porque eficaz como um meio de estar escolhendo uma pessoa melhor mais capacitada para ocupar este cargo. Acontece, às vezes isso não é criado com esse único enfoque, eu acho que é mais político do que realidade profissional. A intenção como foi feita essa 1ª eleição e não se deu continuidade e porque a gente pode vir a pensar que foi uma forma política. Pensando em tirar as diretoras antigas e colocarem aquelas partidárias. Isso para mim perde todo sentido e todo o valor. Porque se fosse uma coisa que deu resultado, porque mudar. Enfoque político. É um cargo de confiança para não tomar uma atitude antipática e porque se prega há muito a gestão democrática, então vamos fazer eleição. Não foi com o objetivo de eleger o melhor. Agiram de forma profissional e não política. Já nesta nova gestão não. Tudo depende da intenção. Gestão democrática melhor forma de conseguir as coisas. A eleição é um mecanismo interessante dá a oportunidade para N pessoas também participando de maneira uniforme é igual e vence aquele que a comunidade escolar optou.</p>	<p>O que eu posso dizer é que o diretor de escola ser indicado pelo prefeito e não eleito pela comunidade, nem é melhor e nem pior. Por ser um cargo de confiança o prefeito tem toda a autonomia e todo o direito de escolher aquele que ele confia, que ele tem diálogo, que tenha um Feed Back. A comunidade também não foi preparada ao longo do tempo para esse tipo de ação. Não se cria esse hábito de co-participação, só para eleger o diretor. Vamos eleger quem está ai, ou a fulana que eu acho melhor. Mas se perde, ao longo do tempo, muda-se o objetivo, a forma de escolha, fica a critério do prefeito. Numa escolha do prefeito tem pessoas boas como pode não ter e numa escolha da comunidade também pode ter pessoas boas como pode não ter. É um pouco relativo. Fiquei 16 anos escolhida pelos prefeitos com cargo de confiança, na última gestão foi por eleição.</p> <p>Não acho nem uma forma errada, nem a outra, acho que tem que haver coerência. É um direito que o prefeito tem em escolher aquelas pessoas que vão ocupar cargos de ponta, de interesse dele, como ele pode também ser coerente. Já que ele é democrático, ele deixar a comunidade fazer a opção, a comunidade escolar. Tem N pessoas para participar, elas estão todas habilitadas em ter a participação. Mas você tem que ser coerente. Se você prega a gestão democrática, você tem que agir democraticamente, não com algumas intenções não para dizer eu sou democrático, eu ponho eleição. No ano seguinte não deu certo aquele objetivo que eu tinha, então não serve mais essa forma de escolha. Então vamos escolher (indicar).</p>

Ticiane

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
Eu acho que gestão democrática os cidadãos não estão preparados para exercer a sua cidadania por completo. O cidadão vê o seu problema individual, não coletivo e não generalizando, na vivência que tenho.	Estão ligados, interligados. Eu acho que essa eleição foi uma idéia da secretaria da educação, que na realidade ao colocar em prática a democracia surgiram muitos conflitos porque o cidadão não estava preparado. A pessoa que participou também sentiu-se coagida, pela cobrança de ter recebido o voto.	Não existe mais eleição a pedido dos próprios docentes; acredito que houve mudança foi desgastante para quem participou e para quem organizou. Falou da proposta do novo estatuto como seria a provimento do cargo de diretor. Devido a vários critérios para se fazer a nova eleição, os professores chegaram a conclusão que seriam muitos itens (exigências) para a eleição, como o concurso não foi aceito. Pois alegaram que diretor é cargo de confiança, a classe de professores pediu que fosse indicação.	Eu acho que as duas situações os dois lados são bons e ruins. Tem seus pontos positivos e negativos. Quando o diretor é indicado sente mais autonomia para resolver negócios, quando é eleito é limitado para resolver. Independente de ser indicado ou não a comunidade através do conselho está dentro da escola. E o diretor não consegue fazer o trabalho sozinho, a comunidade, professores... Através do conselho participa de tudo, delibera, dá sugestões, a escola não é feita só do diretor. Ele norteia, dá a diretriz. O conselho na outra escola ajudou muito. Os pais vêm pedir para ajudar lavar cortinas,... É assim que começa a democracia.

Zoraide

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
Que é feita por todos pela comunidade.	Pensando no que aconteceu, não teve relação (com ela pessoalmente) Durante o processo teve relação com a gestão democrática. A eleição foi democrática.	Não foi ao encontro aos objetivos do prefeito. Está de fora. Não deu certo, não funcionou. Não foi ao encontro as expectativas dele.	Acho que é melhor indicação. Porque assim o diretor fica do lado do prefeito. Trabalha conforme proposta dele. Acredito que a eleição não dá certo.

Severina

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretores	Por que houve a mudança de eleição para indicação	Opinião sobre a indicação do diretor pelo prefeito
<p>Eu acredito que gestão democrática é aquele que tem o outro, que tem a participação e o convívio dos funcionários que estão no dia a dia que sabem a dificuldade a facilidade, aquele que vê muitas coisas que às vezes a gente não enxerga. Eu acredito que a gente é assim. Mesmo tendo uma troca de opiniões, de argumentações, chegamos num consenso, então está certo, é o respeito de ouvir a opinião do outro.</p>	<p>O processo de eleição é o resultado da satisfação de um trabalho satisfatório. Acredito que houve uma escolha, houve candidatos e nesse processo houve o respeito e principalmente o reconhecimento do trabalho por aqueles que votaram (ai que tem a democracia) é o respeito é você aceitar, se você aceita, você coloca, se você não aceita, não é imposto. É ai que está a democracia e a eleição é justa por isso. Como é um processo novo acredito que tem assustado um pouco. Eu que participei desse processo, para mim foi uma chance única, eu poderia não ter ganho, mas na época eu ganhei e achei justo. Estava eu e outra candidata, houve uma disputa. Uma apresentação, um trabalho apresentado, não cai de para quedas, houve uma discussão em cima da proposta, a outra também propôs, mas a mim que a comunidade aceitou, em relação a minha proposta. "Não tive que ser engolida". Entendo como sendo respeito de escolha.</p>	<p>Olha eu não participei da posse dos outros diretores, mas quem participou, segundo que o prefeito falou foi por motivo político mesmo. Ele achou que o povo não entendeu. As comunidades não entenderam e eu não sei se isso como um processo de mudança é fácil de ser entendido, tudo que é novo pra ser bem entendido leva tempo. Assim como votação de candidatos até hoje eu acho que o povo ainda não entendeu, mas enquanto anos faz, eu não sei, eu fico questionada quanto a isso. Para mim foi uma coisa nova pela qual, eu enquanto professora sem ligação política, foi uma chance, uma experiência nova, fiquei muito contente achei justo, porém, houve isso que me deixou triste, chateada foi uma decepção. De ter mudado e voltado ao que era antes. Sendo concursada ou eleição qualquer um dos dois sairia fora do que sempre foi cargo de confiança (paternalismo) que é político, que tem uma cota e tudo mais. Entusiasmei-me porque veio uma coisa nova, não era fulano amigo de ciclano ou política. Quando terminou eu fiquei triste, porque se eu tivesse perdido pela eleição eu ia falar que a comunidade me tirou, não gostou do meu trabalho, eu devo ter errado. Quando você é tirada assim, é como um parto cesariana, que você é tirado, não naturalmente, ou seja, um aborto, mais que cesariana, choca muito mais. Mesmo sabendo que um dia ou o outro eu ia sair, sabíamos que o cargo não era nosso, fomos avisadas. Mas o eu é complicado, houve a mudança creio que é motivo político, acredito, quero acreditar.</p>	<p>Difícil, talvez a comunidade porque houve diretores anteriores e partidos de gestão anterior e que permaneceu talvez não tenha sido o desejo mas acima de tudo acho que há profissionalismo. Eu acho que a comunidade participando é valido sim. Eleição é melhor. Concurso se houvesse a chance mesmo concursado da comunidade escolher. Além do concurso, ter sim a votação. Eu vejo que no concurso você tem mais liberdade, livre arbítrio e mais autonomia. Você não vai decidir para coisas erradas, não é isso que eu quero dizer. Na minha visão eu acho que é isso.</p>

Entrevista com o Sr. Prefeito Municipal de São Carlos (Gestão 2001 – 2004)

Gestão democrática	Relação entre gestão democrática e eleição de diretor	Por que apresentou-se a idéia de concurso, mudou para eleição e voltou para indicação	Diferença entre eleição e indicação. Por que o abandono da idéia de concurso
<p>Gestão democrática é aquela que garante a participação de todos os envolvidos, em um dado processo, na tomada de decisões. Para tanto é preciso: transparência nas informações; formação adequada dos envolvidos, para que haja compreensão do projeto político pedagógico da instituição escolar; espaços/órgãos de debates e tomadas coletivas de decisões, como os Conselhos Escolares. Além disso, a relação com a comunidade externa deve ser estimulada, pois ela faz parte da realidade da vida do educando. Nestas circunstâncias, a eleição direta dos dirigentes pode ser um elemento importante.</p>	<p>Existe a concepção de que democracia pressupõe, entre outros elementos, eleições diretas. Estamos de acordo com isso. Entretanto, para que o processo seja legítimo, é preciso que seja garantida a igualdade de condições entre todos os concorrentes. Em nossa visão, isto não aconteceu no processo realizado em 2001, pois não previu afastamento dos que já ocupavam os cargos de direção (cargos de confiança indicados pelo governo anterior, derrotado nas eleições). Isto, associado à ausência da cultura de participação, expressão de opiniões e construção coletiva de propostas, ficou evidente que existiram espaços para o exercício, consciente ou não, de manipulação de opiniões. O resultado foi que praticamente 100% dos que já estavam no cargo se elegeram. Foi um momento de aprendizagem para nós administradores públicos, que acreditamos na gestão participativa. Por conta disso, iniciamos um debate na rede pública de educação municipal, que tratou de questões relativas aos princípios que devem reger a educação municipal, da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação.</p>	<p>A partir do debate, que durou mais de 1 ano, surgiram opiniões diversas sobre o processo de escolha de dirigentes: para uns era adequado haver eleições, elencando para tanto uma série de condições; para outros o melhor seria por concurso; outros ainda apontavam a indicação livre do Prefeito como o melhor processo, desde que se limitasse aos profissionais de carreira em exercício na rede municipal. Esta última posição foi adotada pelo Governo e incluída na reforma administrativa, encaminhada à Câmara Municipal e aprovada no final de 2004. Em 2005 o procedimento adotado para a escolha de dirigentes foi de acordo com esta conclusão. A proposta discutida nas eleições de 2000, era de eleições diretas e não de concurso público como aparece na questão formulada. Sendo que, logo após as eleições – entre outubro e dezembro de 2004 – militantes da área da educação se reuniram dezenas de vezes para aprofundar o debate sobre o que era plataforma eleitoral e que, então, devia se transformar em ação de governo, concluíram que seria emblemático começar com eleições imediatas para dirigentes. Por isso as eleições foram realizadas, com o resultado que já se sabe.</p>	<p>A cultura de construção coletiva de propostas, embora agora enriquecida de avanços importante, está ainda em estágio precário. Entendemos que será necessário criar novos espaços e oportunidades de formação e reflexão sobre a gestão democrática. E, a partir daí, poderá surgir nova proposta de processo de escolha de dirigentes.</p>

Entrevista com a Secretária de Educação (Gestão 2001 – 2004)

Quem determinou as diretrizes do processo de eleição de diretores escolares?

As diretrizes foram feitas pelo professor Rubens juntamente com a equipe da SMEC.

Por que foram estipulados dois anos de experiência no magistério e ser efetivo ou ser diretor há pelo menos cinco anos?

Do meu ponto de vista, o que eu posso dizer é que Subtendia-se que as pessoas com dois anos de experiência, tinha algum conhecimento da rede e com relação a questão do diretor nós sofremos uma pressão política por parte da Câmara de Vereadores e da forma que estava no edital da primeira versão, no edital das creches, nós estávamos excluindo três pessoas, num universo de mais de 700 pessoas. Então era uma coisa muito pontual, pressão política, pessoas que não tinham prestado concurso para professor tinham sido colocadas no cargo de diretor de escola por competência política e pedagógica segundo a visão de secretários de governos anteriores, algumas dessas pessoas claramente durante esses meses mostravam uma evidente repulsa pelo nosso programa de governo, uma posição bastante diferente da nossa, mas seria um critério excludente. Então diante dessa situação foi feita essa alteração no edital das EMEI's EMEB's para que todos pudessem concorrer, que não significa que nós gostaríamos que eles fossem eleitos, mas que pudessem concorrer. E concorreram, alguns ganharam e com alguns nós trabalhamos muito bem, nós não os excluimos após a eleição também não. Mesmo que a princípio eles tivessem uma dificuldade de trabalhar nessa nova proposta. Evidente aquelas pessoas que entraram e que já tinham uma posição mais democrática, postura mais dialógica, que tinham essa percepção que é possível construir juntos com a comunidade junto com o aluno avançaram mais porque tinham na SMEC uma linha muito parecida com aquilo que eles acreditavam, mas isso não quer dizer que as outras também não tenham feito um trabalho importante.

Por que as pessoas podiam concorrer em até duas escolas segundo as diretrizes que instituiu a eleição?

Nós tínhamos significativo número de professores que atuavam em duas escolas e na verdade elas conheciam a comunidade e a realidade eram capazes de entender de uma forma positiva em duas escolas, em duas realidades tinham experiência docente em duas escolas, não eram todos, devido ao sistema de dobra, ou como substituto, ou eventual, ou tempo mais longo, ou no lugar da diretora. Esse foi o motivo de colocar a possibilidade de dois locais.

Por que optaram pela composição da lista triíplice?

Nós tínhamos na época uma esperança de que a comunidade pudesse avaliar de fato valores e propostas que os diretores iriam apresentar livremente para seus pares e para sua comunidade, no entanto, nós tínhamos um receio de que as pessoas que claramente boicotavam nosso trabalho pudessem se candidatar e pudessem ser eleitas: Esse era um problema naquele momento, no meu ponto de vista nós tínhamos que deixar alguma "válvula de escape". A segunda questão era que nós já tínhamos denúncias sérias de corrupção dentro da rede e não havia tempo hábil para que a gente investigasse essas denúncias, para verificar se essas pessoas tinham de fato algum tipo de envolvimento do ponto de vista negativo no gerenciamento das questões da escola ou se elas eram inocentes, nós não podíamos excluir essas pessoas, não havia tempo hábil para abrir um processo. Vamos dizer que quem tem processo aberto não concorre? E se for inocente como é que fica? Então a lista triíplice permitiria essa "folga" vamos dizer. Você escolhe uma pessoa que foi eleita pela comunidade mesmo que não tenha sido a mais votada. Houve um caso na rede, a professora em questão era diretora de uma escola tinha uma suspeita de desvio de verba, na verdade não é enriquecimento ilícito, quero deixar isso bem claro, existiam fortes indícios de má gestão do dinheiro público diante dessa questão o professor Newton optou pela segunda colocada, como houve um movimento grande de revolta na escola por ter colocado a segunda colocada, nós

não colocamos a segunda colocada em respeito a comunidade, foi escolhida uma pessoa externa, desconhecida da comunidade que tinha experiência em administração escolar municipal de 4 a 6 anos que não estava mais na rede. Conversamos com a comunidade que era até que terminasse o processo, em nada tende constatado a primeira colocada ela assumiria.

Essa professora que nem tinha participado do processo assumiu enquanto fazíamos o processo para elucidar se as dúvidas que nos pareciam bastante importantes e significativas, se elas tinham provas suficientes ou não. Ao final do processo se verificou que havia problemas de gestão do dinheiro público e a professora em questão respondeu a um processo administrativo que chegou ao seu final e foi punida pelo processo administrativo, previsto pela legislação, nós conversamos muitas vezes com ela, percebemos que não houve má intenção, era visando ajudar a escola. Ela usou o dinheiro público para comprar bens permanentes. Diante desses problemas a comunidade acabou aceitando a nova diretora e ela fez um bom trabalho na escola. Fizemos várias reuniões com a comunidade, inclusive no aniversário da escola, a comunidade nos convidou para dizer que aquela diretora era muito boa.

Do meu ponto de vista a lista tríplice não é um processo mais democrático, eu acho que se nós tivéssemos agora avaliando a perspectiva do que já passou, tido um pouco mais de tempo, talvez nós pudéssemos com a experiência que temos hoje, em termos de cidade, nós poderíamos ter construído redes mais democráticas de ação dentro das escolas antes de realizar o processo eleitoral.

Era o momento da eleição em que a cidade e a comunidade esperavam uma ação democrática e uma ação de representação é uma ação democrática. Tem os outros passos que estavam previstos depois que construímos o Conselho de Escola e as pessoas começaram a participar mais. O suprimento de fundos que na gestão anterior era chamado de caixa pequeno, passou a ser discutido de que forma ia ser usado na escola. Os professores que quiseram aproximar da questão da gestão puderam acompanhar através do Conselho do FUNDEF, do Conselho de Escola, nós criamos canais democráticos que fortaleceram essa visão democrática. O momento de amadurecimento da rede hoje, é outro em relação no que aconteceu naquele momento.

Tempo de duração do processo de eleição, se foi suficiente para a discussão, já que teve a duração de treze dias

Houve um tempo para a discussão do processo, não foi só treze dias. De janeiro a março foi o tempo de amadurecimento que a gente teve para conhecer a situação da rede municipal para discutir esse processo eleitoral. A idéia do processo eleitoral é uma idéia antiga dentro do Partido dos Trabalhadores e de muitos teóricos da educação que defendem os processos democráticos de escolha de dirigentes, de coordenadores para a educação. Entendendo que o processo democrático ele é que vai garantir uma melhor aproximação entre objetivos a serem cumpridos na educação e aquilo que de fato os professores querem desenvolver na escola e a comunidade necessita. O processo de eleição ele tem esse caráter de tentar trabalhar esses três elementos a comunidade, os docentes e a direção numa mesma postura, num mesmo direcionamento que seria na melhoria da qualidade do ensino através da democratização, também dos processos de decisão na educação. Isso significa na verdade acreditar nessa comunidade tanto de professores quanto de alunos e pais. Que eles serão sujeitos capazes de definir o melhor rumo pra sua própria vida, pra sua própria educação. Quando o Rubens assumiu a Secretaria da educação essa questão de eleição estava muito clara pra ele para as pesquisas que ele vinha trabalhando, pro desenvolvimento que ele conhecia a nível do Brasil inteiro de pesquisas em outros estados não só no Estado de São Paulo e desse desejo de implantar em São Carlos um processo mais democrático, mas isso não poderia ser feito de imediato, assim que entramos, então houve um momento que foi esse período de quase três meses que foi dedicado a se estudar como se dava o organização no interior das escolas municipais da cidade de São Carlos e que características tinha no sentido de gestão das escolas e que características tinham os processos decisórios. Nós enquanto equipe que se formou para gerir os processos de educação verificamos que a característica era bastante centrada na figura do diretor e que esse diretor tinha um papel bastante autoritário dentro das escolas. Não havia sistemática de reuniões com o corpo docente, isso na maioria das escolas, só encontramos essa sistemática de reuniões em duas ou três escolas. As decisões vinham da direção para os professores sem nenhum tipo de consulta aos professores e muito menos consulta aos pais. O que víamos em relação ao sistemática com os pais eram recados, bilhetes e ordens “ compareçam à escola para assinar tal

coisa”, não era um diálogo, a questão dialógica não estava colocada nas escolas municipais. Na tentativa de implantar um sistema de diálogo com a rede municipal, nos tivemos em fevereiro alguns dias com palestras no teatro municipal onde foram convidadas pessoas que tinham uma representação importantes na área da educação.

Houve reuniões naquele momento, para discutir o desejo da rede municipal a respeito da forma de provimento do cargo de diretor de escola, pois na plataforma do governo do PT a idéia era de concurso

Não houve reunião naquele momento, a equipe gestora composta por seis ou sete pessoas visitou as escolas, cada uma visitou três ou quatro escolas e durante essas visitas fizemos um pequeno levantamento de como acontecia a gestão dessas unidades escolares. Em seguida tivemos algumas reuniões em que participaram livremente docentes alguns pais de alunos em que estávamos discutindo a merenda escolar e o transporte escolar, pois naquele momento apresentava vários problemas. Então essas reuniões as pessoas vinham para discutir aquilo que elas queriam. Dentre as questões da merenda escolar e transporte, também estava sendo discutido a questão da democratização da gestão. A proposta em si de como gerenciar partiu da Secretaria de Educação no momento do professor Rubens e foi discutida pelos grupos que se juntaram para discussão desta questão que eram grupos pequenos. Pois tinha ali quatro ou cinco pais de alunos alguns poucos professores eu me lembro de um diretor que participou também destas discussões os outros não participaram. Não eram reuniões fechadas, mas também não foram reuniões convocadas.

Houve uma grande reunião naquele espaço do Diocesano que cabem quase 700 pessoas, após a eleição do professor Newton, eu participei, eu estava na equipe de transição do governo mas eu nem imaginava que o Newton ia me convidar para ser diretora do departamento, não tinha secretário ainda escolhido, e eu estivesse presente nessa reunião. E nesta reunião com quase 700 pessoas dentro do auditório a questão da eleição de diretores foi colocada muitas vezes por muitos professores e foi fortemente defendida pelos professores ligados a APEOESP. Essa questão de eleição de diretores não foi uma coisa que surgiu do nada. Ela surgiu de um desejo manifesto pela rede municipal em alguns momentos. Um dos momentos importantes foi este momento em que tínhamos um coro muito representativo. Eu acredito que estava presente umas 500 pessoas.

Essa foi uma reunião de reafirmação de princípios que o Newton falou algumas coisas que achava que era importante e colocou em discussão, uma questão forte que apareceu foi a questão dos aposentados. Tinha uma coisa muito firme de que aqueles aposentados saíssem da rede, questão defendida por muitas pessoas que se utilizaram do microfone, a questão de eleição de diretores, da retirada daqueles diretores e algumas propostas foram colocadas como a montagem de equipes nas escolas que gestassem as escolas sem diretor. Que houvesse uma gestão da escola através de duas ou três pessoas em forma colegiada e que não se elegeisse diretores. Mas o que estava mais forte era a questão da eleição de diretores. Eu me lembro claramente que a posição da APEOESP era muito clara no momento o processo de eleição.

Por que voltou ao que era antes, indicação?

Quando não fizemos outro processo de eleição, poderíamos ter feito. O nosso prefeito desejava muito que o novo estatuto saísse era um sonho dele de gestão, eu como secretária também trabalhei muito e ficaria muito feliz se assinasse esse estatuto, mas infelizmente não consegui chegar nesse ponto, entreguei o estatuto mas não foi até o finalmente, não passou pela câmara. Esse também era um desejo que dizia respeito a democratização da gestão, porque era um estatuto discutido com a rede, tivemos vários processos de discussão com a rede de classificação da carreira e de melhoria de salário.

O professor Newton entendeu que o melhor momento para um novo processo eleitoral seria com a aprovação do novo estatuto, como percebemos que em quatro anos não daria tempo para tudo isso, pensamos em uma nova eleição, mas não conseguimos conjuntura política para isso. Nós tínhamos ali um grupo de diretores fortemente comprometidos com a Câmara de Vereadores com uma força política muito grande que dificultava que criassem condições reais democráticas de estabelecimento de um processo eleitoral. Isso sem contar que tivemos outros embates importantes como por exemplo

a aprovação do programa de Jovens e Adultos que nós não esperávamos que acontecesse da forma como aconteceu, nós demoramos quase um ano para aprovar na Câmara. Tivemos problemas no sentido de implantação de Sistema de Matrícula Democrática nas Creches que demorou quase um ano por embates com a Câmara Municipal, porque aqueles eram os mecanismos de micro poder instados na cidade de São Carlos em que por exemplo a vaga de creche era determinada pelos vereadores. Isso não estava explícito em lugar nenhum, mas no momento em que a gente estabeleceu critérios, discuti com a cidade e colocamos em prática nós tivemos embates com a promotora pública, nós tivemos embate com a Câmara de Vereadores então não fizemos outra eleição de diretores porque consideramos que é uma coisa muito importante, então deixamos para quando tivéssemos mais fortalecidos, os Conselhos escolares e investimos então na formação dos conselheiros de escola, com cursos de formação e encontros mensais com pais, professores, e com algumas escolas., alguns alunos para que esses conselheiros conhecessem melhor o funcionamento da rede municipal das escolas e o direito de exercer voz e voto e começassem entender as instancias ex: FUNDEF, canais de participação permitiriam que a questão da eleição de dirigentes fosse realmente discutida e bem trabalhada e mais democrática, por isso que não fizemos outra eleição. Agora deixou de ser feita com a proposta do novo estatuto foi uma solicitação da rede. Quando fizemos a discussão do estatuto nós tivemos vários movimentos e várias oportunidades na rede municipal se manifestar em relação ao estatuto, inclusive por escrito, muitas contribuições por escrito e a questão da eleição de diretores apareceu em quase todas as escolas não querendo a eleição, querendo que fosse por livre indicação do prefeito. Ser professor na rede, parecia em quase toda escola, não ser quadro externo, apareceu frases assim "que o prefeito possa indicar/ nomear o diretor e demitir /retirar quando não está satisfazendo.

Por que no momento não houve eleição para os vice diretores ou uma chapa na qual concorressem o diretor e o vice para o cargo?

No momento da eleição de diretores nós não tínhamos amadurecimento suficiente para propor uma eleição geral, mas eu acho que ganha muito se a eleição for por equipe. Então aquela equipe que vai dirigir aquela escola com tais e tais pessoas com essa proposta, aquela outra equipe que tem uma outra proposta, essas duas equipes com propostas diferentes concorrem com aquela. A eleita é que vai tocar o projeto, isso não quer dizer que a secretaria de educação não tem um projeto, a secretaria tem o projeto dela que foi o projeto que ganhou nas urnas, que é uma outra questão quando o candidato coloca a sua plataforma de trabalho um dos itens mais importantes na plataforma é a questão educacional. Dentro desta plataforma a secretaria de educação vai agir e é dentro desta diretriz que cada uma das escolas vai agir, cada escola vai agir a seu jeito.

Depoimento pessoal da Secretária

Após esse período de secretária de educação agora eu já estou há dez meses fora da secretaria e eu gostaria de deixar registrado que eu sou a favor da Eleição de Dirigentes, eu acho que é um processo que a comunidade só tem a ganhar porque a comunidade de professores, servidores e de pais só tem a ganhar com o processo eleitoral porque eles manifestam aquilo que naquele momento era o que eles gostariam que a secretaria fizesse, no entanto eu acho que esse processo deveria ser uma rotina na prática dos professores que eles soubessem que era um período eleitoral de tempos em tempos que eu acho que poderia ser um ano, no Máximo de dois anos porque é um período suficiente para se discutir a proposta. A proposta pedagógica ela não pode depender apenas do professor, ela é da escola, o diretor é quem vai gerenciar a escola, e vai gerenciar essa proposta, portanto não há motivo para que uma proposta não possa ser de cinco, seis, dez anos, mas com dez diretores diferentes e cada um vai gerenciar de uma maneira, no meu ponto de vista a experiência de gestão é uma experiência muito enriquecedora para a pessoa que assume o cargo de direção porque ela aprende muito com isso. E para as pessoas que convivem com essas pessoas que também aprendem que naquela função e naquele determinado momento aquela pessoa tem que assumir uma postura especial. Como eu acho que ele é um processo de aprendizado eu acho que quanto mais você pode vivenciar esse processo de aprendizado, esse processo dialógico, esse processo em que você discuti com a comunidade a sua proposta, mais essa comunidade aprenderá sobre ensino e sobre educação. E quanto mais a pessoa souber sobre o gerenciamento, sobre o ensino e sobre

educação mais difícil será que outras pessoas com intenções diversas daquela que a comunidade deseja assumam a condução da escola. Eu acho o processo eleitoral riquíssimo, mesmo tendo algumas perdas naquele momento, sendo a maior delas a pouca renovação, vinte e sete pessoas reeleitas, mas mesmo assim o processo eleitoral ganha, a comunidade ganha, o compromisso desses diretores eleitos com a comunidade se modifica porque é aquela comunidade que o elegeu. Então ele deve contar a comunidade, isso fica muito mais claro no gerenciamento, na cabeça dos diretores. Eles sabem que a comunidade os elegeu e a comunidade poderia ir contra eles, caso eles não respeitem aquele programa que foi estabelecido.

E o estabelecimento desse programa pode ser feito de uma forma coletiva, de uma forma dialógica.

EDUCAÇÃO

Introdução

Concepção e Diretrizes Educacionais

As concepções e diretrizes educacionais que o PT vem construindo nacionalmente ao longo de sua história são basicamente as mesmas expressas no PNE da Sociedade Civil, em suas 3 edições, quando da realização de cada CONED. Assim, a educação torna-se instrumento fundamental para o desenvolvimento social, econômico, cultural e político de um país. A Educação, enquanto patrimônio da sociedade deve se dar de forma coletiva, resguardando respeito às diversidades culturais, étnicas, princípios e orientações, assim como à Constituição Federal/88.

A Educação se reafirma como instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social.

O compromisso com a emancipação social se traduz na responsabilidade de construção coletiva de um projeto de inclusão e de qualidade social para todos, que modifique as cidades, rompendo velhos paradigmas, rumo à educação libertadora.

As diretrizes construídas coletivamente pelo PT, em nível nacional, para a educação são:

1. **Democratização do acesso:** para além da oferta de vagas, faz-se necessário garantir a permanência dos educandos na escola, inclusive àqueles que não tiveram acesso à escola em idade própria;
2. **Democratização da gestão da educação:** entende-se que a consolidação das relações democráticas garantirá o rompimento de estruturas autoritárias, as quais valorizam a centralização das decisões como mecanismo de manutenção de poder.
3. **Democratização do conhecimento:** esta diretriz visa garantir a todos a apropriação dos conhecimentos científicos e culturais universalmente produzidos, articulados com valores locais e regionais. Constitui-se um dos pilares para que se efetivem as mudanças pretendidas, com o fortalecimento da relação dialógica.

As diretrizes apontadas podem e devem ser ampliadas e/ou ajustadas para a realidade de cada município, buscando continuamente a defesa do direito inalienável a uma escola pública de qualidade social.

As diretrizes educacionais para São Carlos

Contemplando as propostas educacionais para São Carlos, a política estabelecida norteia-se pelas diretrizes adiante indicadas, adaptadas às necessidades de mudanças identificadas no cotidiano, as quais visam garantir uma atuação política coerente com os princípios construídos coletivamente.

1. **Democratização do acesso;**
2. **Democratização da gestão;**
3. **Melhoria da qualidade de ensino;**
4. **Educação de jovens e adultos;**
5. **Educação inclusiva.**

Diretrizes	Objetivos	Desafios
Democratização do Acesso	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a capacidade de atendimento na rede municipal de educação para todos os níveis de competência do município. - Realizar Censo Educacional - Realizar concurso público de provas e títulos. - Criar programas de apoio para crianças e adolescentes em situação de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a inclusão dos educandos no processo educativo, nas variadas faixas etárias, independentemente do gênero, etnia, opção sexual ou necessidades educativas especiais. - Universalização do acesso à Educação Infantil, por faixa etária. - Qualificar o corpo docente, garantindo o acesso por concurso público

Diretrizes	Objetivos	Desafios
Democratização da gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a participação da comunidade usuária dos serviços públicos de educação nos processos decisórios. - Instituir processo de eleição de diretores para a rede municipal de ensino. - Descentralizar recursos para as escolas. - Instituir Conselhos de Escolas nas Unidades Escolares. - Organizar Conselho Municipal de Conselhos de Escolas e Creches. - Incentivar a formação de grêmios escolares nas escolas. - Organizar Conselhos de Acompanhamento Social dos programas educacionais implementados pela gestão participativa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar e instituir a participação coletiva dos segmentos sociais que compõem a comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, horizontalizando as relações de poder. - Fortalecer a participação dos pais nos processos decisórios. - Imprimir caráter pedagógico no papel desempenhado pelo Diretor de Escola. - Fortalecer a autonomia das escolas. - Incentivar a participação dos segmentos sociais no acompanhamento e desenvolvimento das políticas educacionais e da gestão dos recursos para a Educação.

Diretrizes	Objetivos	Desafios
Melhoria da qualidade do ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Modernizar as estruturas escolares, oferecendo condições materiais para o desenvolvimento dos educandos. - Construir coletivamente plano de carreira para os profissionais da Educação. - Rediscutir e readequar o Estatuto do Magistério Público Municipal. - Estabelecer políticas de formação permanente aos profissionais da Educação. - Estabelecer políticas de formação profissional para trabalhadores, articulados com programas de elevação da escolaridade, em parceria com entidades públicas ou privadas. - Implantar, gradativamente, nas escolas municipais salas de informática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tornar os ambientes escolares agradáveis, transformando-os em espaços educativos privilegiados para o desenvolvimento integral dos educandos. - Discutir com os profissionais da Educação as necessidades da categoria, resgatando a sua dignidade, a valorização e o incentivo à formação permanente. - Definir alternativas de formação profissional que possibilite sua integração às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, construindo propostas pedagógicas que atendam às necessidades dos trabalhadores. - Elevar a qualidade do ensino praticado na rede municipal, oportunizando o aprendizado e domínio de outras linguagens.

Diretrizes	Objetivos	Desafios
Educação de Jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> - Criar núcleos de alfabetização de jovens e adultos (MOVA). - Ampliar a oferta de salas para educação de jovens e adultos. - Disponibilizar novos horários para atendimento da demanda de educação de jovens e adultos. - Implementar políticas educacionais que incentivem a inserção e participação de jovens de jovens e adultos em programas educacionais específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do MOVA. - Realizar chamada pública para os educandos que se encontram alijados do processo educativo. - Oferecer e elevar a escolarização dos jovens e adultos que se encontram em situação de analfabetismo total ou funcional. - Resgatar a cidadania de jovens e adultos trabalhadores, num processo contínuo de valorização e elevação da auto estima.

Diretrizes	Objetivos	Desafios
Educação Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o acesso à escola das pessoas com necessidades educacionais especiais - Oferecer cursos de capacitação aos profissionais da educação atuantes na Educação Especial. - Desenvolver propostas profissionalizantes para portadores de necessidades educacionais especiais. - Ampliar o atendimento especializado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais na rede municipal de ensino 	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação, gradativa, dos prédios escolares para a facilitação do acesso e condições materiais e técnico-pedagógicas que garantam o desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais. - Preparar os profissionais da rede regular de ensino para inclusão das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. - Inserir as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho. - Consolidar a política de inclusão das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

CULTURA

1. OBJETIVOS:

Possibilitar o acesso à cultura ao maior número de pessoas, através da descentralização da rede física de atendimento, de projetos que articulem as diversas áreas e instâncias de planejamento municipais, e contribuam para a construção de uma identidade regional inclusiva, fazendo da cidadania ação.

Princípios para a implantação de uma política cultural em São Carlos:

criar condições efetivas de participação e desenvolvimento das formas de expressão que englobem tanto os processos de criação, produção e consumo de bens culturais, quanto os canais de distribuição da produção cultural gerada e meios alternativos para a circulação dessa produção;

possibilitar ao cidadão fruir do conjunto das obras de pensamento e de arte, das obras de memória e da transmissão formal dos saberes e dos conhecimentos, garantindo o acesso às formas mais elaboradas, mais sofisticadas e mais inovadoras das práticas culturais;

resgatar e preservar nossa memória histórico-social, assegurando o direito de expressão dos diferentes segmentos sociais, sexuais, étnicos, religiosos, políticos, etc.;

possibilitar o acesso às diferentes linguagens e manifestações da cultura popular;

promover seminários abertos, ciclos de debates, etc. no sentido de estimular a participação popular;

promover atividades que estimulem a participação popular, oferecendo informações múltiplas, que garantam a percepção crítica e o confronto de visões antagônicas.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA SMEC 003/01

Institui critérios sobre as inscrições para eleição para o processo de composição das listas tríplexes para eleição de Diretor (a) de Escola Municipal de Educação Infantil e Escola Municipal de Educação Básica e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura no uso de suas atribuições e considerando:

A necessidade de incentivar a participação dos profissionais da Educação;

Ser de livre escolha do Prefeito Municipal o provimento de cargos e empregos de especialistas em Educação, conforme prevê o Art. 17 do Estatuto do Magistério Público Municipal;

A disposição do Poder Público Municipal de legitimar a eleição de Diretor(a) das EMEIs e EMEBs.

A necessidade de democratização e de transparência no processo de eleição de Diretor (a) das EMEIs e EMEBs;

A necessidade de incentivar a participação da comunidade nas discussões e decisões, valorizando a sua co-responsabilidade para com o processo pedagógico e na definição das propostas educacionais (Parágrafo Único, Art. 53, Lei 8069/90 – ECA);

O interesse da comunidade na participação dos debates entre os candidatos à composição da lista tríplex, a ser enviada ao Prefeito Municipal;

A avaliação do processo de escolha de dirigentes nas CEMEIs (creches municipais), com manifestação de diversos segmentos sociais, salientando a importância da participação dos pais nesse processo,

RESOLVE:

Artigo 1º - O processo de que trata a presente Portaria será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e resultará no provimento de cargos em comissão de Diretor(a) *pro-tempore*, das seguintes EMEIs e EMEBs:

EMEI's e EMEB's		
Nº	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO
01	Afonso Fioca Vitalli	R. Regit Arab, 301 – Cidade Aracy I
02	Angelina D. de Mello	R. José Ferreira, s/n – Santa Felícia
03	Antonio L. Rondon	R. Olavo Zabotto, 105 – Maria S. Fagá
04	Araci Leite P. Lopes	R. Dr. Carlos Camargo Salles, 163 – Jd. Lutfalla
05	Arthur Natalino Deriggi	R. Arnold de Almeida Pires, 655 – Antenor Garcia
06	Benedita S. Sodré	R. Antonio Martinez Carrera, 1683-Jd. Beatriz
07	Carmelita Rocha Ramalho	R. Antonio de Almeida Leite, 535 ou Av. Sallum s/n – Bela Vista
08	Carmine Botta	R. Philomena Fauvel, s/n – Boa Vista
09	Cecília Rodrigues	R. Treze de Maio, 1041 – Jd. São Carlos
10	Cônego Manoel Tobias	R. Major Manoel ^a de Matos, 1551 – Vila Nery
11	Dalila Galli	R. Rio Araguaia s/n – Jockey Club
12	Dep. Lauro Monteiro da Cruz	R. Silvério Ignarra Sobrinho, 857 – Vila Monteiro
13	Dom Rui Serra	R. Marechal Deodoro, 3795 – V. Faria
14	Helena Dornfeld	R. Estados Unidos, 1181 – V. São José
15	Ida Vinciguerra	R. Rio Araguaia, s/n – Jockey Club
16	Janete Martinelli Lia	R. Paraná, 700 – Jd. Pacaembu
17	João Batista Paino	R. Aristides De Santi, 187 – Azulvile
18	João Jorge Marmorato	R. Santa Gertrudes, 475 – Vila Isabel
19	José Antunes de O Souza	R. Luiz Saia, 42 – Jd. Santa Paula
20	José de Brito Castro	R. Rui Barbosa, s/nº - Sta. Eudóxia
21	Julien Fauvel	R. Antonio Blanco, 555 – Tijuco Preto
22	Maria Lucia Marrara	R. Alberto Lanzoni, 270 – Sta. Felícia
23	Maria Luiza Perez	R. Irmã Hilária M.S. Luiz, 52 – Pq. Delta
24	Monsenhor Alcindo Siqueira	R. Antonio Spaziani, 243 – Santa Maria
25	Osmar S. Martini	R. João Sabino, 857 – Redenção
26	Otávio de Moura	R. Francisco Marigo, 940 – Cruzeiro do Sul
27	Prof. Antonio Stella Moruzzi	R. Teotônio Vilela, 501 – Jd. Tangará
28	Prof. Maria Ermantina C. Tarpani	R. João Pedrino, 100 - Cohab Dr. Romeu Santim
29	Santo Piccin	R. Bela Cintra, s/n – Água Vermelha
30	Vicente P. Rocha Keppe	R. Miguel Fucci, 50 – PROHAB
31	Victorio Rebucci	R. Paraná, 700 – Jd. Pacaembu

Artigo 2º - São condições para inscrição ao processo de composição de lista triplíce para eleição de diretor(a):

- I. Possuir licenciatura plena em Pedagogia ou pós-graduação em Educação, conforme legislação vigente Lei 9394/96 (LDB) e Lei Municipal 11.135, de 08/12/96 (Estatuto do Magistério Público Municipal de São Carlos).
- II. Ter ingressado no cargo de professor através de concurso público ou prova seletiva pública, após 1984, ou ter adquirido estabilidade no magistério público municipal de São Carlos pela Constituição Federal de 1988.

- III. Ter experiência de pelo menos dois anos de atividade no magistério municipal de São Carlos e estar em efetivo exercício.
- IV. Em nenhuma hipótese poderão concorrer professores que já se encontram aposentados no serviço público municipal.

Parágrafo Único: Excepcionalmente, poderão participar do processo de que trata esta Portaria os professores que não preenchendo os incisos II e III do Artigo 2º, comprovem exercício no cargo de Diretor de Escola Municipal há pelo menos 05 (cinco) anos.

Artigo 3º - As inscrições serão realizadas nos dias 15 e 16 de março, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos, à Rua São Sebastião, 2828.

Parágrafo 1º - Cada candidato poderá solicitar inscrição para até duas unidades, observada a não concomitância de dias e horários para apresentação de debate da proposta, conforme disposto no Artigo 7º, inciso II.

Parágrafo 2º - Todos os candidatos terão livre acesso às EMEIs e EMEBs tanto para a elaboração do Plano de Trabalho quanto para esclarecimento de dúvidas após o debate e para acompanhamento da votação.

Artigo 4º - No ato da inscrição, os(as) candidatos(as) deverão:

- I. Preencher ficha de inscrição, apresentando documento de identidade;
- II. entregar *Curriculum Vitae* resumido e atualizado, ao qual deverão estar anexados:

- a) cópia de comprovante de escolaridade, conforme artigo 2º, inciso I desta Portaria,
- b) comprovante de vínculo empregatício na Prefeitura Municipal de São Carlos, informando a forma de ingresso do candidato, conforme Artigo 2º, inciso II desta Portaria,
- c) cópia de comprovante de experiência de magistério, conforme Artigo 2º inciso III, desta Portaria,
- d) Plano de Trabalho em 02 (duas) vias.

Parágrafo Único: A inscrição somente será efetivada com a documentação completa.

Artigo 5º - Deverão constar do Plano de Trabalho referido no Artigo 4º II-d:

I – Diagnóstico: caracterização da unidade, considerando os atuais recursos materiais e humanos existentes e caracterização da comunidade usuária.

II - Proposta de ação quanto:

- a) Aos aspectos pedagógicos;
- b) À gestão administrativa;
- c) À gestão de recursos;
- d) À proposta de avaliação permanente dos processos desenvolvidos na unidade, indicando os respectivos procedimentos e instrumentos.

Artigo 6º - As listas com os nomes dos candidatos inscritos serão afixadas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia 21/03, às 18h00.

Artigo 7º - O processo de eleição para composição de lista tríplice de que trata esta Portaria, obedecerá ao seguinte cronograma:

I - 22 e 23/03 – Apresentação do Plano de Trabalho pelos(as) candidatos(as) inscritos(as), nas próprias unidades de interesse, para debate aberto com os funcionários, usuários e comunidade, sob a coordenação e supervisão da SMEC.

II – As apresentações referidas no inciso anterior, obedecerão ao seguinte calendário:

22/03 – 18H00MIN		
01	Afonso Fioca Vitalli	R. Regit Arab, 301 – Cidade Aracy I
02	Antonio L. Rondon	R. Olavo Zabotto, 105 – Maria S. Fagá
03	Araci Leite P. Lopes	R. Dr. Carlos Camargo Salles, 163 – Jd. Lutfalla
04	Benedita S. Sodré	R. Antonio Martinez Carrera, 1683-Jd. Beatriz
05	Carmelita Rocha Ramalho	R. Antonio de Almeida Leite, 535 ou Av. Sallum s/n – Bela Vista
06	Profª Maria Ermantina C. Tarpani	R. João Pedrino, 100 – Cohab Dr. João Santim
07	Profª Angelina D. de Mello	R. José Ferreira, s/n – Santa Felícia
08	Dep. Lauro Monteiro da Cruz	R. Silvério Ignarra Sobrinho, 857 – Vila Monteiro
09	Dom Rui Serra	R. Marechal Deodoro, 3795 – V. Faria
10	Helena Dornfeld	R. Estados Unidos, 1181 – V. São José
11	Ida Vinciguerra	R. Rio Araguaia, s/n – Jockey Club
12	Profª Janete Martinelli Lia	R. Paraná, 700 – Jd. Pacaembu
13	João Jorge Marmorato	R. Santa Gertrudes, 475 – Vila Isabel
14	José Antunes de O Souza	R. Luiz Saia, 42 – Jd. Santa Paula
15	José de Brito Castro	R. Rui Barbosa, s/nº - Sta. Eudóxia
16	Profª Dalila Galli	R. Rio Araguaia s/n – Jockey Club

23/03 – 18H00MIN		
01	Maria Lucia Marrara	R. Alberto Lanzoni, 270 – Sta. Felícia
02	Maria Luiza Perez	R. Irmã Hilária M.S. Luiz, 52 – Pq. Delta
03	Monsenhor Alcindo Siqueira	R. Antonio Spaziani, 243 – Santa Maria
04	Otávio de Moura	R. Francisco Marigo, 940 – Cruzeiro do Sul
05	Osmar S. Martini	R. João Sabino, 857 – Redenção
06	Santo Piccin	R. Bela Cintra, s/n – Água Vermelha
07	Vicente P. Rocha Keppe	R. Miguel Fucci, 50 – PROHAB
08	Victorio Rebucci	R. Paraná, 700 – Jd. Pacaembu
09	Cônego Manoel Tobias	R. Major Manoel A de Matos, 1551 – Vila Nery
10	Arthur Natalino Deriggi	R. Arnold de Almeida Pires, 655 – Antenor Garcia
11	Carmine Botta	R. Philomena Fauvel, s/n – Boa Vista
12	Prof. Antonio Stella Moruzzi	R. Teotônio Vilela, 501 – Jd. Tangará
13	Cecilia Rodrigues	R. Treza de Maio, 1041 – Jd. São Carlos
14	Julien Fauvel	R. Antonio Blanco, 555 – Tijuco Preto
15	João Batista Paino	R. Aristides De Santi, 187 – Azulvile

III – A apresentação do Plano de Trabalho de cada candidato e a respectiva participação nos debates é condição indispensável para concorrer ao processo de eleição para composição de lista triplíce de que trata esta Portaria.

Parágrafo Único: O não cumprimento do exposto no Artigo 7º, inciso III, implicará na anulação dos votos que o(a) candidato(a) venha a receber.

IV – 26 e 27/03 – Votação, nas próprias EMEIs e EMEBs, ao longo do seu período de funcionamento, previamente divulgado pela Comissão.

Artigo 8º- No âmbito de cada EMEI e EMEB organizar-se-ão, até 16/03/2000, Comissões Eleitorais compostas pelos membros abaixo discriminados e eleitos pelos seus pares:

I – 02 (dois) pais de alunos e seus respectivos suplentes;

II – 02 (dois) professores e seus suplentes, desde que não sejam candidatos;

III – 01 (um) funcionário e seu respectivo suplente.

Parágrafo 1º - Composta a Comissão Eleitoral, os membros deverão eleger seu Presidente e seu vice-presidente.

Parágrafo 2º - A Comissão Eleitoral deverá lavrar ata com todos os registros relativos à sua composição, constando o processo de eleição.

Parágrafo 3º - Os Presidentes e vices de cada Comissão Eleitoral deverão comparecer à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia 19/03, às 17h30, munidos da ata referida no parágrafo anterior onde receberão as orientações pertinentes ao processo de que trata esta Portaria.

Artigo 9º - São atribuições da Comissão Eleitoral referida no artigo anterior:

I – Organizar a escola para o debate público, bem como coordená-lo durante a sua realização;

II – Elaborar lista de presença dos eleitores;

III – Acompanhar o processo eleitoral e especialmente de votação, registrando em ata quaisquer ocorrências;

IV – Redigir a ata de abertura e encerramento de votação, lacrar as urnas e encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde serão montadas as mesas de escrutinadores, compostas pelos membros das Comissões Eleitorais de cada unidade; que procederão as apurações dos resultados, no dia 28 de março, às 9 horas.

V – Apurar os votos em dia e local indicado no inciso anterior.

VI – Redigir a ata de apuração dos votos.

Artigo 10º - São condições para participar da composição da Comissão Eleitoral:

I - Conhecer o calendário previsto para o processo e dispor de tempo para acompanhar e participar das etapas relativas à sua Unidade;

II – Manter-se informado sobre as diretrizes estabelecidas para o processo eleitoral, seguindo as orientações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único: A participação nas Comissões Eleitorais não implicará em remuneração de qualquer espécie.

Artigo 11 - As propostas apresentadas pelos candidatos deverão permanecer na Unidade Escolar sob os cuidados da Comissão Eleitoral, à disposição de todos os que queiram consultá-la.

Parágrafo Único: É vedado qualquer tipo de anotação ou rasura nas propostas apresentadas.

Artigo 12 – A votação referente ao processo de eleição para composição da lista triplíce de que trata esta Portaria, realizar-se-á nos dias 26 e 27 de março, nas próprias unidades escolares.

Artigo 13 - Terão direito a voto, nesse processo, todos(as) os(as) profissionais lotados(as) na unidade e todos os alunos com idade a partir dos 16 (dezesseis) anos.

Parágrafo Único: Os pais de alunos ou seus representantes legais, independentemente do número de filhos matriculados na Unidade Escolar, terão direito a um voto por família.

Artigo 14 – Terão direito a voto, na Unidade Escolar pleiteada, todos(as) os(as) candidatos(s) que apresentarem Plano de Trabalho, independentemente de sua lotação.

Artigo 15 – A eleição terá caráter paritário entre comunidade usuária e profissionais da unidade, na proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para o cômputo do resultado da apuração dos votos.

Parágrafo Único: O resultado da eleição se buscará na proporcionalidade respeitará a relação de 50% (cinquenta por cento) como peso para a comunidade usuária e 50% (cinquenta por cento) para os profissionais da unidade escolar.

Artigo 16 - Após a efetivação da votação, as urnas serão lacradas pela Comissão Eleitoral composta em cada EMEI e EMEB e enviadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde ficarão guardadas até o momento da apuração pública dos votos, que ocorrerá no dia 28/03, às 9 horas.

Parágrafo Único: Compete ao Secretário Municipal de Educação e Cultura encaminhar ao Prefeito Municipal as listas tríplexes para apreciação e efetiva escolha do Diretor de cada Unidade Escolar.

Artigo 16 – O processo de eleição para composição da lista tríplex torna-se passível de anulação mediante denúncia comprovada do exercício de cooptação ou coação de eleitores.

Artigo 17 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura.

Artigo 18 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 08 de março de 2001

Prof. Rubens Barbosa de Camargo
Secretário Municipal de Educação e Cultura



Prefeitura Municipal de São Carlos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**ASSUNTO: ELEIÇÃO DE
DIRETORES DE EMEIs E EMEBs**

ASSUNTO: ELEIÇÃO DE DIRETORES DE EMEIS E EMEBS

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

conforme portaria 003/01 publicada em 09 de março de 2001 que trata do processo de inscrição e composição de lista tripartite para eleição de diretores de Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental de São Carlos, cumpre-nos informar que os prazos e condições estabelecidas pela portaria foram plenamente satisfeitos e, sucintamente tem-se:

I - PUBLICAÇÃO DA PORTARIA: 09/03/01

As condições para participar do processo de eleição, tanto na condição de candidato, quanto na de eleitor, bem como as demais regras relativas ao processo, constam do **Anexo 1**: Portaria 003/01 SMEC

II - INSCRIÇÕES: 05 e 08 de janeiro de 2001

Inscreveram-se 63 candidatos como ilustrado no Quadro 1.

Nas EMEIS apenas duas das atuais diretoras não concorreram, todas as demais 23 (vinte e três) se candidataram e participaram do processo de eleição; 9 (nove) unidades tiveram apenas um candidato concorrendo, sendo eles os diretores atuais.

Nas EMEBS todos os atuais diretores concorreram no processo de eleição; 4 (quatro) unidades tiveram apenas um candidato.

Ver Anexo 2: Fichas De Inscrição E Currículo

Quadro 1: Candidatos inscritos por escola

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	CANDIDATA 1	CANDIDATA 2	CANDIDATA 3	CANDIDATA 4
EMEB "Angelina Dagnone de Mello"	Amarilda Aparecida Gianets	Leila Cristina de Almeida	Ana Teresa de Camargo Amorim	Maria Cristina Damasceno Pereira
EMEB "Antonio Stella Moruzzi"	Rosemary Aparecida Brondino Duarte de Souza	Romilda Dias Torres	-	-
EMEB "Artur Natalino Deriggi"	Nilson Aparecido Gonçalves	-	-	-
EMEB "Carmine Botta"	Maria Aparecida de Fátima Manzim	-	-	-
EMEB "Prof" Dalila Galli"	Celia Maria Peixe Bertolino	-	-	-
EMEB "Prof" M ^a Ermantina C. Tarpani"	Silvia Regina Bianchim Soares	-	-	-
EMEB "Janete M. Martinelli Lia"	Solange de Carvalho Colussi	Cilmara Aparecida Seneme Ruy	Lia Zambon	-

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CANDIDATA 1	CANDIDATA 2	CANDIDATA 3	CANDIDATA 4
EME/EMEB Afonso Fioca Vitali	Eli Aparecida Paiuta	Nanci da Silva Robles	Anésia Maria Alves Ferreira Santos	-
EMEI Antonio Lourdes Rondon	Ivone Gandolphini Superti	Lúcia Regina Spinelli Cava	Leila Ap. Mendonça de Lima	Ana Maria Fonseca
EMEI Araacy Leite Pereira Lopes	Bernadete Verzola	Patricia Karst Caunha	-	-
EMEI Benedicta Stahl Sodré	Carla Aparecida Oliveira Tozzo Galoro	-	-	-

EMEI Carmelita Rocha Ramalho	Glamis Valéria Bullo Nunes Miguel	Aurimara Aparecida Buzinaro	Evair Caporasso Boni	-
EMEI Cecília Rodrigues	Ivete Aparecida Centanin Bertho	-	-	-
EMEI Cônego Manoel Tobias	Sílvia Maria Guido de Alweida	Maria Cristina Rossit Pierri	-	-
EMEI Lauro Monteiro da Cruz	Rosana Penalva Reali Pozzi	-	-	-
EMEI Dom Ruy Serra	Izaldinha Cavallaro	Maria Teresa Giannetti Gallo	Marli Márcia Patrizzi	-
EMEI Helena Dornfeld	Marina Ferrari	-	-	-
EMEI Ida Vinciguerra	Valdiná Jacintho de Arruda	Dalgisa dos Santos Brito de Souza	-	-
EMEI João Batista Paino	Carmem Cinira Marin Martini	Márcia Aparecida Poli	-	-
EMEI João Jorge Marmorato	Paula Márcia Scalon Borges	-	-	-
EMEI José Antunes O. e Souza	Cibele Maria Colautti	-	-	-
EMEI José de Brito Castro	Célia Aparecida Masuccio Redondo Tassim	Karina Maria Dela Coleta Keppe	Marilene Tiziano Segnini	-
EMEI Julien Fauvel	Sílvia Helena Felix Francisco	Claudia da Fonseca	-	-
EMEI Maria Lucia Marrara	Dalice Alves Rapouzeiro	Regina Aparecida Lima Melchiades	Dalgisa dos Santos Brito de Souza	-
EMEI Maria Luiza Perez	Maria Doralice Grande Matheus	-	-	-
EMEI Monsenhor A. Siqueira	Regina Helena Darezzo	Ivone Gandolphini Superti	-	-
EMEI Octávio de Moura	Isabel Cristina da Silva	Isabel Cristina S. César	Patricia Karst Caminha	Noêmia da Silva Marangoni
EMEI Osmar Stanley de Martini	Alda Rosa Lima	-	-	-
EMEI Santo Piccin	Amarilda Aparecida Giancis	Maria Julia Ferraz de Camargo	Mara Selma Buek Cereda	Maria Zuleik Gallucci Roiz
EMEI Vicente de P. Rocha Keppe	Teresa Cristina C. Treviso	Silvana Aparecida Furtado Ferreira	-	-
EMEI Victório Rebucci	Ivana Aparecida Cândido da Silva	-	-	-

III ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E PROJETOS DE TRABALHO

Encerrado o período de inscrição, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos procedeu à análise do perfil dos candidatos e dos projetos apresentados. (Ver - Anexo 3: Projetos) A avaliação geral foi a seguinte:

Os projetos apresentam títulos variados, nos quais são destacados temas tais como cidadania, coletividade, participação. Apresentamos alguns deles:

- Proposta político pedagógica de gestão escolar
- Juntando idéias...

- Escola – Lócus inicial do processo de construção da cidadania.
- Gestão em educação – trabalho coletivo, o alicerce da construção da prática pedagógica.

➤ Formação dos candidatos:

60% dos candidatos cursou Pedagogia na Rede Particular de Ensino –Faculdade de Educação São Luis (Jaboticabal), ASSER, entre outras; os demais provêm de Instituições Públicas de Ensino, entre elas UFSCar, UNESP.

➤ Caracterização da comunidade:

Vários candidatos, principalmente os que já ocupam cargo de direção, fornecem, na caracterização das unidades de ensino, dados referentes a pesquisa realizada por estagiários do curso de Pedagogia ASSER / DEC em 1998. As informações apresentam detalhamento, citando características dos alunos, dos pais, quadro de professores, recursos da comunidade etc.

Observa-se, porém, na maioria dos projetos, ausência de discussão ou de problematização desses dados. São poucos os candidatos que os relacionam com possibilidades e propostas de ações.

Nos projetos voltados para as EMEBs verifica-se maior preocupação com uma correlação entre esses dados e a proposta pedagógica.

Vale destacar que um dos projetos apresentou uma descrição da comunidade usuária que absolutamente não condiz com a realidade local. A caracterização apresentada nos demais projetos dirigidos à escola mostra uma comunidade totalmente diversa.

➤ Propostas pedagógicas

No caso dos candidatos que já são diretores, a experiência obtida no cargo e o trabalho já desenvolvido foi a base da proposta pedagógica apresentada; entretanto, alguns apresentaram propostas de inovação a partir da reflexão sobre novas possibilidades de ação. Estas propostas voltam-se para temas a serem desenvolvidos na escola, tais como “projeto de leitura”, “cuidado com o lixo”, “meio ambiente”; e “classes especiais”, referindo-se à possibilidade de implementação de salas de reforço.

Quanto aos planos para as EMEIs, poucos candidatos descrevem especificamente aspectos do desenvolvimento infantil e atuação que neles se baseie.

As ações apresentadas são no geral coerentes com a realidade e as necessidades escolares. Poucos candidatos propõem ações de maior amplitude, como construção de quadra de esportes ou de creches, entre outras possibilidades.

Em um caso foi observado uso de material timbrado da própria escola como conteúdo da proposta de trabalho, postura que consideramos inadequada.

Há citação da história da educação pré-escolar por parte de alguns poucos candidatos. Alguns destacam os temas geradores como possibilidade pedagógica.

As diversas legislações aparecem nos projetos, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns candidatos fizeram uso do Estatuto, da LDB e da própria Constituição para fundamentar e justificar ações no planejamento, apontando direitos e orientações como diretrizes para a proposta de ação. Estas legislações também foram utilizadas para fundamentar e explicitar o papel do diretor na escola.

Um candidato citou o Estatuto da Criança e do Adolescente como base para o desenvolvimento da proposta pedagógica, sinalizando possibilidade de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para viabilizar a implementação de ações mais globais na escola.

Vários projetos apresentam propostas para a Educação Especial, demonstrando interesse em atender alunos com necessidades especiais; fala-se em inclusão, mas não se observa oferecimento de propostas concretas para atendimento dessa demanda. O destaque é dado para parcerias com as Universidades – USP e UFSCar –, via apoio de profissionais especializados para possíveis acompanhamentos.

É interessante notar que, para a maioria dos candidatos, esse atendimento e a própria política de inclusão estão desvinculados da orientação e do próprio aparato da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, via Sessão de Educação Especial.

Foi observada identificação entre duas propostas de trabalho, de candidatas diferentes, porém para mesma unidade; tópicos, itens e temas são abordados de maneira bastante similar, o que poderia caracterizar tanto uma possível “encomenda” de projetos quanto uma alternativa comum ao enfrentamento de questões educacionais bem distintas.

Alguns projetos de candidatos a direção de EMEBs apresentam estrutura semelhante no que diz respeito a esquemas, metas e ações.

➤ Gestão administrativa e de recursos

São citadas diversas propostas para esse item: administração colegiada, gestão democrática, administração coletiva, planejamento participativo; porém, são descritas poucas propostas de ação nesse sentido. Reuniões com a participação de todos os integrantes da comunidade escolar são colocadas como principal proposta, sendo que alguns candidatos se referem a essa participação para o gerenciamento de recursos, outros para levantamento de demandas emergentes.

A participação de pais é referida tanto em Associações de Pais e Mestres – APMs –, na promoção de eventos e festas (Tarde do Sorvete, Sábado das Pizzas) para colaboração na arrecadação de recursos financeiros, como na participação em grupos

de apoio, colaborando na administração e manutenção da escola. Poucos candidatos citam a participação efetiva dos pais na discussão e apresentação da proposta pedagógica; apenas um sugeriu a articulação deste segmento para essa discussão. Alguns candidatos citaram a possibilidade de integração dos pais na seleção de prioridades a serem desenvolvidas.

A implementação e importância do Conselho de Escola foram citadas na maioria dos projetos, embora a compreensão acerca de sua função seja diversificada; alguns o entendem como órgão deliberativo, outros como órgão de apoio e gestor das ações na unidade escolar.

A Recreação presente em algumas EMEIs é citada aparentemente sem vinculação com a proposta da unidade; aliás, não se nota integração entre atividades desenvolvidas na mesma unidade. Há poucas propostas de ação para a Recreação; alguns projetos se referem à garantia de maior participação dos pais das crianças atendidas.

Várias posturas são apresentadas e definidas para o papel de diretor: mediador na comunidade; mais centralizador; coordenador; diretivo; delegando ações; com a função de contagiar, estimular o envolvimento de todos; um articulador de ações e de participação.

Há, entretanto, alguns equívocos na apresentação de algumas propostas, por exemplo: um candidato oferece um projeto para atuação em EMEI, mas ao longo do projeto cita várias ações referentes a rotinas e dinâmicas de creche.

➤ Processo de avaliação

A avaliação é citada sob as mais variadas formas, algumas vezes como um processo constante e progressivo. São sugeridas avaliações contextualizadas, e alguns candidatos destacam a necessidade de avaliação do próprio professor, do diretor e do aproveitamento da criança.

IV – COMISSÕES ELEITORAIS

Para coordenar o processo eleitoral foram formadas Comissões Eleitorais. Cada Unidade Escolar formou a sua Comissão, sendo estas compostas por: 2 pais, 2 professores, 1 funcionário e seus respectivos suplentes, eleitos pelos seus pares.

O **Anexo 4**: Comissões Eleitorais, apresenta a lista com os representantes de cada unidade, incluindo os nomes de cada Presidente e Vice-Presidente.

V - DEBATE PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.

Os debates públicos foram coordenados pelas Comissões Eleitorais de cada Unidade Escolar e acompanhados por representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos. A ausência dos candidatos ao debate os excluiria automaticamente do processo, tal como consta da Portaria 003/01 (item III do art. 7º).

A seguir, temos o quadro de presença dos candidatos aos referidos debates nas unidades pleiteadas:

Quadro 2: Candidatos presentes ao debate, por escola.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	CANDIDATA 1	CANDIDATA 2	CANDIDATA 3	CANDIDATA 4
EMEB "Angellina Dagnone de Mello"	Amarilda Aparecida Gianeis	Leila Cristina de Almeida	Ana Teresa de Camargo Amorim	Maria Cristina Damasceno Pereira

EMEB "Antonio Stella Moruzzi"	Rosemary Aparecida Brondino Duarte de Souza	Romilda Dias Torres	-	-
EMEB "Artur Natalino Deriggi"	Nilson Aparecido Gonçalves	-	-	-
EMEB "Carmine Botta"	Maria Aparecida de Fátima Manzini	-	-	-
EMEB "Profª Dalila Galli"	Célia Maria Peixe Bertolino	-	-	-
EMEB "Profª Mª Ermantina C. Tarpani"	Silvia Regina Bianchim Soares	-	-	-
EMEB "Janete M. Martinelli Lia"	Solange de Carvalho Colussi	Cilmara Aparecida Seneme Ruy	Lia Zambon	-

ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CANDIDATA 1	CANDIDATA 2	CANDIDATA 3	CANDIDATA 4
EMEI/EMEB Afonso Fioca Vitali	Eli Aparecida Paiuta	Nanci da Silva Robles	Maria Alves Ferreira Santos	-
EMEI Antonio Lourdes Rondon	Ivone Gandolphini Superti	Lúcia Regina Spinelli Cava	Leila Ap. Mendonça de Lima	Ana Maria Fonseca
EMEI Aracy Leite Pereira Lopes	Bernadete Verzola	Patrícia Karst Caminha	-	-
EMEI Benedicta Stahl Sodré	Aparecida Oliveira Tozzo Galoro	-	-	-
EMEI Carmelita Rocha Ramalho	Glamis Valéria Bullo Nunes/Miguel	Aurimara Aparecida Buzinaro	Evair Caporasso Boni	-
EMEI Cecilia Rodrigues	Ivete Aparecida Centanin Bertho	-	-	-
EMEI Cônego Manoel Tobias	Silvia Maria Guido de Almeida	Maria Cristina Rossit Pierri	-	-
EMEI Lauro Monteiro da Cruz	Rosana Penalva Reali Pozzi	-	-	-
EMEI Dom Ruy Serra	Izildinha Cavallaro	Maria Teresa Giannetti Gallo	Marli Márcia Patrizzi	-
EMEI Helena Dornfeld	Marina Ferrari	-	-	-
EMEI Ida Vinciguerra	Valdiná Jacintho de Arruda	Dalgisa dos Santos Brito de Souza	-	-
EMEI João Batista Paino	Carmem Cinira Marin Martini	Márcia Aparecida Poli	-	-
EMEI João Jorge Marmorato	Paula Márcia Scalon Borges	-	-	-
EMEI José Antunes O. e Souza	Cibele Maria Colautti	-	-	-
EMEI José de Brito Castro	Célia Aparecida Masuccio Redondo Tassim	Karina Maria Dela Coleta Keppe	Marilene Tiziano Segnini	-
EMEI Julien Fauvel	Silvia Helena Felix Francisco	Claudia da Fonseca	-	-
EMEI Maria Lucia Marrara	Dalice Alves Rapouzeiro	Regina Aparecida Lima Melchiades	Dalgisa dos Santos Brito de Souza	-
EMEI Maria Luiza Perez	Maria Doralice Grande Matheus	-	-	-

EMEI Monsenhor A. Siqueira	Regina Helena Darezzo	Ivone Gandolphini Superti	-	-
EMEI Octávio de Moura	Isabel Cristina da Silva	Isabel Cristina S. César	, Patricia Karst Caminha	Noêmia da Silva Marangoni
EMEI Osmar Stanley de Martini	Alda Rosa Lima	-	-	-
EMEI Santo Plccin	Amarilda Aparecida Gianeis	Maria Julia Ferraz de Camargo	Mara Selma Buck Cereda	Maria Zuleika Gallucci Roiz
EMEI Vicente de P. Rocha Keppe	Teresa Cristina C Treviso	Silvana Aparecida Furtado Ferreira	-	-
EMEI Victório Rebucci	Ilvana Aparecida Cândido da Silva	-	-	-

Além dos candidatos, participaram também dos debates públicos funcionários e comunidade, tal como mostra o quadro a seguir:

Quadro 3: Presença ao debate, por escola.

UNIDADE ESCOLAR	PROFESSORES	FUNICIONÁRIOS	UNIDADE USUÁRIA	TOTAL
EMEB Afonso Fioca Vitalli	-	-	-	164
EMEB Angelina D. de Mello	15	5	62	82
EMEI Antonio L. Rondon	11	1	43	55
EMEI Araci Leite P. Lopes	14	-	37	51
EMEB Arthur Natalino Deriggi	19	8	48+133 ALUNOS	208
EMEI Benedita S. Sodré	-	-	-	42
EMEI Carmelita Rocha Ramalho	19	3	36	58
EMEI Carmine Botta	27	9	90+39 ALUNOS	165
EMEI Cecília Rodrigues	6	5	23	34
EMEI Cônego Manoel Tobias	5	-	26	31
EMEB Dalila Galli	32	7	60+156 ALUNOS	355
EMEI Dep. Lauro Monteiro da Cruz	8	2	35	45
EMEI Dom Rui Serra	8	1	32	41
EMEI Helena Dornfeld	9	7	40	56
EMEI Ida Vinciguerra	-	-	-	91
EMEB Janete Martinelli Lira	11	6	57+15 ALUNOS	79
EMEI João Batista Paimo	7	3	18	28
EMEI João Jorge Marmorato	-	-	-	40
EMEI José Antunes de O Souza	-	6	9	15
EMEI José de Brito Castro	-	-	-	68
EMEI Julien Fauvel	6	4	32	42
EMEI Maria Lucia Martara	11	4	40	55
EMEI Macia Luiza Perez	8	3	34	45
EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira	9	2	10	21
EMEI Osmar S. Martini	7	5	52	64
EMEI Otávio de Moura	8	7	54	69
EMEB Prof. Antonio Stella Moruzzi	14	7	26+6 ALUNOS	53
EMEI Prof. Maria Ermantina C. Tarpani	-	-	-	44
EMEI Santo Piccin	7	3	37	47
EMEI Vicente P. Rocha Keppe	14	5	34+53 ALUNOS	106
EMEI Victorio Rebucci	-	-	-	-

OBS. Anexo 5: Cópia das listas de presença

- ELEIÇÕES NAS UNIDADES: 26 e 27 de março de 2001.

As eleições aconteceram em dois dias nas próprias unidades escolares sob a coordenação das Comissões Eleitorais de cada unidade e sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos.

Quadro 3: Total de eleitores, em cada Unidade Escolar.

UNIDADE ESCOLAR	PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	COMUNIDADE USUÁRIA	TOTAL DE ELITORES POR UNIDADE
EMEB Afonso Fioca Vitali	86	584	670
EMEB Angelina D. de Mello	24	217	241
EMEI Antonio L. Rondon	24	180	204
EMEI Araci Leite P. Lopes	19	127	146
EMEB Arthur Natalino Deriggi	39	340	379
EMEI Benedita S. Sodré	22	258	280
EMEI Carmelita Rocha Ramalho	35	282	317
EMEB Carmine Botta	62	679	741
EMEI Cecília Rodrigues	14	135	149
EMEI Cônego Manoel Tobias	24	183	207
EMEB Dalila Galli	53	471	524
EMEI Dep. Lauro Monteiro da Cruz	22	172	194
EMEI Dom Rui Serra	17	165	182
EMEI Helena Dornfeld	19	200	219
EMEI Ida Vinciguerra	20	183	203
EMEB Janete Martinelli Liu	26	129	155

EMEI João Batista Paino	12	115	127
EMEI João Jorge Marmorato	23	169	192
EMEI osé Antunes de O Souza	11	91	102
EMEI José de Brito Castro	14	151	165
EMEI Julien Fauvel	18	145	163
EMEI Maria Lucia Aparecida Marrara	19	219	238
EMEI Maria Luiza Perez	16	177	193
EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira	19	170	189
EMEI Osmar S. Martini	16	218	234
EMEI Otávio de Moura	28	207	235
EMEB Prof. Antonio Stella Moruzzi	29	151	180
EMEB Prof. Maria Ermantina C. Tarpani	16	76	92
EMEI Santo Piccin	10	77	87
EMEI Vicente P. Rocha Keppe	34	335	369
EMEI Victorio Rebucci	20	205	225
TOTAL DE ELEITORES POR SEGMENTO	PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	COMUNIDADE USUÁRIA	TOTAL DE ELEITORES (Geral)
	791	6.811	7.602

– **APURAÇÃO DOS VOTOS:** 28 de março de 2001.

Das cédulas de eleição constavam dois campos: um para que fosse escrito o nome do candidato escolhido; e outro com os dizeres “nenhum candidato”. Foram

preparadas cédulas em Braille para os eleitores portadores de deficiência visual total e foi possibilitada ampliação do formato para os eleitores com visão sub-normal.

A apuração dos votos foi realizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos por representantes da mesma e pelas Comissões Eleitorais de cada Unidade Escolar.

Quadro 4: Apuração dos votos.

UNIDADE ESCOLAR	1º COLOCADO	2º COLOCADO	3º COLOCADO	“Nenhum candidato”	Branco	Nulos	OBSERVAÇÕES
EMEI/EMEB Afonso Fioca Vitalli	Anésia Maria Alves Ferreira Santos 67,33%	Nanci da Silva Robles 18,54%	Eli Aparecida Paiuta 7,67%	4,28%	1,09%	1,09%	-
EMEB Angelina D. de Mello	Leila Cristina de Almeida 78,72%	Ana Teresa de Camargo Amorim 13,63%	Maria Cristina Diamasceno Pereira 03,69%	0,22%	-	-	Quatro (4) candidatas apresentaram projetos.
EMEI Antonio L. Rondon	Ana Maria Fonseca 66,1%	Leila Aparecida Mendonça de Lima 23,8%	Ivone Gandolphini Superti 4,5%	2%	0,5%	1,1%	Quatro (4) candidatas apresentaram projetos.
EMEI Araci Leite P. Lopes	Bernardete Arruda Verzola 68,2%	Patricia Kurst Cuminha 27,2%	-	4,2%	-	0,4%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEB Arthur Natalino Deriggi	Nilson Aparecido Gonçalves 92,8%	-	-	4,6%	0,1%	2,0%	Apenas um candidato apresentou projeto.
EMEI Benedita S. Sodré	Carla Aparecida de Oliveira Tozzo Galoto 93,3%	-	-	3,8%	2,3%	0,6%	Apenas uma candidata apresentou projeto.

EMEI Carmelita R. Ramalho	Evair Caporasso Boni 54,23%	Glamis Valéria Bullo Nunes Miguel 32,23%	Aurimara Aparecida Buzinaro 09,24%	2,66%	0,17%	1,24%	-
EMEB Carmine Botta	Maria Aparecida de Fátima Manzini 93,66%	-	-	4,85%	0,15%	1,33%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Cecília Rodrigues	Ivete Aparecida Centanin Bertho 98,9%	-	-	-	-	1,1%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Cônego Manoel Tobias	Maria Cristina Rossit Pierri 79,6%	Silvia Maria Guido de Almeida 17,2%	-	02,6%	-	0,5%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEB Dalila Galli	Célia Maria Peixe Bertolino 96,62%	-	-	3,27%	-	0,11	
EMEI Dep. Lauro Monteiro da Cruz	Rosana Maria Penalva Reali Pozzi 95,7%	-	-	2,6%	0,8%	0,8%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Dom Rui Serra	Maria Teresa Giannetti Gallo 84,7%	Izildinha Cavalaro 7,1%	Marli Márcia Patrízzi 6,8%	0,9%	-	0,3%	-
EMEI Helena Dornfeld	Marina Ferreira Gavioli 84,8%	-	-	3,9%	0,2%	11,0%	-
EMEI Ida Vinciguerra	Valdiná Jacinto de Arruda 89,49%	Dalgisa dos Santos Brito de Souza 09,41%	-	0,27%	-	0,81%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEB Janete Martinelli Lia	Cilwara Aparecida Seneme Ruy 82,3%	Solange de Carvalho Collussi 13,5%	Lia Zamboni 2,4%	0,4%	-	1,6%	-
EMEI João Batista Paimo	Carmem Cintia Marin Martini 63,4%	Márcia Aparecida Poli 20,9%	-	10,9%	-	4,53%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEI João	Paula Márcia Scalon Borges	-	-	5,8%	0,3%	0,9%	Apenas uma candidata

Jorge Marmorato	93,0%						apresentou projeto.
EMEI José Antunes de O Souza	Cibeli Maria Colautti 86,5%	-	-	8,3%	4,5%	0,5%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI José de Brito Castro	Karina Maria Dela Coleta Keppe 51,0%	Marilene Tiziano Segnini 25,7%	Célia Aparecida Masuccio Redondo Tussim 22,8%	-	0,33%	-	-
EMEI Julien Fauvel	Silvia Helena Félix Francisco 50,1%	Cláudia da Fonseca 32,9%	-	13,5%	2,8%	0,7%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEI Maria Lucia Marrara	Regina Aparecida Lima Melchhiades 68,5%	Dalice Alves Rapouzeiro 26,0%	Dalgisa dos Santos Brito de Souza 3,9%	1,2%	-	1,2%	-
EMEI Maria Luiza Perez	Maria Doralice Grande Matheus 98,9%	-	-	0,8%	-	0,3%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira	Regina Helena Darezzo 80,9%	Ivone Gandolphini Superti 13,1%	-	3,1%	-	-	Apresentaram projetos somente duas candidatas.
EMEI Osmar Stanley. Martini	Alda Rosa de Lima 80,9%	-	-	18,6%	-	0,5%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Otávio de Moura	Isabel Cristina S. César 51%	Patrícia Karst Caminha 25,4%	Noêmida Silva Marangoni 12,6%	0,4%	-	0,2%	Apresentaram projetos quatro (4) candidatos.
EMEB Prof. Antonio Stella Moruzzi	Rosemary Aparecida Brondino Duarte de Souza 91,44%	Romilda Dias Torres 2,06%	-	5,5%	-	1,0%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEB Prof. Maria Ermantina C. Tarpani	Silvia Regina Bianchim Soares 67,76%	-	-	31,58%	0,66%	-	Apenas uma candidata apresentou projeto.

EMEI Santo Piccin	Maria Zuleica Galucci Roiz 68,7%	Maria Julia Ferraz de Camargo 20,64%	Mara Selma Buck Cereda 10%	-	-	-	
EMEI Vicente P. Rocha Keppe	Teresa Cristina Camarnado Treviso 74,5%	Silvana Aparecida Furtado Ferreira 23,3%	-	1,2%	0,1%	0,9%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEI Victorio Rebucci	Ilvana Aparecida Candido da Silva 99,27%	-	-	0,24%	-	0,48%	Apenas uma candidata apresentou projeto.

OBS. Anexo 6: Atas de apuração dos votos.
Anexo 6b: Quadros de apuração por seguimento.

VIII - ENCERRAMENTO DA ETAPA DE ELEIÇÃO

Encerrada essa etapa do processo, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Carlos encaminhou as listas tríplexes, com o nome dos candidatos mais votados, ao Sr. Prefeito Municipal no dia /2001.

OBS. Anexo 7: Listas tríplexes com o resultado das eleições.

IX - OBSERVAÇÕES

Durante o processo de eleição o que se observou e vale destacar foi o empenho por parte dos membros das Comissões Eleitorais: pais, funcionários e professores, que assumiram as tarefas pertinentes com responsabilidade, seriedade e organização.

Outro destaque diz respeito às denúncias e reclamações, especialmente com relação aos atuais diretores, que também participaram como candidatos. Embora tenhamos observado receio por parte das pessoas interessadas, o que

se expressou no grande número de denúncias anônimas, pôde-se verificar que a medida em que fomos enfatizando o direito ao sigilo da fonte- princípio garantido constitucionalmente -, conseguimos que algumas denúncias e reclamações fossem oficializadas pelo registro escrito e devidamente assinadas.

A seguir, relatamos sinteticamente os casos em que houve denúncia escrita, individual ou em que estas ocorrências foram presenciadas por pessoas da SMEC, salientando que os “denunciantes” tiveram a garantia de sigilo e todos os envolvidos puderam expor suas opiniões, em direito de resposta ou esclarecimento.

1. EMEI Carmelita Rocha Ramalho

A Presidente da Comissão Eleitoral afirmou à SMEC que o diretor da escola e também candidato, Sr. Evair C. Boni, costuma “perseguir” professores e funcionários que não compartilham de suas idéias e que em razão disto sentia-se temerosa quanto a possíveis represálias após o processo eleitoral, caso ele vencesse.

Após a apuração dos votos, quando se verificou que o diretor havia sido o mais votado, duas professoras da Comissão Eleitoral e outras duas professoras da escola que também concorreram na eleição mostraram-se bastante receosas, chegando a chorar na SMEC, porque acreditavam que, de alguma forma, o diretor iria persegui-las, já que ao longo do período em que ele esteve à frente da direção sempre foi comum gritar e ofender os profissionais da escola.

Durante o debate público para apresentação das propostas de trabalho, presenciado pela Diretora de Educação da SMEC, um funcionário da escola

apresentou uma série de queixas e questionamentos acerca do trabalho do diretor que está há quatro (4) anos na escola: mau gerenciamento dos recursos humanos e financeiros e perseguição a funcionários. Este mesmo funcionário esteve presente à SMEC após a apuração dos votos para solicitar a nossa “proteção”, reiterando suas queixas verbalmente.

Com base nestas informações a SMEC convocou o Sr. Evair C. Boni a comparecer à Secretaria, para proceder a esclarecimentos sobre as alegadas queixas e denúncias. O mesmo alegou que estas não procediam, e fez sua defesa por escrito. O Sr. Evair nos trouxe as Atas da APM e o livro de ocorrências da escola, nos quais não foram observadas irregularidades. Observamos que o livro de ocorrências é novo e o Sr. Evair alegou a inexistência do mesmo em administrações anteriores. Quanto às atas de APM constatou-se que o último registro é de 1977. a questão que permanece é: desde esta época a APM não atua na unidade? Ou houve negligência no registro de suas atividades?

No dia 04 de abril, após todo o processo descrito acima, duas mães de alunos desta escola estiveram presentes à SMEC para reclamar que embora já tivessem solicitado providências ao diretor em relação ao acesso fácil de crianças de 4 a 6 anos à piscina utilizada pelas crianças da Recreação, ele ainda não tomara nenhuma atitude. Reclamaram ainda que o diretor havia tratado-as com desrespeito, uma vez que não encaminhara devidamente o abaixo-assinado que elaboraram para solicitar providências à SMEC, procedimento orientado anteriormente pelo próprio diretor.

Assim que tomamos conhecimento do problema realizamos uma ação supervisora para verificação dos fatos. Quando chegamos à escola no final da tarde constatamos que o diretor já havia providenciado um cadeado para o

VOTOS / NOMES DOS(AS) CANDIDATOS(AS)	SEGMENTO ESCOLA				COMUNIDADE USUÁRIA				TOTAL GERAL	
	Prof.	Fun.	Total		Pais	Al.	Total			
			Nº	% (a)			Nº.	% (b)	Nº.	%
1. Aurimara B. de Araújo	03	0	03	4,28%	29	0	29	5,14	32	9,42%
2. Glamis V. B. N. Miguel	12	03	15	21,42%	61	0	61	10,81	76	32,23%
3. Evair C. Boni	11	05	16	22,85%	177	0	177	31,38%	193	54,23%
4.										
5.										
"Nenhum candidato"	01									
Em branco	0									
Nulos	0									

portão da piscina e alegou não saber que era “só” isto o que as mães queriam, acreditando que o que desejavam era a construção de um muro de isolamento. Embora o portão já estivesse devidamente trancado, o diretor foi alertado de sua atitude equivocada, uma vez que é sua função zelar pela segurança das crianças independentemente de solicitação por parte dos pais, conforme reza o Estatuto do Magistério vigente.

Quadro 5: Apuração dos votos – EMEI Carmelita Rocha Ramalho – por segmento.

2. EMEI Antonio de Lourdes Rondon

Nesta Unidade as queixas e denúncias tiveram início durante o próprio debate público quando os candidatos apresentaram suas propostas. Uma mãe

presente questionou a postura da Sr. Ana Maria Fonseca, diretora da escola há quatro (4) anos e também candidata, sobre o fato dela não prestar contas dos recursos financeiros oriundos de festas e promoções realizadas na escola.

Esta mesma mãe esteve presente à SMEC com outra mãe de aluno para juntas formalizarem suas reclamações.

Após a formalização da denúncia realizamos uma ação supervisora na escola e constatamos que, de fato, a diretora não costumava prestar contas aos pais de alunos, não contava com registro de nenhuma espécie e nem tampouco com documentação (notas fiscais do ano de 2000) que comprovasse a utilização dos recursos com a própria escola ou com os alunos, o que contrasta com uma administração escolar transparente e democrática como se pretende de ora em diante.

Professoras da escola reclamaram, ainda, que a diretora, de certa forma, caluniou o corpo docente da unidade junto a algumas mães. Além disso, sem formalizar por escrito, outras professoras se mostraram assustadas ao saber que a atual diretora era a primeira colocada nesta eleição, alegando que ela costuma tratar os funcionários diferentemente, privilegiando alguns e perseguindo aqueles que não comungam de suas idéias e posições.

Ao saber de todas as denúncias, a Sr. Ana Maria Fonseca registrou sua defesa por escrito, alegando não ter agido de má fé em momento algum.

Quadro 6: Apuração dos votos - EMEI Antonio Luordès Rondon – por segmento.

VOTOS / NOMES DOS(AS) CANDIDATOS(AS)	SEGMENTO ESCOLA				COMUNIDADE USUÁRIA				TOTAL GERAL	
	Prof.	Fun.	Total		Pais	Alunos	Total			
			Nº.	% (a)			Nº.	% (b)	Nº.	%
1. Ana Maria Fonseca	8	4	12	25%	148	0	148	41,1%	160	66,1%
2. Ivone G. Superti	0	1	1	2	9	0	9	2,5%	10	4,5%
3. Leila Ap. M. Lima	8	2	10	21%	10	0	10	2,8%	20	23,8%
4.										
5.										
"Nenhum candidato"	0	0	0	7			7	2%	7	2%
Em branco				2			2	0,5%	2	0,5%
Nulos				4			4	1,1%	4	1,1%

3. EMEI Maria Lúcia Aparecida Marrara

Nesta Unidade os problemas começaram durante o processo de votação, quando duas candidatas, uma professora e outra a atual diretora da escola, registraram queixas mútuas. Ambas alegaram conduta incorreta frente ao processo eleitoral.

Durante o debate para a apresentação dos debates, funcionários reclamaram verbalmente da má conservação de alguns equipamentos e de má administração dos recursos disponíveis na escola por parte da atual diretora que também concorreu ao pleito e saiu vencedora na apuração dos votos.

Quando a diretora compareceu à SMEC para tomar conhecimento das queixas, também nos apresentou os Livros de Ocorrências, Atas da APM e livro com Termos de Visitas. Com este último documento, não observamos nenhum problema e o livro de registro de movimentação da APM encontrava-se desatualizado. O Livro de Ocorrências, todavia, onde a diretora costuma registrar, entre outras coisas, a movimentação de recursos oriundos de festas e promoções, apresenta registros irregulares para anos anteriores a 2000 e com

relação ao referido ano, nada consta sobre festas, promoções e afins (entrada e saída de recursos e destinação dos mesmos), embora a própria diretora tenha mencionado a realização dos referidos eventos. Também não consta dos registros nenhum documento que comprove a utilização dos recursos para a própria escola (recibos).

Tendo tomado conhecimento das queixas, a Sr. Regina Ap. Lima Melchiades, diretora da escola, registrou os seus esclarecimentos por escrito.

Quadro 7: Apuração dos votos - EMEI Maria Lúcia Aparecida Marrara, por seguimento.

VOTOS / NOMES DOS(AS) CANDIDATOS(AS)	SEGMENTO ESCOLA				COMUNIDADE USUÁRIA				TOTAL GERAL	
	Prof.	Fun.	Total		Pais	Alunos	Total			
			Nº.	% (a)			Nº.	% (b)	Nº.	%
1. Regina Ap. L. Melchiades	5	5	10	26,3%	185	0	185	42,2%	195	68,5%
2. Dalice A. Rapouzeiro	7	1	8	21%	22	0	22	5%	30	26%
3. Dalgisa S. B. Souza	1	0	1	2,7%	5	0	5	1,2%	6	3,9%
4.										
5.										
"Nenhum candidato"					5	0	5	1,2%	5	1,2%
Em branco					0	0	0	0	0	0
Nulos					2	0	2	0,4%	2	0,4%

4. EMEI José de Brito Castro

Com relação a esta escola, nenhuma queixa ou acusação foi formalizada e registrada por escrito; o que ouvimos de alguns professores, da atual diretora, Sr. Marilene Tiziano Segnini e do Sub-prefeito de Santa Eudóxia é

5. EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira

Nesta Unidade a ocorrência se deu após a apuração dos votos. Uma professora veio à SMEC para reclamar que a diretora atual, candidata que ficou em primeiro lugar na lista triplíce a havia maltratado e que a Comissão Eleitoral havia divulgado o resultado da apuração por segmento, ou seja, quantos votos cada candidato recebeu por parte dos pais, por parte dos professores e por parte dos funcionários.

Em ação supervisora, a SMEC constatou que de fato a divulgação dos resultados foi realizada daquela maneira, embora a Comissão Eleitoral tivesse recebido orientação para divulgar apenas o resultado final (percentual total de cada candidato). O Presidente da Comissão foi alertado sobre o procedimento equivocado e o ocorrido foi registrado no termo de visita.

Quanto à diretora, esta alegou não estar enfrentando problemas com nenhum professor, embora tenha havido discussão entre ela e dois professores da escola, dentre os quais a professora que realizara a queixa. O que a diretora alega – e que também foi por ela registrado junto à SMEC – é que o professor de educação física e a referida professora foram citados por pais de alunos como sendo autores de críticas a sua gestão, o que gerou a discussão entre os três envolvidos. Entretanto, após a discussão, a relação entre eles voltou ao normal, segundo informou a diretora e segundo pudemos observar em visita à escola.

Quadro 9: Apuração dos votos - EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira, por segmento.

VOTOS / NOMES DOS(AS) CANDIDATOS(AS)	SEGMENTO ESCOLA				COMUNIDADE USUÁRIA				TOTAL GERAL	
	Prof.	Fun c.	Total		Pais	Alunos	Total			
			Nº.	% (a)			Nº.	% (b)		
1. Regina H. Darezzo	8	6	14	36,8	150	-	150	44,1	164	80,9
2. Ivone G. Supetti	3	-	3	7,9	18	-	18	5,2	21	13,1
4.										
5.										
"Nenhum candidato"	1	-	1	-	2	-	2	0,5	3	3,1
Em branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nulos	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-

Informamos que todas as atas das Comissões Eleitorais, de todas as Unidades Escolares, acompanham o presente relatório (**Anexo 8**: Atas das Comissões Eleitorais).

Em função destas denúncias, algumas equivocadas e outras que poderiam ser entendidas como falta de orientação das administrações anteriores, certos aspectos dos resultados nos afligem. Em certos casos, parece ser o medo da mudança ou da população "perder o direito à vaga na escola" os principais motivos pelos quais determinadas pessoas obtiveram suas votações, pois os aspectos denunciados foram graves, embora alguns não dissessem respeito ao processo eleitoral em si. Por outro lado, parece ser o processo de democratização da gestão – uma das diretrizes desta Secretaria – a principal

prioridade num movimento de ampliação do espaço participativo e de cidadania nas escolas municipais de São Carlos.

Dessa forma, a ação presente da SMEC junto às escolas que apresentem problemas e denúncias, tem a responsabilidade de impedir possíveis segregações, apurar as que houver e amparar aqueles servidores que, em qualquer hipótese, sejam vítimas de discriminações e/ou perseguições. A diretriz permanente é a da valorização do espaço democrático aberto, isto deverá se realizar com base nos projetos que os próprios candidatos apresentaram, ao lado de ações a serem implementadas – como a dos Conselhos Escolares, com novo caráter, composição e atribuição – desta maneira vislumbramos tanto uma perspectiva de maior participação da comunidade escolar na escola, quanto uma maior presença de uma ação supervisora da SMEC, no que diz respeito às solicitações que partirem da escola.

Por isto é que, com espírito democrático, acreditamos que as orientações de nossa administração municipal poderão dirimir comportamentos autoritários e clientelistas, e mais, acreditando no diálogo orientador, com a firmeza com a qual defendemos os princípios e os métodos democráticos em benefício da maioria da população, somos favoráveis à indicação do **PRIMEIRO COLOCADO** no pleito (conforme lista tríplice apresentada ao final deste documento), em cada uma das Unidades Escolares, para assumir o cargo de diretor da escola.

Por último, cumpre-nos sempre lembrar que os cargos dirigentes são considerados, pelo Estatuto do Magistério em vigor, cargos de confiança do Sr. Prefeito Municipal e de seu livre provimento, podendo ele, a qualquer momento, substituir qualquer um dos seus ocupantes.

Sendo o que nos cumpre, submetemos o presente relatório à apreciação de V. Excia. para sua análise e homologação.

São Carlos, 23 de abril de 2001.



Professor Rubens Barbosa de Camargo
Secretário Municipal de Educação e Cultura de São Carlos

DESPACHO

À vista do relatório apresentado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura de São Carlos, homologo o presente processo.

Newton Lima Neto
Prefeito Municipal de São Carlos.

Relação de Anexos

Anexo 1: Portaria 003/01 SMEC

Anexo 2: Fichas De Inscrição E Currículo

Anexo 3: Projetos

Anexo 4: Comissões Eleitorais

Anexo 5: Cópia das listas de presença

Anexo 6: Atas de apuração dos votos.

Anexo 6b: Quadros de apuração por seguimento.

Anexo 7: Listas tríplex com o resultado das eleições.

Anexo 8: Atas das Comissões Eleitorais

Relação de Quadros

Quadro 1: Candidatos inscritos por escola

Quadro 2: Candidatos presentes ao debate, por escola.

Quadro 3: Presença ao debate, por escola.

Quadro 3: Total de eleitores, em cada Unidade Escolar.

Quadro 4: Apuração dos votos.

Quadro 5: Apuração dos votos - EMEI Carmelita Rocha Ramalho, por segmento.

Quadro 6: Apuração dos votos - EMEI Antonio de Lourdes Rondon, por segmento.

Quadro 7: Apuração dos votos - EMEI Maria Lúcia Aparecida Marrara, por segmento.

Quadro 8: Apuração dos votos - EMEI José de Brito Castro, por segmento.

Quadro 9: Apuração dos votos - EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira, por segmento.

LISTAS TRÍPLICES

UNIDADE ESCOLAR	1º COLOCADO	2º COLOCADO	3º COLOCADO	"Nenhum candidato"	Branco	Nulos	OBSERVAÇÕES
EME/EMEB Afonso Fioca Vitalli	Anésia Maria Alves Ferreira Santos** 67,33%	Nanci da Silva Robles 18,54%	Eli Aparecida Paiuta 7,67%	4,28%	1,09%	1,09%	-
EMEB Angelina D. de Mello	Leila Cristina de Almeida** 78,72%	Ana Teresa de Camargo Amorim 13,63%	Maria Cristina Damasceno Pereira 03,69%	0,22%	-	-	Quatro (4) candidatas apresentaram projetos.
EMEI Antonio L. Rondon	Ana Maria** Fonseca 66,1%	Leila Aparecida Mendonça de Lima 23,8%	Ivone Gandolphini Superti 4,5%	2%	0,5%	1,1%	Quatro (4) candidatas apresentaram projetos.
EMEI Araci Leite P. Lopes	Bernardete Arruda Verzola** 68,2%	Patrícia Karst Caminha 27,2%	-	4,2%	-	0,4%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEB Arthur Natalino Deriggi	Nilson Aparecido Gonçalves** 92,8%	-	-	4,6%	0,1%	2,0%	Apenas um candidato apresentou projeto.
EMEI Benedita S. Sodré	Carla Aparecida de Oliveira Tozzo Galoro** 93,3%	-	-	3,8%	2,3%	0,6%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Carmelita Roche Ramalho	Evar Caporasso Boni** 54,23%	Glanis Valéria Bullo Nunes Miguel 32,23%	Aurimara Aparecida Buzinaro 09,24%	2,66%	0,17%	1,24%	-
EMEB Carmine Botta	Maria Aparecida de Fátima Manzin**j 93,66%	-	-	4,85%	0,15%	1,33%	Apenas uma candidata apresentou projeto.

EMEI José Antunes de O Souza	Cibeli Maria Colautti** 86,5%	-	-	8,3%	4,5%	0,5%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Jose de Brito Castro	Karina Maria Dela Coleta Keppe () 51,0%	Marilene Tiziano Ségnerini 25,7%	Célia Aparecida Masuccio Redondo Tassim 22,8%	-	0,33%	-	-
EMEI Julien Fauvel	Silvia Helena Félix Francisco () 50,1%	Cláudia da Fonseca 32,9%	-	13,5%	2,8%	0,7%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEI Maria Lucia Marrara	Regina Aparecida Lima Melchiades** 68,5%	Dalice Alves Rapouzeiro 26,0%	Dalgisa dos Santos Brito de Souza 3,9%	1,2%	-	1,2%	-
EMEI Maria Luíza Perez	Maria Doralice Grandé Matheus** 98,9%	-	-	0,8%	-	0,3%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Monsenhor Alcindo Siqueira	Regina Helena Darezzo** 80,9%	Ivone Gandolphini Superti 13,1%	-	3,1%	-	-	Apresentaram projetos somente duas candidatas.
EMEI Osmar Stanley Martini	Alda Rosa de Lima** 80,9%	-	-	18,6%	-	0,5%	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Otávio de Moura	Isabel Cristina S. César() 51%	Patrícia Karst Caminha 25,4%	Noêmíada Silva Marangoni 12,6%	0,4%	-	0,2%	Apresentaram projetos quatro (4) candidatos.
EMEB Prof. Antonio Stella Moruzzi	Rosemary Aparecida Brondino Duarte de Souza** 91,44%	Romilda Dias Torres 2,06%	-	5,5%	-	1,0%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEB Prof. Maria Ermantina C. Farpiani	Silvia Regina Bianchim Soares** 67,75%	-	-	31,58%	0,66%	-	Apenas uma candidata apresentou projeto.
EMEI Santo Piccini	Maria Zuleica Galucci Roiz** 68,7%	Maria Julia Ferraz de Camargo 20,64%	Mara Selma Buck Cereda 10%	-	-	-	-

EMEI Vicente P. Rocha Keppe	Teresa Cristina Camarnado Treviso** 74,5%	Silvana Aparecida Furtado Ferreira 23,3%	-	1,2%	0,1%	0,9%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEI Victorio Rebucci	Ilvana Aparecida Candido da Silva** 99,27%	-	-	0,24%	-	0,48%	Apenas uma candidata apresentou projeto.

EMEI Vicente P. Rocha Keppe	Teresa Cristina Camarnado Treviso** 74,5%	Silvana Aparecida Furtado Ferreira 23,3%	-	1,2%	0,1%	0,9%	Apenas duas candidatas apresentaram projetos.
EMEI Victorio Rebucci	Ilvana Aparecida Candido da Silva** 99,27%	-	-	0,24%	-	0,48%	Apenas uma candidata apresentou projeto.

13 PROPOSTAS para RENOVAR SÃO CARLOS

1. Educação de Qualidade para Todos

A cidade do presente e do futuro deve garantir educação contínua para todos os seus habitantes, jovens e adultos.

O município não deve abrir mão de seu papel, fundamental, na rede escolar. Somos contra o modelo de municipalização do governo Covas, que simplesmente onera os municípios e se desobriga de seu dever constitucional para com os cidadãos.

É preciso garantir o acesso à escola para todas as crianças, mas é necessário fazer mais do que isso. Classes superlotadas frustram professores e alunos. O município deve garantir o número de salas necessárias para uma relação ensino-aprendizagem de boa qualidade.

É preciso também garantir a autonomia pedagógica das escolas com a regularização da carreira funcional e o provimento dos cargos de gestão por concurso.

Ao mesmo tempo, nenhuma sala de aula pode ficar ociosa. Vamos aproveitar a *capacidade física instalada* do município (escolas, creches e centros comunitários) para a realização de *curtos noturnos de complementação escolar (supletivo)*, de *capacitação e requalificação profissional* a cargo de pessoal especializado e sem prejuízo das atividades do ensino regular.

2. Bolsa-Escola e Bolsa-Trabalho

Essas são propostas do PT que já foram testadas em outras cidades, com excelentes resultados.

O projeto de renda mínima (bolsa-escolã), proposto pela bancada do PT, valoriza a participação da família para garantir que todas as crianças de até 15 anos estejam na escola. Esse projeto já foi aprovado pela Câmara e só o nosso governo vai fazer que ele saia do papel.

O programa de *Bolsa-Trabalho* vai permitir que os jovens entre 16 e 21 anos de idade completem a sua escolaridade, em supletivos de qualidade, e tenham acesso à educação profissionalizante. Em troca da bolsa esses jovens participarão, sob orientação pedagógica, de atividades de interesse comunitário.